

**Nós, o Pronome da Política  
Ação Democrática e Subjetivação Política  
- A “Multidão” como Hipótese**

**Andreia Sofia Proença Ferreira Soares da Cunha**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais  
– Área de Especialização em Ciência Política**

**Março, 2014**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais –  
Área de Especialização em Ciência Política, realizada sob a orientação científica de Cristina Montalvão Sarmento.

*Para os meus filhos em potência  
e para o meu sobrinho Igor,  
a quem desejo ideias de futuro*

## AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH – UNL), ao Departamento de Estudos Políticos e ao seu corpo docente, a casa e as pessoas da minha formação académica.

À Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento, na qualidade de minha professora e orientadora, por sempre sublinhar que o questionamento e a problematização são lugares fundamentais para a aprendizagem.

Aos autores estudados e citados, que contribuíram de forma fundamental para a minha formação intelectual e para o reforço da certeza de que a teoria política é essencial ao entendimento político.

À empresa na qual trabalho, por respeitar moralmente aquilo a que está legalmente obrigada.

Para além das filiações académicas, intelectuais e laborais que tornaram, materialmente, esta dissertação possível, não posso deixar de transmitir um agradecimento profundo a todos os que, afetivamente, também o fizeram.

Aos meus pais, Esmeraldina Cunha e Augusto Cunha, por terem feito tudo o que estava ao seu alcance e um pouco mais para que eu pudesse ser o primeiro ramo da árvore genealógica com formação superior.

Ao meu sobrinho, por respeitar os meus silêncios desde que pudesse jogar Angry Birds Star Wars e por não ter medo de contestar hegemonias ideológicas e subverter símbolos maniqueístas – até pode ser que o Darth Vader não seja tão mau assim.

Aos meus amigos de ativismo, essenciais na minha formação humana e política.

Ao Bernardino Aranda, o meu melhor amigo, por demonstrar que a partilha do “outro” é um ato de amor essencial à constituição de cada um.

À Rita Tomás, revisora oficial de letras, prova de que as leituras ditas leigas transbordam saber.

Aos muitos, sem os quais nenhuma política existiria.

**NÓS, O PRONOME DA POLÍTICA**  
**AÇÃO DEMOCRÁTICA E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA**  
**– A "MULTIDÃO" COMO HIPÓTESE**

**Andreia Sofia Proença Ferreira Soares da Cunha**

**RESUMO**

O século XXI vê surgir, nas ruas, um discurso e um sujeito de uma universalidade que efetivamente mobiliza — o “povo” nas praças da “Primavera Árabe”, os “indignados”, os “99%” e outros signos. Estes discursos e sujeitos pairam como espectros disruptivos sobre o sistema de significação política. As subjetivações políticas na contemporaneidade são o objeto de estudo da presente dissertação, dando especial atenção, por um lado, ao espaço, forma, meio e tempo nos quais se inscreve e expande a ação democrática dos sujeitos e, por outro, aos processos de rutura, subjetivação, hegemonização e nomeação que constituem os sujeitos políticos coletivos. Através de uma metodologia qualitativa, tendo como enquadramento a análise de texto e de conteúdo teórico e uma teoria de discurso como perspectiva, apresentamos uma articulação de contributos da teoria política contemporânea na área da subjetivação tendo por objetivo uma aproximação compreensiva tanto aos sujeitos coletivos de uma forma geral como, em particular, a um potencial sujeito “multidão” como hipótese de nomenclatura para movimentações políticas “dos muitos” no século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** política, poder, democracia, subjetivação, sujeito, multidão

**WE, THE PRONOUN OF THE POLITICAL  
DEMOCRATIC ACTION AND POLITICAL SUBJECTIVATION  
– THE “MULTITUDE” AS HYPOTHESIS**

**Andreia Sofia Proença Ferreira Soares da Cunha**

**ABSTRACT**

The 21st century is witness to an uprising on the streets of a discourse and a subject of a universality that actually mobilizes – the “people” in the squares during the “Arab Spring”, the “indignados”, the “99%” and other signs. These discourses and subjects haunts as a disruptive spectre over the political signification system. The object of study of this dissertation are the contemporary political subjectivations. Special attention is being given to, on the one hand, space, form, mean and time, within which the subject’s democratic action is inscribed and expanded, and, on the other, to the processes of rupture, subjectivation, hegemonization and naming that constitute the collective political subjects. Through a qualitative methodology, with theoretical content analysis as research framework and discourse theory as perspective, we present an articulation of contributions of contemporary political theory dedicated to the theme of subjectivation. Our thesis aims at a comprehensive approach to collective subjects in general and to a potential subject “the multitude” in particular as a hypothesis for a nomenclature suitable to political movements of “the many” in the 21st century.

**KEYWORDS:** politics, power, democracy, subjectivation, subject, multitude



## ÍNDICE

Introdução .....	1
Capítulo I: Ideias de Política .....	6
I. 1. Espaço Público e Espaço Político.....	7
I. 2. Conflito e Dissensão.....	12
I. 3. Cultura, Narrativas, Identidades e Sujeitos.....	17
I. 4. Antagonismo e Hegemonia.....	25
Capítulo II: Os Processos Constitutivos da Política.....	30
II. 1. Rutura.....	32
II. 2. Identificação e Subjetivação .....	38
II. 3. Hegemonização e Universalização de Sujeitos Coletivos .....	50
II. 4. Nomeação .....	59
Capítulo III: A Multidão como Sujeito Político.....	64
III. 1. Genealogia da Multidão .....	66
III. 2. A Multidão na Teoria Contemporânea .....	72
III. 3. Povo e Multidão.....	90
III. 4. Classe e Multidão.....	99
Conclusão.....	107
Bibliografia .....	114
Lista de Figuras .....	124
Notas de Fim .....	125



## INTRODUÇÃO

Em 5 de outubro de 2011, a edição *online* internacional do canal informativo *CNN* apresentava um texto crítico à cobertura mediática do movimento Occupy Wall Street, de autoria de Douglas Rushkoff. Como suporte, exibia-se uma fotografia de um participante no protesto empunhando um cartaz no qual se lia: «Dear 1%, we fell asleep for a while. Just woke up. Sincerely, the 99%».<sup>1</sup> Meses antes, em junho do mesmo ano, uma manifestação parte de Valencia em direção a Madrid, onde integraria uma jornada de protestos convocada pelo movimento 15M. A mesma edição *online* do já mencionado canal televisivo descreve a referida manifestação e reproduz uma fotografia da *Agence France-Presse*: no meio dos manifestantes compactos, uma grande faixa com a exigência «Libertad Constituyente Ya».<sup>2</sup> Ainda em 2011, em novembro, depois da Revolução do Lótus do início do ano (que está na origem do que se convencionou chamar de “Primavera Árabe”) e já durante o governo da junta militar no Egito, uma convocatória para uma nova manifestação na Praça Tahir, assinada por 18 organizações, começa do seguinte modo: «[t]he revolution has returned to all of Egypt’s squares and streets yet again to complete its course. The masses are once again pouring into the squares to announce that the only legitimacy is that of the revolution and the people in the heart of the squares».<sup>3</sup> Em junho de 2013, um pouco por todo o Brasil, um aumento no preço dos transportes públicos desencadeia uma sucessão de protestos. Em faixas, cartazes e folhetos, pode ler-se «O Gigante Acordou».<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> In <http://edition.cnn.com/2011/10/05/opinion/rushkoff-occupy-wall-street/>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014. Todas as citações serão feitas na língua da edição consultada.

<sup>2</sup> In <http://mexico.cnn.com/mundo/2011/06/20/los-indignados-de-valencia-inician-una-marcha-en-apoyo-al-15-m>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014.

<sup>3</sup> Versão original e versão traduzida em <http://www.tahrirdocuments.org/2011/11/let-us-return-to-the-squares-to-complete-our-revolution/>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014.

<sup>4</sup> In <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/o-gigante-acordou/>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014.

As abordagens convencionais aos movimentos sociais — neste caso, talvez precisássemos de criar o sintagma “novos-novos movimentos sociais” —, ao concentrarem-se nos fatores de oportunidades e constrangimentos políticos, nas formas de organização disponíveis de um repertório inicial e nas mediações culturais entre oportunidade e ação, enfrentam, no mínimo, um desafio teórico. Um discurso de universalidade que efetivamente mobiliza — o povo nas praças, os 99%, o gigante e outros signos — atravessa estas manifestações e paira como espectro disruptivo sobre o sistema de significação política. Para entendermos a realidade destes movimentos na sua plenitude, teremos de nos concentrar, também, sobre esse espectro disruptivo que ecoa sobre os seus signos. Indo mais além, para entendermos os próprios sistemas de significação política, teremos de abraçar a questão da subjetivação política. Ou seja, teremos de nos afastar de uma sociologia política dos objetos de expressão política, que (não negamos) têm causas e consequências sociais, para nos concentrarmos no espaço da teoria política de análise dos processos que se encontram associados à *constituição política* dos sujeitos desses objetos.

Articulando os contributos da teoria política contemporânea na área da subjetivação, designadamente de Ernesto Laclau, Jacques Rancière, Slavoj Žižek, Alain Badiou, Michael Hardt e Antonio Negri, e da teoria feminista e *queer*, encontramos o espaço no qual é possível perspetivar o lugar, o tempo e os processos associados à emergência de sujeitos políticos coletivos na contemporaneidade, bem como, no seu cruzamento com as teorias da pós-modernidade, o papel da ascensão, mesmo que puramente metafórica, à tentativa de significação da universalidade da comunidade política por parte desses mesmos sujeitos.

Além das novas expressões mobilizadoras, das quais demos alguns exemplos, a própria teoria política avança novos conceitos para designar o(s) sujeito(s) político(s) coletivo(s) no século XXI — sendo “multidão” o que se oferece como integrado num edifício teórico que se pretende solidamente construído.

A integração compreensiva destes contributos — com ou sem inovação conceptual no que ao sujeito propriamente dito diz respeito — em redor de uma unidade de análise, o sujeito político coletivo, que não o autor em si mesmo

considerado e a totalidade ou segmento do seu trabalho teórico (que está por detrás da maioria das investigações existentes neste campo<sup>5</sup>), constitui-se como desafio, a um tempo necessário e tendencialmente incomensurável, que preside à presente investigação.

Entre a articulação necessária da teoria contemporânea atrás referida — que coloca o sujeito político coletivo no centro da política — e os novos repertórios conceptuais para designar esse sujeito central, encontramos o ponto de interseção que enforma a pergunta que importa responder: *É a “multidão” o, ou mesmo um, novo sujeito coletivo no século XXI?* Está ela melhor colocada do que outros conceitos para designar uma nova realidade? E existe um espaço que seja preciso atravessar entre a designação conceptual e a nomeação efetiva das expressões mobilizadoras tendencialmente universais na contemporaneidade, ou esse espaço — da aderência de um conceito a um nome — não é essencial à própria constituição do sujeito?

Considerando tanto o espaço teórico como o objetivo, já referidos, a metodologia adotada é, naturalmente, qualitativa, ou seja, de investigação da teoria política normativa através da literatura produzida acerca da temática, preponderantemente contemporânea, com um forte pendore de análise de texto e muito imbuída de uma teoria de discurso, que parece melhor adaptada à análise dos processos através dos quais o sentido é criado e contestado pelo exercício político.

Esta abordagem metodológica partirá, deste modo, da articulação, por um lado, de determinados conceitos e, por outro, de determinados processos que se constituem como essenciais para uma aproximação circunstanciada tanto aos sujeitos coletivos de uma forma geral como ao sujeito “multidão” como hipótese de nomenclatura para as movimentações de grande número no século XXI. Assim, num primeiro capítulo, operacionalizaremos *espaço público, conflito, identidades e sujeitos, antagonismo e hegemonia*. Num segundo capítulo, aproximar-nos-emos aos processos

---

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, sobre a obra de Laclau, CHRITCHLEY, Simon & MARCHART, Oliver (ed.), *Laclau, a Critical Reader*. Nova Iorque, Routledge, 2004. Sobre Badiou, Rancière e Balibar, ou seja, sobre a teoria política contemporânea em França, veja-se HEWLETT, Nick, *Badiou, Balibar, Rancière – Rethinking Emancipation*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2010. Sobre Rancière, veja-se TANKE, Joseph J., *Jacques Rancière: An Introduction – Philosophy, Politics, Aesthetics*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2011. Outros exemplos abundam.

constitutivos do sujeito político — intimamente relacionados com os processos constitutivos da própria política e, neste sentido, diferentes dos processos políticos entendidos como atos orgânicos e institucionais num enquadramento de teor funcionalista clássico<sup>6</sup> — que se podem simplificar em quatro momentos: *rutura*, *subjetivação*, *hegemonização* e *nomeação*. Estamos perante processos e momentos que existem como exceção, no sentido em que correspondem a interrupções numa política entendida como exercício de regulação e governamentalidade do consenso, uma excecionalidade que subverte a ideia da política como estatística, em sintonia com Hannah Arendt.<sup>7</sup>

Do cruzamento daqueles conceitos com os momentos em que a sua operacionalização se manifesta nasce a teia de relações que permite que a noção de *agenciamento* sobressaia e que represente um alargamento da capacidade explicativa dos sujeitos políticos coletivos. Em consequência deste alargamento da matriz explicativa destes fenómenos, que se pretende atingir na sequência dos dois primeiros capítulos deste estudo, poderemos movimentar-nos melhor na perceção de elementos comuns e preponderantes dos casos reais a que recorreremos no início. Exemplos como: o facto de os espaços públicos, tanto no sentido urbanístico como político, se tornarem o espaço de articulação e expressão política (a Praça Tahir, Puerta del Sol, a megapólis de São Paulo); o facto de essa expressão adotar uma narrativa de disrupção no sistema de ordenamento e de significação política; o facto de essa disrupção ser efetuada por um sujeito coletivo que pretende significar um grande número (o “povo”,

---

<sup>6</sup> Sem prejuízo de algumas leituras de reinterpretação crítica do funcionalismo terem introduzido a ideia de “disfunção” como momento subjetivo de ação com capacidade de introdução de mudanças no sistema que acabariam por temperar a excessiva centralidade do equilíbrio sistémico das abordagens funcionalistas. Veja-se a este respeito MERTON, Robert K., «Social Structure and Anomie», in *American Sociological Review*, vol. 3, 1938, pp. 672-682, a base de um capítulo com o mesmo nome e aumentado em MERTON, Robert K., «Social Structure and Anomie», in *Social theory and social structure*. Nova Iorque: The Free Press, 1968.

<sup>7</sup> «The laws of statistics are valid only where large numbers or long periods are involved, and acts or events can statistically appear only as deviations or fluctuations. The justification of statistics is that deeds and events are rare occurrences in everyday life and in history. Yet the meaningfulness of everyday relationships is disclosed not in everyday life but in rare deeds, just as the significance of a historical period shows itself only in the few events that illuminate it. (...) [I]t is a hopeless enterprise to search for meaning in politics or significance in history when everything that is not everyday behavior or automatic trends has been ruled out as immaterial». In ARENDT, Hannah, *The Human Condition*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1958, pp. 42-43.

os “indignados”, o “gigante”); o facto de esse mesmo sujeito, através dessa significação, se nomear a si próprio e, portanto, se reconhecer; o facto de haver uma progressão rápida no próprio processo de subjetivação de uma oportunidade circunscrita à totalidade e incorporação da própria legitimidade democrática (da exigência de queda de Mubarak ao exercício do poder constituinte, do aumento do preço dos transportes para a afirmação «*R\$0,20 – Não é por centavos. É por direitos*») e a aquisição de uma posição antagonista.

No terceiro capítulo, abordaremos o conceito de “multidão” que pretende designar um sujeito político constituinte no século XXI enquanto proposta teórica e tentaremos, no seio da sua contraposição e similitudes com outros conceitos e enquadramentos teóricos em circulação — como *povo* e *classe* —, verificar a adequabilidade da transição/inovação conceptual proposta.

Após estes três vetores de análise, apresentaremos uma reflexão conclusiva que articula conceitos, processos, permanências e inovações conceptuais e de nomeação, e respetivos problemas, tendo por fim a tentativa de reconstituição compreensiva da matriz explicativa alargada de emergência e expressão de sujeitos políticos coletivos. Cumulativamente, tentaremos verificar se a referida matriz torna necessária a emergência de novos conceitos para aqueles sujeitos no século XXI e se a hipótese “multidão” demonstra eficácia<sup>8</sup> conceptual e simbólica.

---

<sup>8</sup> «Politics is the site par excellence of symbolic efficacy, the action that is performed through signs capable of producing social things, and, in particular, groups». In BOURDIEU, Pierre, «The Social Space and the Genesis of Groups», in *Theory and Society*, vol. 14, n.º 6, 1985, pág. 741.

## **CAPÍTULO I: IDEIAS DE POLÍTICA**

Pretendendo abordar a emergência de sujeitos político coletivos significa determinar, à partida, o espaço teórico e conceptual no qual aquela emergência se possa inscrever. Para este fim, importa começar por proceder a um jogo de inscrição que, necessariamente, supõe um jogo de exclusão, no sentido de diferenciação teórica e de conceitos operacionáveis à abordagem.

Encontrar o sujeito político coletivo pressupõe que a unidade de medida inicial é o Homem, colocando-o, individual ou coletivamente, no centro da investigação. Deste modo, a sua ação política adquire primordialidade, sendo que o espaço onde essa ação decorre é o espaço público, um conceito operacional que permite, simultaneamente, centralizar o sujeito na ação e alargar o espaço político e o exercício de poder para lá da institucionalidade disciplinar no sentido estrito.

Se o espaço onde decorre a ação política do sujeito é o espaço público, a forma de expressão dessa ação é o conflito: movimento contraestabilizador que permite a inovação política e as disrupções necessariamente associadas a qualquer inovação e que deve, em consequência, ser operacionalizado como conceito central à investigação.

O meio pelo qual a forma conflitual é expressa num espaço público é a narrativa e o discurso, veículo de identificação, desidentificação e reidentificação e, associados a ele, os respetivos jogos de reconhecimento e representação que permitem a própria subjetivação política.

Por fim, a subjectivação política apenas pode adquirir permanência na capacidade de agenciamento — e, por conseguinte, a permanência do sujeito político colectivo — se perpetuar em si o discurso de (des)identificação que potencia a disrupção e o conflito expressos num espaço público, o que corresponde à assunção de um antagonismo que se opõe à subsunção. Pelo que, tanto antagonismo como hegemonia devem ser conceitos operacionais a esta abordagem.

Espaço, forma, meio e tempo (permanência) enformam, assim, os conceitos primordiais da análise que abordaremos no presente capítulo.

## I. 1. Espaço Público e Espaço Político

«Man is a political animal, in other words an animal that exists in a polity, a public space. To put it more precisely: Man is an animal, that by virtue of being from the very outset embedded in a public network of social relationships, first develops the competences that make a person of him.»<sup>i</sup>

Jürgen Habermas

O político é condição de humanidade. A diferenciação essencial entre esta e o resto do reino animal não passa pela sociabilidade, já que a condição de sociabilidade é comum à humanidade e muitas outras espécies animais, tanto no âmbito convivial, como também em planos mais profundos como estratificação, ordenamento, coerção, cooperação e respectivos reconhecimentos. «Homem é um animal social»<sup>9</sup> enformou, de uma forma quase genética, a teoria política, sendo que a afirmação corresponde a um erro de tradução (e, simultaneamente, a uma leitura do pensamento do passado a partir da realidade e linguagem do tradutor) — primeiro em Séneca e consolidado em Tomás de Aquino — da forma aristotélica original: «*zoonpolitikon*» — animal *político*. Num trabalho seminal sobre a diferenciação entre político, social e privado, Hannah Arendt refere-se a este “acontecimento” de substituição nos seguintes termos: «More than any elaborate theory, this unconscious substitution of the social for the political

---

<sup>9</sup> As traduções portuguesas da *Política* de Aristóteles — Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977 e a versão bilingue traduzida do grego S.I.: Vega, 1998 — não traduzem a expressão por “animal social”, mas sim “animal político”, sendo que a versão das Publicações Europa-América cria um subcapítulo denominado «O Homem, “animal político”» que não existe no original, de acordo com a versão bilingue. Ainda assim, uma pesquisa no motor de busca *Google* em português regista mais 9 000 registos em “animal social” do que em “animal político”, e a mesma pesquisa em inglês regista uma diferença de 28 000 000 de entradas entre as mesmas expressões.

betrays the extent to which the original Greek understanding of politics had been lost.»<sup>10</sup>

Tanto Arendt como Habermas introduzem a sua aproximação ao espaço do político e ao espaço público através de uma descrição da submersão desse(s) mesmo(s) espaço(s) teoricamente reconhecido(s) na Antiguidade Clássica — sobretudo grega — no domínio do privado ou “corporativo” na sociedade europeia da Idade Média.<sup>11</sup> Arendt descobrirá a primeira abordagem teórica a um comum que enformasse um espaço político alheio à necessidade em Maquiavel<sup>12</sup> e Habermas na expressão embrionária de um espaço público no séc. XVIII.<sup>13</sup>

Os conceitos de espaço político em Arendt e o espaço público em Habermas não são teoricamente coincidentes, mas ambos apontam para um espaço *democrático* no qual o político por excelência existe, entendido como local de exercício da condição política dos sujeitos — aqui entendidos como atores ou agências e não como entidades de sujeição. Trata-se do espaço relacional e ato de liberdade onde o comum é sujeito a pensamento, construção, discurso, ação e reconstrução e que não se confunde nem com o espaço privado nem com a autoridade estatal — «(...) at one

---

<sup>10</sup> ARENDT, Hannah, *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958 (1998), pág. 23.

<sup>11</sup> «During the Middle Ages in Europe the contrast drawn in Roman law between *publicus* and *privatus* was familiar but had no standard usage. The precarious attempt to apply it to the legal conditions of the feudal system of domination based on fiefs and manorial authority unintentionally provides evidence that an opposition between the public and private spheres on the ancient (or modern) model did not exist.» In HABERMAS, Jürgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere – An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity Press, 2003 (1962), pág. 5.

<sup>12</sup> «What remains surprising is that the only postclassical political theorist who, in an extraordinary effort to restore its old dignity to politics, perceived the gulf and understood something of the courage needed to cross it was Machiavelli, who described it in the rise "of the Condottiere from low condition to high rank," from privacy to princedom, that is, from circumstances common to all men to the shining glory of great deeds.» In ARENDT, Hannah, *Ibidem*, pág. 35.

<sup>13</sup> «Only after national and territorial power states had arisen on the basis of the early capitalist commercial economy and shattered the feudal foundations of power could this court nobility develop the framework of a sociability – highly individuated, in spite of its comprehensive etiquette – into that peculiarly free-floating but clearly demarcated sphere of “good society” in the eighteenth century. The final form of the representative publicness, reduced to the monarch’s court and at the same time receiving greater emphasis, was already an enclave within society separating itself from the state.» In HABERMAS, Jürgen, *Ibidem*, pp. 10-11.



time the rationalization of domination in the medium of the critical public debate of private people».<sup>14</sup>

É nesta coincidência de entendimento que nos queremos colocar ao abordar a política como atividade democrática do sujeito —

«[t]he *polis* was distinguished from the household in that it knew only "equals", whereas the household was the center of the strictest inequality. To be free meant both not to be subject to the necessity of life or to the command of another and not to be in command oneself. It meant neither to rule nor to be ruled»<sup>15</sup>

— uma abordagem que parte dos indivíduos e da sua condição política, dos muitos/múltiplos, e não do aparato institucional de exercício de poder e coerção<sup>16</sup> —

«[b]y "the public sphere" we mean first of all a realm of our social life in which something approaching public opinion can be formed. (...) We speak of the political public sphere in contrast, for instance, to the literary one, when public discussion deals with objects connected to the activity of the state.»<sup>17</sup>

Se espaço político e espaço público nos permitem sair dos limites das estruturas e funções como definidoras da política<sup>18</sup>, já as ideias de oposição a espaço social ou a espaço privado devem estar — na perspectiva da identificação da política como atividade democrática do sujeito — elas mesmas sob contestação democrática.

---

<sup>14</sup> HABERMAS, Jürgen, *Ibidem*, pág. 210, a que, segundo o próprio, acrescentar-se-á, na segunda metade do século xx, a necessidade de neutralização do poder social, pág. 234.

<sup>15</sup> ARENDT, Hannah, *Ibidem*, pág. 32.

<sup>16</sup> «(...) [T]he whole concept of rule and being ruled, of government and power in the sense in which we understand them as well as the regulated order attending them, was felt to be prepolitical and to belong in the private rather than the public sphere.» In ARENDT, Hannah, *Ibidem*, pág. 32.

<sup>17</sup> HABERMAS, Jürgen, «The Public Sphere: An Encyclopedia Article (1964)», in *New German Critique*, n.º 3, 1974, pág. 49.

<sup>18</sup> «What I have always liked about "public sphere" as a theory term, as a framework that we can take from Habermas, is that it provides a way of conceptualizing an expanded notion of the political. It forces us to look for politics in other social places.» In ELEY, Geoff, «Politics, Culture, and the Public Sphere» in *positions*, Duke University Press, vol. 10, n.º 1, 2002, pág. 231.

Teoricamente, esse contraditório foi bastante desenvolvido pela teoria feminista<sup>19</sup>, por exemplo, que acabou por questionar quatro noções fundamentais no conceito de espaço público em Habermas:

- 1) que o espaço público elimina diferenciais de estatuto — que é um espaço de iguais<sup>20</sup>;
- 2) que a democracia se associa melhor a um espaço público único e inclusivo do que à existência e proliferação de vários públicos<sup>21</sup>;
- 3) que o discurso num espaço público é de tipo deliberativo<sup>22</sup> sobre o comum e que o consenso é a sua finalidade, por oposição à esfera “privada” para a qual é remetida a diferença<sup>23</sup>;
- 4) que a funcionalidade de um espaço público exige uma separação liminar entre sociedade e estado<sup>24</sup>.

---

<sup>19</sup> Veja-se FRASER, Nancy, «Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy», in *Social Text*, n.º 25/26, 1990, pp. 56-80.

<sup>20</sup> Lembremo-nos que, na Antiguidade Grega, a igualdade «(...) far from being connected with justice, as in modern times, was the very essence of freedom: to be free meant to be free from the inequality present in rulership — do domínio doméstico no qual se encontra a mulher e o escravo e no qual se gere o trabalho como elemento relacionado com a necessidade (o complete oposto à liberdade) — and to move in a sphere where neither rule nor being ruled existed». In ARENDT, Hannah, *Ibidem*, pp. 32-33.

<sup>21</sup> «(...) [M]embers of subordinated social groups – women, workers, peoples of color, and gays and lesbians – have repeatedly found it advantageous to constitute alternative publics. I propose to call these subaltern counterpublics in order to signal that they are parallel discursive arenas where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses, which in turn permit them to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs.» In FRASER, Nancy, *Ibidem*, pág. 67.

<sup>22</sup> Veja-se MANSBRIDGE, Jane, et al., «The Place of Self-Interest and the Role of Power in Deliberative Democracy», in *The Journal of Political Philosophy*, vol. 18, n.º 1, 2010, pp. 64–100.

<sup>23</sup> «Thus, the elaboration of a distinctive culture of civil society and of an associated public sphere was implicated in the process of bourgeois class formation; its practices and ethos were markers of "distinction" in Pierre Bourdieu's sense, ways of defining an emergent elite, setting it off from the older aristocratic elites it was intent on displacing, on the one hand, and from the various popular and plebeian strata it aspired to rule, on the other. This process of distinction, moreover, helps explain the exacerbation of sexism characteristic of the liberal public sphere; new gender norms enjoining feminine domesticity and a sharp separation of public and private spheres functioned as key signifiers of bourgeois difference from both higher and lower social strata.» In FRASER, Nancy, *Ibidem*, pág. 60.

<sup>24</sup> «The important point is that this new mode of political domination [de um modo de dominação repressiva para um modo hegemónico], like the older one, secures the ability of one stratum of society to rule the rest. The official public sphere, then, was – indeed, is – the prime institutional site for the construction of the consent that defines the new, hegemonic mode of domination.» In FRASER, Nancy,

Desta operação de contestação surgem novas dimensões no espaço público (e no espaço do político) que aprofundam o sentido da política entendida como atividade democrática do sujeito e não como função e estrutura institucional de poder político-administrativo. O espaço do comum está ele mesmo sujeito a contestação, pelo que a entrada e tradução de questões anteriormente remetidas ao espaço privado é um exercício democrático do próprio sujeito e essa entrada e tradução está muitas vezes relacionada com a existência real de contrapúblicos (espaços de retirada e reagrupamento de sujeitos políticos de identidades diferenciadas) que, dialeticamente, capacitam os contrapúblicos dos instrumentos para decompor a realidade de inexistência de paridade participatória e a hegemonia em contextos interpúblicos estruturados de contestação cultural e ideológica – o espaço público e o espaço do político no século XXI.

---

*Ibidem*, pág. 62, que, neste aspeto, acompanha completamente Gramsci: «For it should be remarked that the general notion of State includes elements which need to be referred back to the notion of civil society (in the sense that one might say that State = political society + civil society, in other words hegemony protected by the armour of coercion).» In GRAMSCI, Antonio, *Selection from Prison Notebooks*, pág. 532.

## I. 2. Conflito e Dissensão

«The essence of politics is the manifestation of dissensus as the presence of two worlds in one.»<sup>ii</sup>

Jacques Rancière

Apesar de particularmente interessado no pânico como fenómeno afastado da perspectiva de ação<sup>25</sup> democrática do sujeito, Smelser acabou por sistematizar da seguinte forma as determinantes (combinadas ou cumulativas) de emergência dos comportamentos coletivos: «(1) Structural conduciveness. (...) (2) Structural strain. (...) (3) Growth and spread of a generalized belief. (...) (4) Precipitating factors. (...) (5) Mobilization of participants for action. (...) (6) The operation of social control.»<sup>26</sup>

O que sobressai de semelhante sistematização é que o conflito se encontra em cada um dos determinantes assinalados, sendo que o consenso surge apenas no processo de desmontagem ou assimilação na fase da operação do controlo social (que, segundo Smelser, se qualifica como “contradeterminante”<sup>27</sup>).

Gramsci coloca também o consenso num campo de exercício de controlo social hegemónico: «If the ruling class has lost its consensus, i.e. is no longer “leading” but only “dominant”, exercising coercive force alone, this means precisely that the great

---

<sup>25</sup> “Ação” é aqui entendida no sentido do “ato” explorado por Hannah Arendt: «[t]o act, in its most generic sense, means to take an initiative, to begin (as the Greek word *archein*, “to begin”, “to lead”, and eventually “to rule”, indicates), to set something into motion (which is the original meaning of the Latin *agere*)», in ARENDT, Hannah, *The Human Condition*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1958, pág. 177.

<sup>26</sup> SMELSER, Neil, *Theory of Collective Behavior*. Nova Iorque: The Free Press, 1965, pp. 14-17.

<sup>27</sup> «(...) [T]he study of social control is the study of those counter-determinants which prevent, interrupt, deflect, or inhibit the accumulation of the determinants just reviewed. For purposes of analysis it is convenient to divide social controls into two broad types: (a) Those social controls which minimize conduciveness and strain. In a broad sense these controls prevent the occurrence of an episode of collective behavior, because they attack very nonspecific determinants, (b) Those social controls which are mobilized only after a collective episode has begun to materialize.» In SMELSER, Neil, *Ibidem*, pág. 17.

masses have become detached from their traditional ideologies, and no longer believe what they used to believe previously, etc.»<sup>28</sup>

Esta ideia de centralidade do conflito pode ser encontrada em várias perspectivas teóricas nas mais diversas áreas de investigação política e social. Lipset assinala que «[a] convergência metodológica nas análises da mudança social em várias abordagens não é nova. Eisenstadt sublinha que os “pais fundadores” [da sociologia política], como Durkheim e Weber, partilham com Marx e seus seguidores uma insistência na caracterização dos sistemas sociais pelas “contradições”.»<sup>29</sup>

Mas, se é verdade que o conflito é o fenómeno de emergência do comportamento coletivo — o que é partilhado pelas mais distintas abordagens teóricas — nem todo o conflito se qualifica como político, ou seja, um conflito associado a ruturas do equilíbrio de forças políticas que possam constituir o campo da emergência daquilo a que chamámos a ação democrática do sujeito (e não o do diametralmente oposto pânico, como em Smelser). Quanto a este aspeto, estamos em sintonia com Gramsci:

«(...) the rupture of the equilibrium of forces did not occur as the result of direct mechanical causes — i.e. the impoverishment of the social group which had an interest in breaking the equilibrium, and which did in fact break it. It occurred in the context of conflicts on a higher plane than the immediate world of the economy; conflicts related to class “prestige” (future economic interests); and to an inflammation of sentiments of independence, autonomy and power. The specific question of economic hardship or well-being as a cause of new historical realities is a partial aspect of the question of the relations of force, at the various levels.»<sup>30</sup>

Portanto, encontramos-nos no campo da primordialidade do conflito na compreensão da realidade social, de entre estes, no campo da primordialidade do conflito político na compreensão da realidade política e, de entre estes, no campo da primordialidade do conflito cultural e ideológico na compreensão do político,

---

<sup>28</sup> GRAMSCI, Antonio, *Selections from the Prison Notebooks*. Londres: ElecBook, 1999, pág 556.

<sup>29</sup> LIPSET, Seymour, *Consenso e Conflito*. Lisboa: Gradiva, 1992, pág. 36.

<sup>30</sup> GRAMSCI, Antonio, *Ibidem*, pp. 409-410.

sublinhando-se para este fim a ideia de “inflamação” de sentimentos de independência, autonomia e poder por parte dos sujeitos a que Gramsci se refere, ou de “motivação” em Habermas.<sup>31</sup>

No entanto, existe ainda uma quarta operação de diferenciação para nos situarmos no âmbito das abordagens ao conflito — o sujeito. O espectro que paira num potencial ponto 3.5. de Smelser sem nunca obter a visibilidade de determinante da ação. Nesta operação encontramos a diferença entre a presente leitura e a da “contentious politics” de Tilly que reconhece as três operações anteriores, mas falha em situar o sujeito no centro da sua própria ação, concentrando-se nas estratégias da sua prática/expressão:

«[c]ontentious politics involves interactions in which actors make claims bearing on someone else’s interests, in which governments appear either as targets, initiators of claims, or third parties. Contentious politics thus brings together three familiar features of social life: contention, collective action, and politics. (...) This book represents political contexts in three main ways: as regimes; within regimes, as political opportunity structures; and within political opportunities structures, as sketches of the strategic situations faced by claim-making actors.»<sup>32</sup>

Esforços para situar o sujeito no centro da sua ação podem ser encontrados, por exemplo, na teoria política em Rancière, e na teoria dos movimentos sociais de paradigma de análise cultural, em Melucci. Referindo-se à impossibilidade de reciprocidade como motor para contextos de competição e conflito, Melucci escreve:

«[b]oth subjects involved deny each other’s identities and refuse to grant to their adversary what they demand for themselves. The conflict severs the reciprocity of the interaction; the adversaries clash over something that is common to both of them but that each refuses to grant to the other. Beyond

---

<sup>31</sup> «A legitimation crisis can be predicted only if expectations that cannot be fulfilled either with the available quantity of value or, generally, with rewards conforming to the system are systematically produced. A legitimation crisis then, must be based on a motivation crisis—that is, a discrepancy between the need for motives declared by the state, the educational system and the occupational system on the one hand, and the motivation supplied by the socio-cultural system on the other.» In HABERMAS, *Legitimation Crisis*. Londres: Heinemann, 1980, pp. 74-75.

<sup>32</sup> TILLY, Charles, *Contentious Performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 1-12.

the concrete or symbolic objects at stake in a conflict, what people fight for is always the possibility of recognizing themselves and being recognized as subjects of their action.»<sup>33</sup>

Uma política de centralidade do sujeito no conflito cultural e ideológico é, por conseguinte, sempre uma política de visibilidade e reconhecimento — «[p]olitical demonstrations makes visible that which had no reason to be seen; it places one world in another (...)» —, ou seja, uma política de *dissenso* no ato autoconstituente de inscrição do sujeito num sensível que lhe nega esse reconhecimento —

«[t]he specificity of political dissensus is that its partners are no more constituted than is the object or stage of discussion itself. Those who make visible the fact that they belong to shared world that others do not see — or cannot take advantage of — is the implicit logic of any pragmatics of communication.»<sup>34</sup>

Um passo mais além foi dado pela análise dos processos de transformação social e política, por exemplo por Jeniffer Todd, ao sistematizar a mudança nas categorias coletivas de identificação — que podem ser de três tipos: dissonâncias entre a ordem social e o *habitus*<sup>35</sup> individual; dissonâncias no seio do próprio *habitus* individual; e o momento da intencionalidade na formação de identidade, a “incorporação”, no sentido de Badiou<sup>36</sup> —, que se pode constituir como uma operação, também ela conflitual,

---

<sup>33</sup> MELUCCI, Alberto, «The Process of Collective Identity», in JOHNSTON, Hank & KLANDERMANS, Bert (ed.), *Social Movements and Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995, pág. 48.

<sup>34</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Dissensus – On Politics and Aesthetics*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2010, pág. 38.

<sup>35</sup> De acordo com conceptualização de Pierre Bourdieu em «Estructuras, Habitus, Práticas», in *El sentido práctico*. Madrid: Taurus Ediciones, 1991: «(...) siendo el producto de una clase determinada de regularidades objetivas, el habitus tiende a engendrar todas las conductas “razonables” o de “sentido común” posibles dentro de los límites de estas regularidades, y sólo de éstas, y que tienen todas las posibilidades de ser sancionadas positivamente porque están objetivamente ajustadas a la lógica característica de un determinado campo del que anticipan el porvenir objetivo; tiende también, al mismo tiempo, a excluir “sin violencia, sin método, sin argumentos” todas las “locuras” (“esto no es para nosotros”), es decir, todas las conductas destinadas a ser negativamente sancionadas porque son incompatibles con las condiciones objetivas.»

<sup>36</sup> «What is at issue is the possibility for an individual, defined as a mere human animal, and clearly distinct from any Subject, to decide to become part of a political truth procedure. (...) On *Logics of World*, and a simpler manner in the *Second Manifesto for Philosophy*, I describe this decision as an incorporation: the individual body and all that it entails in terms of thought, affects, potentialities at

relacionada com o reconhecimento do papel dos processos de mutação associados às operações de emergência do sujeito, apresentando seis modelos de mudança de identidade coletiva — reafirmação (reforço das oposições num contexto binário); conversão (em que a gramática simbólica de uma nova ordem converte o conflito em consenso); privatização (na segregação, remetendo a identidade diferencial para o domínio “doméstico”); adaptação (em que a identidade e categoria de identidade se articulam cooperativamente na ordem social); assimilação (com alterações de alguns elementos de identidade, marginalizando as oposições binárias); e, por fim, a apropriação ritual (em que se assegura a continuidade do sentido sem alterar a prática — um estatuto de “concordar em discordar”).<sup>37</sup>

Localizamo-nos, assim, numa análise ao político que utiliza o conflito como conceito operacional fundamental em cinco operações de diferenciação atrás referidas:

- Operação 1 – reconhecimento da essencialidade do conflito na compreensão da realidade social;
- Operação 2 – reconhecimento da essencialidade do conflito político na compreensão da realidade política;
- Operação 3 – reconhecimento da essencialidade do conflito cultural e ideológico na compreensão do conflito político;
- Operação 4 – reconhecimento da centralidade do sujeito no conflito cultural e ideológico;
- Operação 5 – reconhecimento do papel dos processos de mutação de identidades coletivas associados à emergência do sujeito.

---

work in it, and so forth, becomes one of the elements of another body, the body-of-truth, the material existence of a truth in the making in a given world.» In BADIOU, Alain, *The Communist Hypothesis*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2010, pp. 233-234.

<sup>37</sup> TODD, Jennifer, «Social Transformation, Collective Categories, and Identity Change», in *Theory and Society*, Vol. 34, n.º 4, 2005, pp. 429-463., principalmente 440-453.



### I. 3. Cultura, Narrativas, Identidade e Sujeitos

«Ser mulheres juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser mulheres negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras sapatonas juntas não era suficiente. Éramos diferentes... Levou algum tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de alguma diferença em particular.»<sup>iii</sup>

Audre Lorde

Para uma percepção do papel dos processos de mutação de identidades coletivas associados às operações de emergência do sujeito, precisamos de convocar os avanços teóricos<sup>38</sup> no campo das identidades políticas, do construtivismo ao pós-modernismo e deste ao pós-estruturalismo ou teoria da análise de discurso, e da sua articulação com as ideias de ação e agenciamento coletivos.

O campo das evoluções teóricas mencionadas é demasiado extenso para uma inclusão compreensiva e global no âmbito desta investigação, no entanto, partimos do princípio que estamos perante inovações de percepção da constituição de sujeitos que apresentam disrupções nos enquadramentos de pertença e categorias sociológicas das abordagens clássicas, disrupções essas sem as quais não é possível compreender a ação democrática do sujeito na época contemporânea.

Uma das inovações teóricas que pretendemos destacar é aquela que atravessa estas abordagens de política de identidades como elemento comum: a inscrição da marginalização no campo do poder, tanto no espaço da existência política como no

---

<sup>38</sup> Para uma síntese da evolução teórica nas noções de construção de identidade, veja-se, por exemplo, CERULO, Karen A., «Identity Construction: New Issues, New Directions», in *Annual Review of Sociology*, vol. 23, 1997, pp. 385-409.

campo da própria teoria política.<sup>39</sup> Trata-se, deste modo, de uma inovação que, simultaneamente, permite a inscrição do sujeito marginalizado no espaço político e coloca em causa a “domesticação” e “privatização” no exercício da hegemonia pela superestrutura, ou na identidade dominante.<sup>40</sup>

Stuart Hall refere-se do seguinte modo ao impacto das teorias feministas nos estudos culturais — que, acrescentamos nós, corresponde ao efeito no conhecimento no sentido lato:

«[f]or cultural studies (in addition to many other theoretical projects), the intervention of feminism was specific and decisive. It was ruptural. It reorganized the field in quite concrete ways. First, the opening of the question of the personal as political (...). Second, the radical expansion of the notion of power, which had hitherto been very much developed within the framework of the notion of the public, the public domain, with the effect that we could not use the term power — so key to the earlier problematic of hegemony — in the same way. Third, the centrality of questions of gender and sexuality to the understanding of power itself. Fourth, the opening of many of the questions that we thought we had abolished around dangerous area of the subjective and the subject (...). Fifth, the

---

<sup>39</sup> Veja-se SOMMERS, Margaret R., «The narrative constitution of identity: A relational and network approach», in *Theory and Society*, n.º 23, 1994, pág. 608: «Although they take no universal form, the various expressions of this new "politics of identity" all share the common feature of being constituted by people who previously felt marginalized from dominant political channels and more mainstream social movements. Significantly, these are also groups and individuals who have been marginalized by prevailing social theoretical accounts for why people act the way they do. Thus, for example, classical theoretical accounts of social movement organizations focus on class interests as a motivating factor for action or "instrumental" calculi to achieve specifically power-oriented goals.»

<sup>40</sup> Veja-se JOHNSON, Carol, «Narratives of Identity: Denying Empathy in Conservative Discourses on Race, Class, and Sexuality», in *Theory and Society*, vol. 34, n.º 1, 2005, pág. 44: «Indeed, one of the ways in which neo-liberal ideology functions is to reduce people to self-interested individuals, thereby making claims to social disadvantage immediately suspect. (...) The "mainstream" is then justified in rejecting the views of a minority group pursuing "special interests" rather than the interests of the general community.» O que não deixa de ser impressionante é que a mesma ideia existe já em Marx, num dos textos que dedicou exclusivamente a questões de identidade e ideologia — *On The Jewish Question*, in <http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/On%20The%20Jewish%20Question.pdf>, pág. 15: — «[p]olitical emancipation is the reduction of man, on the one hand, to a member of civil society, to an egoistic, independent individual, and, on the other hand, to a citizen, a juridical person. Only when the real, individual man re-absorbs in himself the abstract citizen, and as an individual human being has become a species-being in his everyday life, in his particular work, and in his particular situation, only when man has recognized and organized his “own powers” as social powers, and, consequently, no longer separates social power from himself in the shape of political power, only then will human emancipation have been accomplished.»

“re-opening” of the closed frontier between social theory and the theory of the unconscious.»<sup>41</sup>

O que se obtém da disrupção que inscreve o sujeito marginalizado no espaço político e confronta a “privatização” das suas identidades e exigências é a deslocalização das explicações de ação e agenciamento das categorias de “interesses” e “normas” — que justificavam a privatização e/ou a heterofobia de um comum pré-existente — para as categorias de “identidade” e “solidariedade”<sup>42</sup>, o que corresponde a toda uma nova capacidade explicativa dos ditos novos movimentos sociais articulados (ou organizados pela teoria em categorias de análise) em redor de identidades colectivas agremiadas segundo a tríade género/sexualidade, raça/etnicidade e classe.<sup>43</sup>

Acompanhamos Stuart Hall sobre a importância desta disrupção mas, simultaneamente, reconhecemos inovação sobre a inovação levada a cabo tanto pelas leituras críticas pós-modernistas como pelas abordagens construtivistas suaves (“soft constructivism”) sobre o carácter “essencialista” da primeira disrupção.<sup>44</sup> Neste contexto, partindo da tentativa de desconstrução da “ficção universalista” presente nas categorias da tríade, as teorias feministas pós-modernistas<sup>45</sup> tentam desmontar a ideia da categoria de género como entidade homogénea:

---

<sup>41</sup> HALL, Stuart, «Cultural studies and its theoretical legacies», in MORLEY, David & CHEN, Kuan-Hsing, *Critical Dialogues in Cultural Studies*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996, pág. 269.

<sup>42</sup> «Based on the assumption that persons in similar social categories and similar life-experiences (based on gender, color, generation, sexual orientation, and so on) will act on the grounds of common attributes, theories of identity politics posit that "I act because of who I am not because of a rational interest or set of learned values.» In SOMMERS, Margaret R., *Ibidem*, pág. 608.

<sup>43</sup> Para uma síntese crítica às categorias da tríade referida, veja-se SMITH, Dorothy E., «Categories are not enough», in *Gender and Society*, vol. 23, n.º 1, 2009, pp. 76-80.

<sup>44</sup> Veja-se, por exemplo, JOHNSON, Carol, «Narratives of Identity: Denying Empathy in Conservative Discourses on Race, Class, and Sexuality», in *Theory and Society*, vol. 34, n.º 1, 2005, pág. 45: «(...) identities are predominantly constructed via binaries/dualisms in which one category (e.g., white or heterosexual or man) is constructed as superior/dominant and another (e.g., black or gay or woman) is constructed as inferior/subordinate. Such analyses are then used to critique "identity politics," arguing that such politics is itself implicated in the construction of essentialized identities and relations of domination and exclusion.»

<sup>45</sup> Veja-se, também, HARAWAY, Donna, «“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra», in *Cadernos Pagu*, vol. 22, 2004, pp. 201-246.

«Patricia Hill Collins (1991), for example, notes that elements such as race and social class produce multiple variations of "women" and "men," distinctions that many societies use to build complex hierarchical stratification systems. The existence of these multiple categories alerts us to the flaws of binary gender conceptualizations, focusing us instead on the ways in which multiple identity affiliations qualitatively change the nature of human experience.»<sup>46</sup>

A mesma premissa de crítica à ficcionalidade universalizante está presente nas análises construtivistas suaves:

«[a]mong the many questions we must ask, for example, is whether the new theories of identity-politics are not creating their own new "totalizing fictions" in which a single category of experience, say gender, will over-determine any number of crosscutting simultaneous differences such as race and class. (...) Feminists of color charge that feminist identity-theories focusing exclusively on gender oversimplify their situation, because gender is just one of a number of other fundamental facets of identity and difference, such as poverty, class, ethnicity, race, sexual identity, and age.»<sup>47</sup>

Semelhantes na premissa inicial, a primeira abordagem prossegue para um esforço de desconstrução da natureza dualista do enquadramento de gênero, permitindo um desarmamento da operação de controlo e poder, enquanto a segunda abordagem privilegia a dimensão flutuante e relacional das autodefinições enquanto definições fabricadas nas práticas sociais e na interação (e menos ancoradas na construção de um *self* inspirado nos processos de individuação psicanalítica).

Assim, encontramos os processos de identificação, nomeadamente dos processos de identificação de sujeitos políticos coletivos, nas redes de produção de sentido, sendo que essa é mais uma etapa de proximidade entre teorias feministas pós-modernas de análise de identidades, do construtivismo suave — ambas inscritas numa “política de identidades” — e teoria política pós-estruturalista e de análise de discurso: o papel da narrativa e do discurso na emergência, contínua produção/reprodução e manutenção de identificações e representações.

---

<sup>46</sup> CERULO, Karen A., *Ibidem*, pp. 391-392.

<sup>47</sup> SOMMERS, Margaret R., *Ibidem*, pág. 610.

Destacamos, neste aspeto, a análise de Margaret Sommers que propõe uma perspectiva de identidade narrativa através da qual os sujeitos devem ser entendidos como membros de culturas políticas definidas pela sua localização simbólica e relacional numa matriz de narrativas:

«[f]rom this angle of relational membership, identities cannot be derived from attributes imputed from a stage of societal development (be it pre-industrial or modern), or by "experience" imputed from a social category (such as traditional artisan, factory laborer, or working-class wife), but by actors' places in the multiple (often competing) symbolic and material narratives in which they were embedded or with which they identified»<sup>48</sup>.

O que permitirá sobreposições identitárias (de identidades narrativas, sempre que as narrativas se cruzam) e narrativas políticas intrincadas de identidades diferenciadas, que, ao contrário da “política de identidades” *stricto sensu*, amplia a capacidade de uma perceção compreensiva do agenciamento coletivo transidentitário no século XXI.

Aprofundando o repertório de narrativas disponível na matriz de enquadramento relacional (que substitui “sociedade” na sua teoria), Sommers apresenta-nos a seguinte categorização: narrativas ontológicas — «[t]hese are the stories that social actors use to make sense of — indeed, to act in — their lives. Ontological narratives are used to define who we are; this in turn can be a precondition for knowing what to do.»; narrativas públicas — «(...) are those narratives attached to cultural and institutional formations larger than the single individual, to intersubjective networks or institutions, however local or grand, micro or macro-stories about American social mobility, the "freeborn Englishman," the working-class hero, and so on» —; metanarrativas, «which we are embedded as contemporary actors in history and as social scientists. Our sociological theories and concepts are encoded with aspects of these master narratives — Progress, Decadence, Industrialization, Enlightenment, etc. — even though they usually operate at a presuppositional level of social-science epistemology or beyond our awareness. These

---

<sup>48</sup> SOMMERS, Margaret R., *Ibidem*, pág. 633.

narratives can be the epic dramas of our time: Capitalism vs. Communism, the Individual vs. Society, Barbarism/Nature vs. Civility. They may also be progressive narratives of teleological unfolding: Marxism and the triumph of Class Struggle, Liberalism and the triumph of Liberty, the Emergence of Western Citizenship, the Rise of Nationalism or of Islam»; e, por fim, as narrativas conceituais — «[t]hese are the concepts and explanations that we construct as social researchers. (...) The challenge of conceptual narrativity is to devise a vocabulary that we can use to reconstruct and plot over time and space the ontological narratives and relationships of historical actors, the public and cultural narratives that inform their lives, and the crucial intersection of these narratives with the other relevant social forces».<sup>49</sup>

O que se obtém deste tipo de perspectiva é uma ampliação da capacidade de compreensão da diversidade de expressão de sujeitos políticos, a potencialidade de cruzamento de narrativas identitárias que permitem múltiplas formas e graus de agenciamento coletivo (um agenciamento de geometria variável ou «the embeddedness of identity in overlapping networks of relations that shift over time and space»<sup>50</sup>) e a introdução de uma dimensão ontológica nos processos de identificação política, bem como uma definição mais profunda das tipologias de narrativas que presidem aos processos de emergência de sujeitos políticos coletivos e sua tradução na narratividade conceptual da teorização, e, por fim, a introdução de mecanismos de contradição, conflito e/ou tensão na própria articulação destas diferentes narrativas em competição<sup>51</sup>:

---

<sup>49</sup> SOMMERS, Margaret R., *Ibidem*, pp. 618-620.

<sup>50</sup> SOMMERS, Margaret R., *Ibidem*, pág. 607.

<sup>51</sup> «Identities are often formed precisely at the points where conflicting narratives run parallel but do not quite meet. That "not meeting" can take the form of outright exclusion and rejection.» In JOHNSON, Carol, *Ibidem*, pág. 42. Também sobre conflitualidade narrativa: «Narratives are important in providing both individuals and collectives with a sense of purpose and place. The shared stories of a culture provide grounds for common understandings and interpretation. But as such, they may become sites of cultural conflict when those common understandings are challenged. If narratives provide a way of understanding the world and locating oneself within the broader culture, then a movement that seeks to alter the structure of society also seeks to challenge the understanding of people within that society and, necessarily, the narratives that underpin those understandings.» In PATTERSON, Molly & MONROE, Kristen, «Narrative in Political Science», in *Annual Review Political Science*, n.º 1, 1998, pág. 321.

«[t]he "narrative" dimension of identity there and elsewhere, thus presumes that action can only be intelligible if we recognize the various ontological and public narratives in which actors are emplotted. Narrative identities are constituted by a person's temporally and spatially variable place in culturally constructed stories composed of (breakable) rules, (variable) practices, binding (and unbinding) institutions, and the multiple plots of family, nation, or economic life. Most important, however, narratives are not incorporated into the self in any direct way; rather they are mediated through the enormous spectrum of social and political institutions and practices that constitute our social world.»<sup>52</sup>

O problema com esta abordagem é, no entanto, que não conseguimos vislumbrar com clareza a intencionalidade do sujeito, sendo que pode acabar por reproduzir, por isso, o efeito de impossibilidade de acomodação da mudança histórico-política da “política de identidades” e dos seus essencialismos. Encontramos esta intencionalidade do sujeito, como vimos anteriormente, em Jennifer Todd, a partir de Bordieu:

«[i]dentity, however, is not the *habitus*: there is too much in the *habitus*, much of it below the level of consciousness, much irrelevant to how one conceives of oneself. The *habitus* rather gives a substratum from which identity is formed in a process of arrangement and rearrangement of some of these elements of embodied meaning and value, with some held close to the center of self, others left on the margins. Identity-narratives are the reports of (sometimes the performance of) the arrangement and rearrangement of these blocks of meaning. Identity formation and change is thus a continuous process that involves a considerable degree of intentionality.»<sup>53</sup>

De facto, esta intencionalidade é essencial se queremos considerar alguma capacidade de emancipação ao sujeito, de atuação democrática, de articulação de uma narrativa ontológica e pública antagonista que se constitua — para manter a taxonomia de Sommers — como rede de sobreposição de identidades, um sentido de “togetherness” por oposição a “unitedness”, como em Arendt:

---

<sup>52</sup> SOMMERS, Margaret R., *Ibidem*, pág. 625.

<sup>53</sup> TODD, Jennifer, *Ibidem*, pág. 437.

«(...) unitedness of many into one is basically antipolitical; it is the very opposite of the togetherness prevailing in political or commercial communities, which — to take the Aristotelian example — consist not of an association (*koinonia*) between two physicians, but between a physician and a farmer, "and in general between people who are different and unequal."»<sup>54</sup>

O desafio será, em consequência, permitir-se a articulação entre as noções de agenciamento e antagonismo, que não é alheia ao processo de identificação, apenas é uma articulação atenta ao falhanço da identificação (ainda que um processo que decorre da própria construção identitária e dos sucessivos conflitos nos seus processos e, portanto, não se constitui como um falhanço ou desidentificação possível antes de qualquer exercício de identificação<sup>55</sup>) — ou seja, à incomensurabilidade da identidade e representação na rede de sentido relacional. É neste momento que encontramos a teoria da análise de discurso:

«[t]he presence of the antagonistic other prevents me from fully being myself. So what is necessary is an ontological terrain within which that distance from myself resulting from antagonism could be inscribed. This terrain is what we have called discourse and, as we have pointed out several times, it is not restricted to speech and writing but embraces all systems of signification. (...) In some respects we could say that, if we are searching for a terrain in which the subversion of identities resulting from antagonistic relations could be represented, rhetoric should be a privileged field for our inquiry, given that it consists, precisely, in the distancing of all literal meaning as a result of the tropological movement.»<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> ARENDT, Hannah, *Ibidem*, pp. 214-215.

<sup>55</sup> Veja-se, por exemplo, BENHABIB, Seyla, «Sexual Difference and Collective Identities: The New Global Constellation», in *Signs*, vol. 24, n.º 2, 1999, pág. 33: «(...) disidentification only works against a background of identification constituted through narrative. Otherwise, disidentification may not be in the service of the self, but it can further the dissolution of a strong sense of self».

<sup>56</sup> LACLAU, Ernesto, «Ideology and post-Marxism», in *Journal of Political Ideologies*, vol. 11, n.º 2, pág. 106.



#### I. 4. Antagonismo e Hegemonia

«[T]here is no room for conceiving totality as a frame within which hegemonic practices operate: the frame itself has to be constituted through hegemonic practices.»<sup>iv</sup>

Ernesto Laclau

Chegados ao reconhecimento de que os processos de identificação — e o seu falhanço — são constitutivos dos sujeitos e do seu agenciamento e que, de entre os diversos graus de agenciamento, o único que constitui como condição de possibilidade a emancipação democrática (imbuída de intencionalidade e incorporação) é o que se reveste de uma narrativa ontológica e pública de carácter “(re)afirmativo” (recuperando a sistematização teórica de Jennifer Todd), delineamos um novo grau de delimitação do espaço que ocupamos: o espaço de confronto, sem qualquer tipo de subsunção, absorção ou integração naturais, das (o)posições políticas — produtos das identificações políticas — num contexto mutuamente exclusivo: o antagonismo.

O contributo de Laclau é particularmente interessante na definição de antagonismo neste contexto:

«(...) antagonisms, for us, are not objective relations but a kind of relation in which the limits in the constitution of any objectivity are shown. (...) From the viewpoint of each of the two antagonistic forces, its opponent is not an objective presence, completing the fullness of one's own identity, but represents, on the contrary, that which makes impossible reaching such a fullness.»<sup>57</sup>

Esta qualificação do antagonismo como relação política de subjetividades/sujeitos mutuamente exclusivos está longe, tanto da deliberação

---

<sup>57</sup> LACLAU, Ernesto, «Ideology and post-Marxism», in *Journal of Political Ideologies*, vol. 11, n.º 2, pág. 104.

reconciliadora do público habermasiano como do “agonismo”<sup>58</sup>, um conceito *contra-antagónico* que permanece num espaço de reconhecimento da legitimidade dos intervenientes e na ideia da partilha de um mesmo espaço político por entidades diversas que se reconhecem mutuamente como partes da mesma associação política (partes da *polis*).

O antagonismo é um tipo de relação conflitual que supõe as ideias de substituição e alternativa, negando legitimidade e identificação coletiva comum ao antagonizado. Nesse sentido, o antagonismo é contra-hegemónico, ele é um tipo de relação constitutivamente política que pretende a desarticulação da ordem existente (num primeiro nível, esta ordem é de carácter simbólico, uma ordem de sentidos):

«(...) every order is political and based on some form of exclusion. There are always other possibilities that have been repressed and that can be reactivated. The articulatory practices<sup>59</sup> through which a certain order is established and the meaning of social institutions is fixed are “hegemonic practices”. Every hegemonic order is susceptible of being challenged by counter-hegemonic practices, i.e. practices which will attempt to disarticulate the existing order so to install another form of hegemony.»<sup>60</sup>

Existe, deste modo, uma relação forte entre antagonismo — a proposta de uma alteridade de sentido político — e a noção de hegemonia. Apesar de a teoria da

---

<sup>58</sup> Para uma leitura sobre a noção de agonismo na teoria da democracia veja-se MOUFFE, Chantal *On the Political*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005, nomeadamente pág. 20: «Conflict in order to be accepted as legitimate, needs to take a form that does not destroy the political association. This means that some kind of bond must exist between the parties in conflict, so that they will not treat their opponents as enemies to be eradicated, seeing their demands as illegitimate, which is precisely what happens with the antagonistic friend/enemy relation. (...) If we want to acknowledge on one side the permanence of the antagonistic dimension of conflict, while on the other side allowing for the possibility of “taming”, we need to envisage a third type of relation. This is the type of relation which I proposed to call “agonism”. While antagonism is a we/they relation in which the two sides are enemies who do not share any common ground, agonism is a we/they relation where the conflicting parties, although acknowledging that there is no rational solution to their conflict, nevertheless recognize the legitimacy of their opponents. They are “adversaries” not enemies.»

<sup>59</sup> Ou práticas discursivas, de acordo com a teoria do discurso ou teoria pós-estruturalista. Veja-se LACLAU, Ernesto, *Ibidem*, pp. 105-106: «Let us enumerate more precisely the transcendental conditions of a terrain in which the notion of antagonism as limit of objectivity can be inscribed. The first and more important one is that what is inscribable within such a terrain should be wider than the field of objective relations (otherwise we would be confined to the exclusive alternative real opposition/dialectical contradiction). (...) The first condition is met by the notion of discourse.»

<sup>60</sup> MOUFFE, Chantal, *Ibidem*, pág. 18.

hegemonia ser preponderante no trabalho de Gramsci, o conceito é utilizado de formas diversas em três contextos diferenciados: dentro das identidades subalternas, no sentido de força hegemónica constituída no processo de consciencialização; dentro da fase histórica de dominação por parte de um determinado grupo (classe) e, por fim, dentro de um contexto internacional para referir preponderâncias de determinadas nações.

Considerando o objeto da nossa análise, deixaremos de lado a hegemonia em contexto internacional e abordaremos o conceito nos dois outros sentidos.

No primeiro sentido, trata-se de uma inscrição de um sujeito num jogo hegemónico, através de uma prática articulatória, como em Mouffe, ou uma inscrição discursiva, como em Laclau, que Gramsci aborda como “conceção verbal”:

«[b]ut this verbal conception [por oposição à conceção material] is not without consequences. It holds together a specific social group, it influences moral conduct and the direction of will, with varying efficacy (...). Critical understanding of self takes place therefore through a struggle of political “hegemonies” and of opposing directions, first in the ethical field and then in that of politics proper, in order to arrive at the working out at a higher level of one’s own conception of reality. Consciousness of being part of a particular hegemonic force (that is to say, political consciousness) is the first stage towards a further progressive self-consciousness in which theory and practice will finally be one.»<sup>61</sup>

A aquisição de uma posição hegemónica, neste caso, corresponde, mais do que a saída da passividade do consenso gerido pelo grupo dominante, à saída da posição de uma existência corporativa e de defesa de interesses económicos particulares e sua ascensão a intenções de liderança no campo político. Posição hegemónica corresponde, aqui, a posição antagonista.

No segundo sentido, corresponde à função de imposição de consenso “espontâneo” sobre as massas, exercida pela sociedade civil, por oposição à função de “dominação direta”, ou força “legítima” de disciplina, exercida pelo estado:

---

<sup>61</sup> GRAMSCI, Antonio, *Ibidem*, pp. 641-642.

«[w]hat we can do, for the moment, is to fix two major superstructural “levels”: the one that can be called “civil society”, that is the ensemble of organisms commonly called “private”<sup>62</sup>, and that of “political society” or “the State”. These two levels correspond on the one hand to the function of “hegemony” which the dominant group exercises throughout society and on the other hand to that of “direct domination” or command exercised through the State and “juridical” government.»<sup>63</sup>

Ao ater-se na teoria da hegemonia, neste duplo sentido de posição antagonista e do papel dos diferentes níveis da superestrutura na gestão do consenso e do conflito, Gramsci constitui-se como o ponto de contacto entre o marxismo e modelos críticos focados na produção cultural do consentimento no sujeito de classe por parte da classe dominante de uma forma unidirecional (ideologia) e os modelos pós-estruturalistas que desconstroem a ideia unidirecional e homogénea do poder ideológico, em que o consentimento e a resistência são produzidos por múltiplos discursos que atravessam o social (e que ultrapassam a classe ou deslocalizam dela o centro da possibilidade antagonista).<sup>64</sup> A potencialidade do conceito de hegemonia encontra-se, precisamente, no facto de enfatizar o conflito inerente e descobrir o

---

<sup>62</sup> Pode afirmar-se que esta referência a existência de um exercício de poder no campo do “privado” por parte de Gramsci, como espaço fora do aparato do estado, mas, ainda assim, um espaço de gestão política, permite-nos tanto proximidades com o “espaço público” habermasiano como proximidades para as críticas das teorias feministas a esse mesmo espaço tal como teorizado por Habermas. No entanto, a originalidade de Gramsci está no papel central do exercício de hegemonia pela sociedade civil, e não tanto no reconhecimento do exercício de poder nesse mesmo espaço, que encontramos já em Marx, em *On The Jewish Question*, in <http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/On%20The%20Jewish%20Question.pdf>, pág. 6: «The perfect political state is, by its nature, man’s species-life, as opposed to His material life. All the preconditions of this egoistic life continue to exist in civil society outside the sphere of the state, but as qualities of civil society. Where the political state has attained its true development, man – not only in thought, in consciousness, but in reality, in life – leads a twofold life, a heavenly and an earthly life: life in the political community, in which he considers himself a communal being, and life in civil society, in which he acts as a private individual, regards other men as a means, degrades himself into a means, and becomes the plaything of alien powers. The relation of the political state to civil society is just as spiritual as the relations of heaven to earth. The political state stands in the same opposition to civil society, and it prevails over the latter in the same way as religion prevails over the narrowness of the secular world – i.e., by likewise having always to acknowledge it, to restore it, and allow itself to be dominated by it.»

<sup>63</sup> *Idem, Ibidem*, pág. 145.

<sup>64</sup> Para síntese desta articulação conceptual e teórica, veja-se STODDART, Marck C. J., «Ideology, Hegemony, Discourse: A Critical Review of Theories of Knowledge and Power», in *Social Thought & Research*, vol. 28, 2007, 191-225.

exercício de domínio cultural envolvidos na produção de redes de poder, representação e legitimidade política.

Particularmente importante para nós é o reconhecimento de que existe uma operação de agenciamento do sujeito político que corresponde ao posicionamento antagônico em relação a uma hegemonia e que corresponde, ele mesmo, à aquisição de uma posição de hegemonização política (alternativa):

«[t]herefore, even before attaining power a class [a agência do sujeito na teorização de Gramsci] can (and must) “lead”; when it is in power it becomes dominant, but continues to ‘lead’ as well... there can and must be a “political hegemony” even before the attainment of governmental power, and one should not count solely on the power and material force which such a position gives in order to exercise political leadership or hegemony».<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> Gramsci, Antonio, *Ibidem*, pág. 211.

## CAPÍTULO II: PROCESSOS CONSTITUTIVOS DA POLÍTICA

Uma vez detalhado o enquadramento conceptual que nos permite circunscrever o espaço (espaço público), forma (conflito e dissensão), meio (narrativas, identidades e subjetivação) e tempo/permanência (antagonismo e hegemonia) da análise dos sujeitos políticos coletivos, estamos em condições de articular cada um dos processos associados à emergência daquele tipo de sujeitos.

Chamamos a esses processos *constitutivos* porque esta emergência desestabiliza o sistema de significação política e, por conseguinte, o sistema político, criando momentos de rearticulação das significações que sustentam o espaço político. Neste sentido, os processos constitutivos da política não devem ser confundidos, como tentámos clarificar na Introdução, com os processos políticos em sentido estrito, ou melhor, com os processos — no sentido funcionalista — em que atores orgânicos e institucionais gerem o equilíbrio de um sistema político.

A natureza destes processos constitutivos é disruptiva — algo naturalmente associado a momentos constitutivos do ponto de vista político.

Um conjunto alargado de disrupções deve, deste modo, ser abordado, no sentido de conseguirmos encontrar o momento da subjetivação como o momento cumulativo de processos que podem conduzir à inscrição antagónica de um sujeito político coletivo num espaço público conflitual e não como uma essencialidade pré-existente ou submersa em inevitabilidade pré-determinada.

Articularemos, deste modo, no capítulo que se segue, a disrupção entre ordem e sistema de ordenamento, a disjunção entre poder e legitimidade, entre sistema de ordenamento e capacidade de representação, a fissura entre sistema de representação e subjetivação, a subversão simbólica da individualidade e contingência por parte do sujeito político individual, a disrupção entre o sujeito político de tendência universalizante e o sujeito político de identidade particularista, e, por fim, a rutura entre designação externa e a automeação como autodeterminação política dos sujeitos. Apesar da abordagem do presente capítulo pretender primordialmente uma clarificação teórica dos processos de emergência dos sujeitos coletivos, cada uma das disrupções

mencionadas ressoa sobre a realidade factual. Tomemos como exemplo o movimento Occupy Wall Street. Quando enuncia «we as individuals rose up against political disenfranchisement»<sup>66</sup> expressa que operou uma disjunção entre poder e legitimidade. Quando apresenta uma declaração de ocupação com 23 acusações dirigidas a um “eles” enquanto sistema de ordenamento — por exemplo, «[t]hey have perpetuated inequality and discrimination in the workplace based on age, the color of one’s skin, sex, gender identity and sexual orientation»; «[t]hey determine economic policy, despite the catastrophic failures their policies have produced and continue to produce» ou «[t]hey purposefully keep people misinformed and fearful through their control of the media» — expressa que reconhece as fissuras entre sistema de ordenamento e capacidade de representação e entre sistema de representação e subjetivação.<sup>67</sup> Quando afirma «[a]s one people, united, we acknowledge the reality: that the future of the human race requires the cooperation of its members», completou uma disrupção entre o sujeito político de tendência universalizante e o sujeito político de identidade particularista.<sup>68</sup>

A articulação das disrupções mencionadas permitir-nos-á incorrer numa prospeção mais alargada às categorias de sujeitos políticos e suas expressões, tanto numa dimensão histórica como numa dimensão contemporânea, capacitando-nos para uma análise crítica de nomeações de novos sujeitos políticos coletivos, designadamente a “multidão”.

---

<sup>66</sup> In <http://www.nycga.net/resources/documents/principles-of-solidarity/>. Consultado em: 21 de março de 2014.

<sup>67</sup> e <sup>68</sup> In <http://www.nycga.net/resources/documents/declaration/>. Consultado em: 21 de março de 2014.

## II. 1. Rutura

«The profound misunderstanding expressed in the Latin translation of “political” as “social” is perhaps nowhere clearer than in a discussion in which Thomas Aquinas compares the nature of household rule with political rule: the head of the household, he finds, has some similarity to the head of the kingdom, but, he adds, his power is not so “perfect” as that of the king. Not only in Greece and the polis but throughout the whole of occidental antiquity, it would indeed have been self-evident that even the power of the tyrant was less great, less “perfect” than the power with which the *paterfamilias*, the *dominus*, ruled over his household of slaves and family. And this was not because the power of the city's ruler was matched and checked by the combined powers of household heads, but because absolute, uncontested rule and a political realm properly speaking were mutually exclusive.»<sup>v</sup>

Hannah Arendt

O espaço de excelência do político encontra-se não tanto no sistema de ordem e ordenamento, poder e seu exercício, como na possibilidade da rutura entre ordem e sistema de ordenamento.

Esta centralidade na diferenciação entre existência e função e a articulação das duas dimensões como forma de lidar com o colapso em potência é uma característica essencial da teoria política da modernidade que podemos observar a partir do momento em que deus é retirado da função de ordenamento e o homem o substitui nessa função, tornando (re)existente o poder, na medida em que não pode haver poder real numa situação de poder absoluto (na qual ordem e sistema de



ordenamento são uma única coisa), uma vez que «[i]f an individual or group had absolute power in society, this would mean (...) that the other groups would have no other identity than the effects deriving from that power and, as a result, they would also be part of the identity of the dominant group»<sup>69</sup>.

No entanto, percebendo a potencialidade (re)constitutiva da diferenciação e do consequente *ato*<sup>70</sup> *democrático* de questionamento do(s) titular(es) da função de ordenamento na gestão de ordem levam, nos primórdios da modernidade ainda contaminada pela pré-modernidade, a esforços teóricos de sustentação de uma absolutização de poder no soberano através da sua subtração à própria sociedade política que ele enforma como condição de reprodução do sistema sem colapso:

«[u]ma quarta opinião, incompatível com a natureza do Estado é a de que o detentor do poder soberano está sujeito às leis civis. É certo que todos os soberanos estão sujeitos às leis da natureza, porque tais leis são divinas e não podem ser revogadas por nenhum homem ou Estado. Mas o soberano não está sujeito àquelas leis que ele próprio, ou melhor, que o Estado fez. Pois estar sujeito a leis é estar sujeito ao Estado, isto é, ao soberano representante, isto é, a si próprio, o que não é uma sujeição, mas liberdade em relação às leis. Este erro, porque coloca as leis acima do soberano, coloca também um juiz acima dele, com poder para o castigar, o que é fazer um novo soberano, e também pela mesma razão um terceiro para castigar o segundo, e assim sucessivamente ao infinito, para confusão e dissolução do Estado».<sup>71</sup>

As grandes narrativas políticas da modernidade introduziram, simultaneamente, a questão da rutura entre ordem e sistema de ordenamento (e do consequente colapso em potência) e a sua proposta de resolução contingente, através de uma polaridade ordem/caos que conseguiu conter a multiplicidade de possibilidades dessa mesma fissura constitutiva através da apresentação de formas concretas de ordenamento político como únicas capazes de cumprir a função de

---

<sup>69</sup> LACLAU, Ernesto & ZAC, Lilian, «Minding the Gap: The Subject of Politics», in LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994, pág. 18.

<sup>70</sup> Novamente no sentido constante em Hannah Arendt (ver nota 25).

<sup>71</sup> HOBBS, Thomas, *Leviatã – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, pp. 257-258.

organização política. Veja-se Hobbes e a capacidade disciplinatória da oposição entre sociedade e estado natural:

«(...) it cannot be denied that men's natural state, before they came together into society, was War; and not simply war, but a war of every man against every man. For what else is WAR but that time in which the will to contend by force is made sufficiently known by words or actions? All other Time is called PEACE». <sup>72</sup>

Este esforço de enquadrar, simultaneamente, a saída de deus do político e a contingência da entrada do soberano longe da onipotência divina, mas realizado apenas na sua subtração à sociedade política (uma presença concretizada apenas na sua ausência), faz com que Ernesto Laclau reconheça em Hobbes um papel crucial na constituição do discurso político da modernidade, uma vez que:

«[o]n the one hand, God is no longer there to determine the content of a good communication order; on the other, the state of nature poses a threat not to this or that particular social order but to social order as such, and this makes visible, perhaps for the first time, the function of “political ordering” as different from the various concrete political orders which could historically fulfil it». <sup>73</sup>

Porém, recolhendo os contributos da teoria política contemporânea numa aproximação pós-estruturalista e de análise de discurso, a constituição do soberano como uma presença concretizada apenas na sua ausência oferece-se, também, como o espaço de imprecisão — espaço no qual pode surgir um “significante vazio”<sup>74</sup> — que permitirá estabelecer o campo em que as forças políticas antagónicas podem competir

---

<sup>72</sup> HOBBS, Thomas, *On the Citizen*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 29-30. Destaques e maiúsculas no original.

<sup>73</sup> LACLAU, Ernesto & ZAC, Lilian, *Ibidem*, pág. 35.

<sup>74</sup> O conceito será abordado em pormenor a seguir, no entanto, na sua relação “umbilical” com o político, destaque-se Laclau — «[p]olitics is possible because the constitutive impossibility of society can only represent itself through the production of empty signifiers», in LACLAU, Ernesto, *Emancipation(s)*, Londres e Nova Iorque: Verso, 2007, pág. 44 — numa perspetiva sintetizada pela análise crítica de Žižek do seguinte modo: «[s]ince “society does not exist”, its ultimate unity can be symbolized only in the guise of an empty signifier hegemonized by some particular content – the struggle for this content is the political struggle», in ŽIŽEK, Slavoj, *The Ticklish Subject – The Absent Centre of Political Ontology*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2008, pág. 207.

num contexto de pluralidade de conteúdos possíveis de concretizar (ou significar) a soberania/poder de formas completamente distintas, algo que apenas decorrerá da dissociação ordem/função de ordenamento e da assunção da sua capacidade de redefinição daquela através da sua participação nesta. O mesmo pode ser dito quanto a Rousseau e a ideia de uma vontade geral associada ao contrato social de constituição do povo, sendo que o povo enquanto entidade política existe apenas depois da contratação, tornando o “povo”, como anteriormente o “soberano”, «(...) an absent presence that haunts the contractual process, possessing no objective reality beyond its political construction», fazendo com que a sua identidade seja «(...) necessarily contingent and open to change».<sup>75</sup>

O que é de sublinhar tanto numa aproximação totalizante e fundadora da modernidade, presente em Hobbes, como no contratualismo de Rousseau e no pós-estruturalismo contemporâneo, é a ideia de que o momento da própria constituição política encontra o seu sujeito soberano (individual ou coletivo, total ou contingente) enquanto unidade que resulta da articulação temporária, porque não prévia ao momento constitutivo e não “natural” (mesmo que com tentativa de fundamentação de eternidade), das exigências sociais heterogêneas num projeto político comum — total na modernidade e contingente e particularista na pós-modernidade.

Lipset, com obra seminal na área da análise sociológica do conflito e do consenso, destaca Parsons e a forma como este enfatiza a precariedade do equilíbrio dos sistemas sociais, assinalando «que o colapso do equilíbrio é, cientificamente, um fenómeno tão importante como a sua preservação».<sup>76</sup> Acrescentamos que, em política, o colapso do equilíbrio do sistema político é o fenómeno, sendo *mais* importante do que a sua preservação, na exata medida em que é no colapso que encontramos o momento constitutivo do político e o seu espaço próprio do exercício do poder político. Apesar de esta ideia estar implícita na teoria política da modernidade, ela assume um espaço central, e literal, em Marx, em cuja abordagem o

---

<sup>75</sup> INSTON, Kevin, «Representing the unrepresentable: Rousseau’s legislator and the impossible object of the people», in *Contemporary Political Theory*, vol. 9, n.º 4, 2010, pág. 394.

<sup>76</sup> LIPSET, Seymour, *Consenso e Conflito*. Lisboa: Gradiva, 1992, pág. 27, citando PARSONS, Talcott, «The pinto f view of the author», in BLACK, Max (ed.), *The Social Theories of Talcott Parsons*, Wnglewood Cliffs, Prentice-Hall, 1961, pág. 338.

sujeito político coletivo – classe operária — «(...) substituirá, no decurso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, visto que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil»<sup>77</sup>, uma ideia em redor da qual gravitará a abordagem pós-estruturalista.

Existe aqui sintonia com Chantal Mouffe que critica as teorias de equilíbrio sem antagonismo e de aperfeiçoamento na sua dimensão anticolapso em perspetivas de consenso sem exclusão como antipolíticas, porque, uma vez mais, integram uma geminação indissociável entre ordem e sistema de ordenamento:

«[n]otions as “partisan-free democracy”, “good governance”, “global civil society”, “cosmopolitan sovereignty”, “absolute democracy” — to quote only a few of the currently fashionable notions — all partake of a common anti-political vision which refuses to acknowledge the antagonistic dimension constitutive of “the political”». <sup>78</sup>

Habermas encontra esta potencialidade disruptiva no processo de formação do espaço público como construção de uma burguesia para a qual a exigência política feita às autoridades públicas não passava por uma ideia de partilha e de divisão de poder, mas sim de oposição antagonista ao sistema de dominação.<sup>79</sup>

Esta mesma ideia de potencialidade do momento de dissociação entre ordem e sistema de ordenamento como constitutiva do político pode ser encontrada em Rancière numa crítica à pós-democracia: «[postdemocracy] is the practice and theory

---

<sup>77</sup> MARX, Karl, *Miséria da Filosofia*. Lisboa: Edições «Avante!», 1991, pág. 153.

<sup>78</sup> MOUFFE, Chantal, *On the Political*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005, pág. 2.

<sup>79</sup> «A division of rule by parceling out lordly rights (...) was no longer possible on the basis of a commercial economy, for the power of control over one's own capitalistically functioning property, being grounded in private law, was apolitical. The bourgeois were private persons; as such they did not “rule”. Their power claims against the public authority were thus not directed against the concentration of powers of command that ought to be “divided”; instead, they undercut the principle on which existing rule was based. The principle of control that the bourgeois public opposed to the latter — namely, publicity — was intended to change domination as such.» In Habermas, Jürgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere – An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity Press, 2003 (1962), pág. 28. Uma ideia presente, desde logo, em Marx: «[a] condição de libertação da classe laboriosa (*sic*) é a abolição de qualquer classe, tal como a condição de libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens». In *ibidem*, pág. 153.

of what is appropriate with no gap left between the forms of the state and the state of social relations»<sup>80</sup>, o que está também na origem das sua dez teses sobre a política, designadamente a sexta, que postula que

«[i]f politics is the tracing of a vanishing difference with respect to the distribution of social parts and shares, it follows that its existence is by no means necessary, but that it occurs as an always provisional accident within the history of forms of domination. It also follows that the essential object of political dispute is the very existence of politics itself».<sup>81</sup>

Confrontamo-nos, assim, com a necessidade de abordar um momento original<sup>82</sup>, uma disrupção no lugar da ordem, sem a qual nenhuma potencialidade de rearticulação ou redefinição política<sup>83</sup> de sistemas de ordenamento, de sistemas que incorporam determinada estrutura de relações de poder, pode ser considerada.

---

<sup>80</sup> RANCIÈRE, Jacques. *La Mésentente - Politique et Philosophie*. Paris: Editions Galilée, 1995, pág. 153, citado por CHANTAL, Mouffe, *Ibidem*, pág. 29.

<sup>81</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Dissensus – On Politics and Aesthetics*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2010, pág. 35.

<sup>82</sup> «Todo sistema social, desde luego, tiene una historia, lo cual significa que ha tenido un comienzo, aunque éste se remonte a una gran antigüedad. Aun admitiendo que la cuestión de los orígenes puede fácilmente atascarse en un lodazal metafísico, el hecho es que muchos sistemas sociales concretos tienen determinados comienzos.», in GOULDNER, Alvin W., *La Sociología Actual – Renovación y Crítica*, pág. 242.

<sup>83</sup> «Things could always be otherwise and therefore every order is predicated on the exclusion of other possibilities. It is in that sense that it can be called “political” since it is the expression of a particular structure of power relations», in CHANTAL, Mouffe, *Ibidem*, pág. 18.

## II. 2. Identificação e Subjetivação

«Modern subjectivity has nothing to do with the notion of a man as the highest creature in the “Great Chain of Being”, as the final point of the evolution of the universe: modern subjectivity emerges when the subject perceives himself as “out of joint”, as excluded from the “order of things”, from the positive order of entities. (...) [T]here is no subjectivity without the reduction of the subject’s positive-substantial being to a disposable “piece of shit”.»<sup>vi</sup>

Slavoj Žižek

A disjunção entre ordem e sistema de ordenamento acarreta, necessariamente, uma questão de legitimidade e legitimação, tendencialmente arredada do sistema de pensamento enquanto deus operava como única fonte de legitimidade externa ao mundo. A disjunção ordem/sistema de ordenamento faz-se acompanhar pela disjunção poder/legitimidade, que é sempre acompanhada pelo exercício da negatividade da sua ausência — «[f]or to distinguish between legitimacy and power involves the possibility that an actual system of power is illegitimate»<sup>84</sup> — permitindo a entrada da ideia de possibilidade de alternativa, uma vez que «[t]o call power illegitimate would presuppose another social order whose content would be the basis to judge the existing power».<sup>85</sup>

Apesar de a novidade ter sido introduzida pela teoria política da modernidade, apenas a sua supressão permite a saída da oposição epistemológica entre ordem confundida como sistema de ordenamento e estado natural (como espaço desprovido de ordem). Enquanto o oposto da função de ordenamento social for o estado natural e

---

<sup>84</sup> LACLAU, Ernesto & ZAC, Lilian, «Minding the Gap: The Subject of Politics», in LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994, pág. 19.

<sup>85</sup> *Idem, Ibidem*, pág. 20.

não outro sistema de ordenamento social, toda a ordem política, independentemente da sua forma ou conteúdo, seria legítima, ou melhor, o poder seria a própria legitimidade, uma vez que haveria apenas espaço para a sua coincidência e nunca para o seu confronto.<sup>86</sup> Neste caso, no entanto, o espaço do poder seria o poder absoluto que, como vimos, é o espaço em que o poder se encontra desprovido do seu sentido e, em consequência, da sua própria necessidade e existência, na medida em que teria atingido a sua plenitude, sendo o social um efeito do próprio poder, ou seja, a comunidade política seria um efeito completo do poder, deixando de ser um espaço para o seu exercício<sup>87</sup>: «(...) if the condition of actual power is conflict, and conflict presupposes the irreducibility of the social to a unique source of effects, there would have to be a limit to the representability of the social — since the representability presupposes compatibility — and, as a consequence, no society effect».<sup>88</sup>

A modernidade, na sua origem, apresenta-nos uma ficção de “fronteiras políticas” transfiguradas numa oposição binária entre ordem e estado natural, no que respeita ao sistema de ordenamento da comunidade política, e amigo e inimigo, numa exportação do conflito (simulacro de conflito) para fora da sua comunidade “integrada”. O problema, no entanto, é que a comunidade representada dentro dos limites destas “fronteiras políticas” deixa de ser uma comunidade efetivamente política, a qual apenas pode ser realizada fora da lógica binária da oposição e, portanto, no campo da indefinibilidade.

---

<sup>86</sup> «(...) [B]ecause that guarantee of power as to be both the necessary and sufficient condition of its legitimacy, then, as far as that condition were to be met, power would become legitimate independently of its forms and contents. Why? Because given that the ‘other’ of power was simply the disorganization of society, whatever political order exists would be legitimate not as a result of the value of its own contents, but due to its ability to incarnate the abstract principle of social order as such», LACLAU, Ernesto & ZAC, Lilian, «Minding the Gap: The Subject of Politics», in LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994, pág. 21.

<sup>87</sup> «We can now see why there is a parallelism between the duality power/“society effect” and the duality power/legitimacy: in both cases the second term of the alternative points to an absolute fullness whose total realization would make the first term meaningless», LACLAU, Ernesto & ZAC, Lilian, «Minding the Gap: The Subject of Politics», in LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994, pág. 22.

<sup>88</sup> LACLAU, Ernesto & ZAC, Lilian, «Minding the Gap: The Subject of Politics», in LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994, pág. 18.

De acordo com Bauman,

«[t]he stranger is one (perhaps the main one, the archetypal one) member of the family of undecidables — those baffling yet ubiquitous unities that, in Derrida's words again, "can no longer be included within philosophical (binary) opposition, resisting and disorganizing it, without ever constituting a third term, without ever leaving room for a solution in the form of speculative dialectics"». <sup>89</sup>

Aquela ideia de redução do social a uma única fonte de efeitos e, com ela, a eliminação de um espaço político não é, no entanto, exclusiva à modernidade absolutista. Arendt encontra-a tanto no liberalismo herdado do humanismo burguês como no seu maior antagonista, o marxismo:

«(...) it was not Karl Marx but the liberal economists themselves who had to introduce the "communistic fiction", that is, to assume that there is one interest of society as a whole which with "an invisible hand" guides the behavior of men and produces the harmony of their conflicting interests. The difference between Marx and his forerunners was only that he took the reality of conflict, as it presented itself in the society of his time, as seriously as the hypothetical fiction of harmony (...). A complete victory of society will always produce some sort of "communistic fiction", whose outstanding political characteristic is that it is indeed ruled by an "invisible hand," namely, by nobody.» <sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> BAUMAN, Zygmunt — «Modernity and Ambivalence». In FEATHERSTONE, Mike, *Global Culture – Nationalism, Globalization and Modernity*. Londres: SAGE Publications, 1990, pág. 145, citando DERRIDA, Jacques, *Disseminations*. Londres: Athlone Press, 1981, pág. 71.

<sup>90</sup> ARENDT, Hannah, *Ibidem*, pp. 44-45. Veja-se, também, Habermas Jürgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere – An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity Press, 2003 (1962), pág. 88: «If ideologies are not only manifestations of the socially necessary consciousness in its essential falsity, if there is an aspect to them that can lay a claim to truth inasmuch as it transcends the status quo in utopian fashion, even if only for purposes of justification, than ideology exists at all only from this period on [institucionalização do estado constitucional burguês]. Its origins would be the identification of "property owner" with "human being as such" in the role accruing to private people as members of the public in the political public sphere of the bourgeois constitutional state, that is, in the identification of the public sphere in the political realm with that in the world of letters; and also in public opinion itself, in which the interest of the class, via critical public debate, could assume the appearance of the general interest, that is, in the identification of domination with its dissolution into pure reason.»



Pode, por conseguinte, afirmar-se que a falha da capacidade de representação — e, portanto, o espaço da indefinibilidade e ambivalência<sup>91</sup> — é não só uma expressão da pós-modernidade como é, em si mesmo, uma parte essencial à existência da política, à existência do conflito político, uma vez que ela está na base da construção de processos de identificação dos sujeitos, enquanto sujeitos efetivamente políticos, ou seja, enquanto sujeitos em relação ao político e em relação a um conflito de poder e uma regulação do social, ou melhor, enquanto sujeitos num potencial antagonismo político, o que significa que

«(...) whatever social objectivity exists, it will not reach the closing point of a “society effect” but, instead will be, constitutively, power. And as individual wills cannot be reduced to objective differences or identities within a fully fledged social order, they will only be subjects, places of a constitutive lack whose only identity can be reached by acts of identification».<sup>92</sup>

Portanto, como vimos, existem dois momentos intimamente ligados que são politicamente constitutivos — o momento de disjunção entre ordem e sistema de ordenamento (que abordámos na primeira parte deste capítulo) e o momento de disjunção entre sistema de ordenamento e capacidade de representação (total). No primeiro momento, torna-se visível o poder; no segundo, o sujeito desse poder constituído por processos de subjetivação — «[t]his space of undecidability, of unrepresentability, is the locus of the subject. There are subjects (in the plural) because the Subject (or the Object, which amounts the same) is impossible».<sup>93</sup> Para este passo essencial foram fundamentais os contributos da teoria feminista, particularmente atenta à realidade histórico-política de domesticação/privatização da condição da mulher, da irrepresentabilidade e da subjetivação política, relacionando o

---

<sup>91</sup> Veja-se Bauman: «We can say that the existence is modern inasmuch as it forks into order and chaos (...). Order is not aimed against an alternative order; the struggle for order is not a fight of one definition against another, of one way of articulating reality against a competitive proposal. It is a fight of determinations against ambiguity, of semantic precision against ambivalence, of transparency against obscurity, clarity against fuzziness», *in idem, Ibidem*, pág. 164.

<sup>92</sup> LACLAU, Ernesto & ZAC, Lilian, «Minding the Gap: The Subject of Politics», *in* LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994, pág. 23.

<sup>93</sup> LACLAU, Ernesto & ZAC, Lilian, *Ibidem*, pág. 27.

espaço da atuação política com o espaço criado pela interrupção da totalidade da ordem simbólica.<sup>94</sup>

Na contemporaneidade, encontramos um avanço teórico em relação à pós-modernidade como esforço de visibilidade da ambiguidade e a saída da heterofobia. Trata-se do reconhecimento de uma existência política no próprio espaço do falhanço da identificação — que corresponde, também, a um esforço teórico de supressão de uma política definida como “política de identidades”<sup>95</sup> —, algo que encontramos, de formas relativamente diferentes, nas premissas teóricas de Rancière ou de Laclau. Ambos reinscrevem os sujeitos políticos na política devido à própria impossibilidade da sua expressão enquanto sujeitos: «(...) the problem of politics is not identification, but the identification and its failure»<sup>96</sup>, uma saída da “normalidade evolutiva” da comunidade política —

«[t]he “normal evolution of society, then, presents itself in the form of a progression from a government of birth to a government of wealth. Politics exists as a deviation from this normal order of things. It is this anomaly that is expressed in the nature of political subjects, which are not social groups but rather forms of inscription that (ac)count for the unaccounted».<sup>97</sup>

O problema com a perspectiva pós-moderna de uma política de identidades é que, na saída da polaridade binária e dialética do modernismo, acaba por, através de meios completamente diferentes, duplicar a imagem de “efeito social total” da modernidade, uma vez que a construção de espaços particulares para existências e

---

<sup>94</sup> Veja-se, a este respeito, a abordagem feminista aos conceitos de “não-idêntico” e de “Real” de Adorno e Lacan in LEEB, Claudia, «Toward a Theoretical Outline of the Subject: The Centrality of Adorno and Lacan for Feminist Political Theorizing», in *Political Theory*, Vol. 36, n.º 3, 2008, pp. 351-376.

<sup>95</sup> Veja-se Laclau: «[t]he failure of the post-modern approach, however, is that it has transformed the awareness of the dissolution of class identities, and the disintegration of the classic forms of totalization, into the assertion of an actual dispersion of elements, which render the category of “articulation” obsolete. In short, it has transformed the epistemological failure of classic totalizing discourses into an ontological condition of what is going on in our social world». In LACLAU, Ernesto, «Constructing Universality», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 301.

<sup>96</sup> *Idem, Ibidem*, pág. 35.

<sup>97</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Dissensus – On Politics and Aesthetics*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2010, pp. 35.

exigências particulares e identitárias emancipam os sujeitos (espaços que se constroem numa lógica diferente da anterior heterofobia), mas apenas numa dimensão grupal (numa dimensão puramente sociológica, numa leitura muito semelhante à redução da comunidade política à ideia de sociedade como espaço de articulação de clivagens entre interesses e identificações).<sup>98</sup>

Pretendendo resistir ao ímpeto totalitarista da uniformidade social e da sujeição dos sujeitos particulares ao sujeito coletivo da política, é condição da pós-modernidade a assunção da indefinibilidade e da contingência com negação da universalização das anteriores meta-narrativas, sendo que o esforço de contenção assim realizado acaba por determinar que existem grupos próprios com espaços de expressão próprios que exercem pressões próprias, mas, conseqüentemente, que a ordem própria pode assimilar de uma forma que lhe é própria<sup>99</sup>, o que significa que «(...) what is usually praised as “post-modern politics” (the pursuit of particular issues whose resolution must be negotiated within the “rational” global order allocating its particular component its proper place) is thus effectively the end of politics proper».<sup>100</sup>

Esta ideia pós-moderna com efeitos de *socialização da política* — a política de identidades como consequência da fobia em relação a narrativas de totalização — subjaz — no sentido literal de que se encontra como epistemologia latente — à maioria das abordagens aos movimentos sociais, incluindo às abordagens culturais e, de entre estas, às que não negam o papel da construção ou emergência simbólica/ideológica de sujeitos coletivos. Veja-se o caso de Melucci que aborda a paradoxalidade associada ao movimento de diferenciação e, simultaneamente, identificação num processo de afirmação de uma “realidade coletiva”:

---

<sup>98</sup> «In her compulsion to achieve identity, the subject is, for Adorno, fundamentally alienated in capitalist societies, because “in the end it always identifies itself alone” [ADORNO, *Negative Dialectics*, pág. 172]. «Since the self-identical subject identifies only herself alone, she remains alienated from the object.» In LEEB, Jennifer, *Ibidem*, pág. 362.

<sup>99</sup> Veja-se, por exemplo, BENHABIB, Seyla, «Sexual Difference and Collective Identities: The New Global Constellation», in *Signs*, vol. 24, n.º 2, 1999, pág. 336:«(...) there is little question that the surface antagonisms, conflicts, and agonisms noted by postmodernists were accompanied by deeper forces of economic, military, technological, and communications and information integration — in short, by what we have come to call globalization in the nineties.»

<sup>100</sup> ŽIŽEK, Slavoj, *The Ticklish Subject – The Absent Centre of Political Ontology*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2008, pág. 249.

«[t]he autonomous ability to produce and to recognize the collective reality as a “we” is a paradoxical situation: in affirming its difference from the rest of the society, a movement also states its belonging to the shared culture of a society and its need to be recognized as a social actor. The paradox of identity is always that difference, to be affirmed and lived as such, presupposes a certain equality and a certain reciprocity.»<sup>101</sup>

A impossibilidade de qualquer sujeito se colocar a si fora do paradoxo da representação no sistema resulta na anulação da emergência da política e da subjetivação<sup>102</sup>, tal como vimos até agora.

Colocada deste modo, a pós-política, a concretização de uma política segundo uma condição pós-moderna com «(...) atomização do social em redes flexíveis de jogos de linguagem»<sup>103</sup>, seria não-política, seria “polícia” na aceção de Rancière:

«[t]he essence of the police lies in a partition of the sensible that is characterized by the absence of void and supplement: society here is made up of groups tied to specific modes of doing, to places in which these occupations are exercised, and to modes of being corresponding to these occupations and these places».<sup>104</sup>

O que aqui encontramos em Rancière é, assim, uma crítica ao agonismo (a versão “cordial” do antagonismo)<sup>105</sup> como simples relação quasi-dialéctica de assimilação reativa do conflito de um sistema de poder como condição de

---

<sup>101</sup> MELUCCI, Alberto, «The Process of Collective Identity», in JOHNSTON, Hank & KLANDERMANS, Bert (ed.), *Social Movements and Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995, pág. 48.

<sup>102</sup> Veja-se, a este respeito, TASSIN, Etienne, «De la Subjetivación política. Althusser/Rancière/Foucault/Arendt/Deleuze», in *Revista de Estudios Sociales*, n.º 43, 2012, pp. 36-49, nomeadamente pág. 43: «(...) la problematización rancieriana de la subjetivación se encuentra con el análisis arendtiano de la distinción (...), puesto que los dos tratan de dar cuenta de una subjetivación no identitaria, o desidentificatoria, que se levanta sobre el principio an-árquico de una ruptura, una distancia en la relación del sí consigo mismo.»

<sup>103</sup> LYOTARD, Jean-François, *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989, pág. 44.

<sup>104</sup> RANCIÈRE, Jacques, *Ibidem*, pág. 36.

<sup>105</sup> Veja-se nota 58 supra.

maximização dos seus desempenhos colocando o campo da política num patamar diferenciado destas dinâmicas puramente gestionárias do social<sup>106</sup>.

Portanto, além dos dois momentos politicamente constitutivos que já identificámos [a disjunção entre ordem e sistema de ordenamento e a disjunção entre sistema de ordenamento e capacidade de representação (total)], um terceiro impõe-se num cenário da evolução da teoria política: a do reconhecimento do político no momento da subversão simbólica por parte do sujeito da sua individualidade/particularidade/contingência.

Žižek, por exemplo, resume este momento constitutivo nos seguintes termos:

«[t]oday, however, the terrain of the struggle has changed: the post-political liberal establishment not only fully acknowledges the gap between mere formal equality and its actualization/implementation, it not only acknowledges the exclusionary logic of “false” ideological universality; it even actively fights it by applying to it a vast legal-psychological-sociological network of measures, from identifying the specific problems of every group (...) up to proposing a set of measures (...) to rectify the wrong. What such a tolerant procedure precludes is the gesture of politicization proper (...).»

Sendo que, portanto, o sujeito da política de identidades – consideremos, como Žižek considera, o *jackpot* da política identitária: uma mulher afro-americana desempregada, mãe solteira e lésbica – pode ser devidamente “catalogado” nas suas características particulares e ver as suas exigências particulares reconhecidas pelo poder, e, ainda assim, «(...) the concerned subject none the less somehow “feels” that

---

<sup>106</sup> Veja-se, a este respeito, Lyotard: «Desta decomposição das grandes narrativas (...) decorre o que algumas pessoas analisam como dissolução do vínculo social e a passagem a colectividades sociais ao estado de uma massa composta de átomos individuais lançados num absurdo movimento browniano. Não é nada disso, pois esta é uma visão que nos parece obnubilada pela representação paradisíaca de uma sociedade “orgânica” perdida. O si é pouco, mas ele não está isolado, ele está inserido numa textura de relações mais complexa e mais móvel do que nunca. (...) E ele nunca está, mesmo o mais desfavorecido, destituído de poder sobre as mensagens que o atravessam ao posicioná-lo, quer seja no lugar de destinador, quer no de destinatário, quer no de referente. Porque o seu deslocamento em relação a estes efeitos de jogos de linguagem (...) é tolerável, pelo menos dentro de certos limites (sendo estes todavia vagos), e mesmo suscitado pelas regulações e sobretudo pelos reajustamentos de que o sistema se afecta a fim de melhorar as suas performances. Pode-se mesmo dizer que o sistema pode e deve encorajar essas deslocações, por ter de lutar contra a sua própria entropia, e que uma novidade correspondente a um “lance” inesperado e ao deslocamento correlativo de tal parceiro ou de tal grupo de parceiros que se ache implicado pode trazer ao sistema o suplemento de performatividade que ele não cessa de procurar e de consumir», In LYOTARD, Jean-François, *Ibidem*, pp. 40-41.

there is something “wrong” and “frustrating” in this very effort to meet out justice to her specific predicament — what she is deprived of is the possibility of “metaphoric” elevation of her specific “wrong” into a stand-in for the universal “wrong”». <sup>107</sup>

A emergência do sujeito, o processo de subjetivação política, está, deste modo, integrada no movimento dos momentos constitutivos do político, sendo um espaço de disrupção do ordenamento — neste caso de ordenamento simbólico: «(...) the space of this tropological movement subverting the symbolic order is the place of emergence of the Subject». <sup>108</sup> Esta ideia é fundamental também em Rancière: «[t]he essence of politics consists in disturbing this arrangement by supplementing it with a part of those without part, identified with the whole of the community». <sup>109</sup>

A disrupção existe aqui em duas dimensões: no sujeito em relação ao sistema de ordenamento e no sujeito em relação a si — esta bilateralidade foi bastante aprofundada pela teoria feminista contemporânea, e, nas palavras de Judith Butler, pode ser sintetizada da seguinte forma:

«[i]n a Foucauldian perspective, one question is whether the very regime of power that seeks to regulate the subject does so by providing a principle of self-definition for the subject. (...) It does not follow from this insight, however, that we are all always-already trapped, and that there is no point of resistance to regulation or to the form of subjection that regulation takes. What it does mean, however, is that we ought not to think that by embracing the subject as a ground of agency, we will have countered the effects of regulatory power. The analysis of psychic life becomes crucial here, because the social norms that work on the subject to produce its desires and restrict its operation do not operate unilaterally. They are not simply imposed and internalized in a given form. Indeed, no norm can operate on a subject without the activation of fantasy and, more specifically, the phantasmatic attachment to ideals that are at once social and psychic». <sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> ŽIŽEK, Slavoj, *Ibidem*, pp. 242-243.

<sup>108</sup> LACLAU, Ernesto, «Identity and Hegemony: The Role of Universality in the Constitution of Political Logic», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 78.

<sup>109</sup> RANCIÈRE, Jacques, *Ibidem*, pág. 36.

<sup>110</sup> BUTLER, Judith, «Competing Universalities», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 151.

Esta ideia de movimento bilateral nos processos de individuação/subjetivação/identidade encontra-se no centro da própria literatura sobre cultura política e nos enquadramentos da oportunidade política associada aos movimentos sociais, em que se reconhece a interação entre as oportunidades criadoras e a criação de oportunidades para a identificação e ação políticas.<sup>111</sup>

Por outro lado, o processo de subjetivação integra também, além do reconhecimento constitutivo do falhanço da representação (bidirecional), uma relação *com* a externalidade para além da externalidade do sistema. No entanto, esta externalidade não se encontra no habitual “outro” da habitual bipolaridade e da dialética. A existência de um “outro dialético” pode naturalmente existir, e existe. No entanto, não é essa existência que consubstancia o reconhecimento constitutivo do falhanço da representação. Aliás, esse “outro dialético” encontra-se no domínio da própria dialética, sendo, por conseguinte, perfeitamente identificável no espaço da representação. Mais uma vez, o ato de subjetivação politicamente constitutivo tem como “outro” a inexistência de uma representação para si<sup>112</sup> — a parte dos que não fazem parte a que se refere Rancière. O processo de identificação que conduzirá a uma subjetivação é, deste modo, ativo, ele intervém sobre o próprio objeto da identificação, é dinâmico e, como vimos, subversivo — «(...) an active identification is not a purely submissive act on the part of the subject, who would passively

---

<sup>111</sup> Veja-se, por exemplo, GAMSON, William A. & MEYER, David S., «Framing Political Opportunities», in McADAM, Doug, McCARTHY, John D. & ZALD, Mayer N., *Comparative perspectives on Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

<sup>112</sup> Veja-se Laclau: «(...) How has an entity to be so that its limits are really heterogeneous – i.e. that they imply a radical interruption of a space of representation? There is a precondition for such an interruption, which is that the gap that it involves should not be the one taking place between regional fields of representation – whose differentiation would itself be fully representable – but should be rather an aporia internal to the principle of representation as such. (...) All notions of a limit as grounded in positive differences are, of course, incompatible with the idea of a radical limit (positive differences presuppose a ground within which they are constituted, so they cannot apprehend what a radical limit is). But, for the same reason, dialectical contradictions should be excluded: as in any dialectical contradiction (A – not A) the precondition is that I have in ‘A’ everything I need to make the transition to ‘not A’, dialectics has to postulate a single space of representation within which that transition is to take place. Heterogeneity in the radical sense that we are postulating is incompatible with both dialectics (based on contradiction) and with simple opposition (based on contrariety). (...) So what we need is an ontological terrain in which the failure inherent to representability (the moment of clash present in antagonism which, as we have said, escapes direct representation) becomes itself representable (...)». In LACLAU, Ernesto, «Ideology and post-Marxism», in *Journal of Political Ideologies*, vol. 11, n.º 2, pág. 105.

incorporate all the determinations of the object. The act of identification, on the contrary, destabilizes the identity of the object»<sup>113</sup> – e performativo<sup>114</sup>.

Na origem, a subjetivação é o reconhecimento do vácuo do sistema de representação — uma interrupção radical de um espaço de representação —; no processo, ela é o próprio gesto afirmativo de subjetivação.<sup>115</sup> Esta é uma ideia essencial na percepção da subjetivação por parte de Badiou:

«(...) it is when force posits “externality as its own moment” that it gains access to a qualitative correlation centred on itself, whose heterogeneity is irreducible to the face-to-face confrontation of forces. It is when the people erect their vision of the adversary as an internal figure of their own politics that they “sublate” the antirepressive dependence, excluding themselves from any inclusion and proceeding to an affirmative scission».<sup>116</sup>

Identificámos, portanto, um movimento de emergência do político na sequência de três disjunções constitutivas: entre ordem e sistema de ordenamento, entre sistema de ordenamento e capacidade de representação (total), e entre sistemas de representação e subjetivação. Importará agora perceber, no plano cruzado destas disjunções e da sua indeterminação e instabilidade, como se formam os sujeitos políticos coletivos universalistas e como atuam no conflito político que lhe é essencial (e definidor) através da operacionalização de noções como antagonismo e hegemonia, colocando a abordagem a estes sujeitos num patamar de análise diferenciado daquele dos “movimentos sociais” *strictu senso*, os quais, considerado o anteriormente referido e mesmo nas abordagens culturais à emergência de “novos” movimentos

---

<sup>113</sup> LACLAU, Ernesto & ZAC, Lilian, «Minding the Gap: The Subject of Politics», in LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994, pág. 14.

<sup>114</sup> Para compreensão desta performatividade veja-se Žižek: «So “performativity” in no way designates the power of freely “creating” the designated content (“words mean what we want them to mean” and so forth); the “quilting” only structures the material which is found, externally imposed. The act of naming is “performative” only and precisely in so far as it is always-already part of the definition of the signified content», in ŽIŽEK, Slavoj, «Identity and its Vicissitudes», in LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994, pp. 61-62.

<sup>115</sup> Veja-se Žižek: «[t]he subject is, both at the same time, the ontological gap (...) as well as the gesture of subjectivation which, by means of a short circuit between the Universal and the Particular, heals the wound of this gap». In ŽIŽEK, Slavoj, *Ibidem*, pág. 185.

<sup>116</sup> BADIOU, Alain, *Theory of the Subject*. Londres: Continuum, 2009, pp. 32-33.



sociais, mais próximas da questão da emergência da ação coletiva do que as abordagens de mobilização de recursos e de oportunidades institucionais, não podem deixar de ser entendidos como espaços e estruturas de articulação de identificações particularistas num sistema de ordenamento contingente e num plano de mediação agonista de conflito dentro de um mesmo sistema de poder/representação.

### **\_II. 3. Hegemonização e Universalização de Sujeitos Coletivos**

«Every subject is political. This is why there are few subjects and rarely any politics.»<sup>vii</sup>

Alain Badiou

O sujeito político coletivo surge, como vimos, da disjunção entre sistema de representação e subjetivação, estando intimamente correlacionado com a emergência do político nos atos de disjunção entre ordem e sistema de ordenamento e entre este e a capacidade de representação totalizadora. Portanto, mais do que um facto estrutural, a emergência do sujeito é um processo político, o mesmo que enforma a luta de classes por diferenciação à concreta contradição de classe — ou, como Gramsci colocou a questão:

«(...) one becomes aware that one's own corporate interests, in their present and future development, transcend the corporate limits of the purely economic class, and can and must become de interests of other subordinate groups too. This is the most purely political phase, and marks the decisive passage from the structure to the sphere of the complex superstructures»<sup>117</sup>.

Trata-se de reconhecer que existe uma diferença fundamental entre uma contradição — ou clivagem — e uma contradição *antagonista* que se constitui pelos princípios de diferença, da correlação e da posição, para usar a nomenclatura de Badiou, num contexto de forte contradição histórica (com diferença forte — heterogeneidade qualitativa —, forte correlação — luta, e não uma distribuição binária do social em equilíbrio consensual — e uma posição de assimetria reversível, similar àquilo a que Gramsci chamou de “guerra de posição”<sup>118</sup>), oposta a uma fraca contradição estrutural.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> GRAMSCI, Antonio, *Selections from the Prison Notebooks*. Londres: ElecBook, 1999, pág. 405.

<sup>118</sup> Veja-se, por exemplo, o resumo da diferenciação entre as noções de “guerra de movimento” e “guerra de posição” em Gramsci in HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pp. 367-368: «Gramsci distinguishes the different types

A presença de uma forte contradição histórica nos termos de Badiou — semelhante à posição antagonista de Gramsci e Laclau<sup>120</sup> — constitui o motor do jogo hegemónico da universalização e da subjetivação política. Segundo Laclau, a subjetivação política, ou seja, a construção de um sujeito político coletivo e universalizante é resultado de uma operação hegemónica constituída por quatro dimensões: a desigualdade de poder; a supressão da própria dicotomia universalidade/particularidade; a produção de um significante tendencialmente vazio que mantenha, em simultâneo, «(...) the incommensurability between universal and the particular [that] enables the latter to take up the representability of the former»<sup>121</sup>; e, finalmente, a existência de um espaço de expansão consubstanciado na generalização das relações de reconhecimento e representação.

Logo, num processo de subjetivação política, encontramos uma mecânica de irradiação de identidade possível apenas num exercício de poder político, na medida em que existe um exercício prévio de identificação das contradições estruturais e a sua transmutação em contradições históricas — uma “crise hegemónica”, nas palavras de Gramsci<sup>122</sup> —, em que determinado agente, por falta de representação no sistema de representação, encontra-se na “parte dos que não fazem parte”<sup>123</sup>, de acordo com a

---

of force and weapons appropriate to specific situations with the distinction (...) between “war of movement” [typically armed insurrection (...)] and “war of position” [which generally involves protracted, unarmed struggle in the cultural and political spheres (...)].»

<sup>119</sup> Veja-se BADIOU, Alain, *Theory of the Subject*. Londres: Continuum, 2009, pp. 23-25.

<sup>120</sup> «(...) [T]he claim of a sector to rule will depend on its ability to present its own particular aims as the ones which are compatible with the actual functioning of the community – which is, precisely, what is intrinsic of the hegemonic operation.» In LACLAU, Ernesto, «Identity and Hegemony: The Role of Universality in the Constitution of Political Logic» in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 54.

<sup>121</sup> LACLAU, Ernesto, «Identity and Hegemony: The Role of Universality in the Constitution of Political Logic» in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pp. 56-57.

<sup>122</sup> «And the content is the crisis of the ruling class’s hegemony, which occurs either because the ruling class has failed in some major political undertaking for which it has requested, or forcible extracted, the consent of the broad masses (...), or because huge masses (...) have passed suddenly from a state of political passivity to a certain activity, and put forward demands which taken together, albeit nor organically formulated, add up to a revolution. A “crisis of authority” is spoken of: this is precisely the crisis of hegemony, or general crisis of the State.» In GRAMSCI, Antonio, *Ibidem*, pp. 450-451.

<sup>123</sup> «The representation of the unrepresentable constitutes the terms of the paradox within which hegemony is constructed (...).», in LACLAU, Ernesto, «Identity and Hegemony: The Role of Universality in

terminologia de Rancière, identificando o próprio sistema de representação existente como “crime” universal perante o qual a parte a subjetivar reage como única particularidade identitária capaz de aboli-lo. Esta ideia de poder, designadamente de desigualdade de poder que compõe, como vimos, a primeira dimensão de constituição da operação hegemónica, está bastante próxima da própria ideia de subjetivação política de Badiou, enformada no proletariado como categoria (sujeito coletivo) de qualquer política emancipatória, de qualquer ato constitutivo politicamente.<sup>124</sup>

Acresce a ideia de supressão da dicotomia universalidade/particularidade que resulta da cadeia de equivalências entre uma pluralidade de identidades e exigências que se articulam na construção política de um indivíduo coletivo que, partindo de uma particularidade, é capaz de encarnar uma ideia de universalidade (com contaminação cruzada entre particularismo e universalismo), exercício bastante perceptível na teorização do papel político do proletariado no marxismo<sup>125</sup>: «(...) the universality of the proletariat postulates (...) that a certain form of politics is valid *for all* (the emancipation from class will be the emancipation of all of humanity)».<sup>126</sup> Ou sobre o processo de subjetivação da própria burguesia, segundo Marx:

«Não se tenha a representação limitada segundo a qual a pequena burguesia quer impor, por princípio, um interesse egoísta de classe. Ela crê, pelo contrário, que as condições particulares da sua emancipação são as condições

---

the Constitution of Political Logic» in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 66.

<sup>124</sup> Veja-se BADIOU, Alain, *Theory of the Subject*. Londres: Continuum, 2009, pág. 130: «[t]he proletariat exists everywhere where some political outplace is produced. It is therefore by purging itself that it exists.»

<sup>125</sup> «Marx distinguishes between working class and proletariat: working class effectively is a particular social group, while proletariat designates a subjective position. (This is why Laclau’s critical debate about Marx’s opposition between proletariat and lumpenproletariat also misses the point; the distinction is not one between an objective social group and a nongroup, a remainder-excess with no proper place within the social edifice, but a distinction between two modes of this remainder-excess that generates two different subjective positions.)», in ŽIŽEK, Slavoj, «Against the Populist Temptation» in *Critical Inquiry*, vol. 32, n.º 3, pág. 564.

<sup>126</sup> *Idem, ibidem*, pág. 262. Destaque da expressão “for all” no original.

gerais fora das quais a sociedade moderna não pode ser salva nem se pode evitar a luta de classes.»<sup>127</sup>

Estamos, em consequência, longe das categorias sociológicas e próximos de um ato de instituição puramente político em que uma nova agência de agregação política, uma agência universalizadora, surge entre uma pluralidade de elementos e exigências heterogêneas, articulando-as —

«(...) it is the phase in which previously germinated ideologies become “party”, come into confrontation and conflict, until only one of them, or at least a single combination of them, tends to prevail, to gain the upper hand, to propagate itself through society — bringing about not only a unison of economic and political aims, but also intellectual and moral unity, posing all the questions around which the struggle rages not on corporate but on “universal” plane».<sup>128</sup>

Assim, a generalização das relações de representação através de (novas) cadeias de equivalências, ou seja, a ideia de constituição de uma (nova) ordem social que consolida um (novo) sistema de representação de uma totalidade política reformulada e num contexto diferenciado de legitimação de poder, determina o sucesso da operação hegemónica antagonista, sendo o insucesso resultado de uma combinação de graus diferenciados entre integração no sistema com reforço de hegemonia do sistema/estado e/ou crise na capacidade do sujeito coletivo antagonista totalizar/universalizar a identidade do inimigo ou a sua própria subjetividade. De facto, o grau de sucesso do antagonismo relaciona-se necessariamente com o nível de universalização das exigências e identidades ou substâncias — que traz à luz a diferenciação entre este fenómeno político e o dos novos movimentos sociais particularistas e identitários, bastante pós-modernos em relação a processos e discursos universalizadores<sup>129</sup> —, uma vez que a integração sistémica de uma exigência

---

<sup>127</sup> MARX, Karl, *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Edições Avante!, 1984, pág. 55. Destaques no original.

<sup>128</sup> GRAMSCI, António, *Ibidem*. pp. 405-406.

<sup>129</sup> O que merece referência neste aspeto é que a ideia libertadora de um pós-modernismo que rejeitava toda a universalização como manifestação de totalitarismos e sinal de metanarrativas de poder acaba por resultar numa política de identidades e de ação política particularista que acaba por otimizar a capacidade de absorção sistémica das exigências e a sua desarticulação e despolitização — «Se a teoria

particular depende apenas de uma absorção — através da conversão, adaptação, assimilação ou a apropriação ritual como estratégias da identidade coletiva no seu processo de hegemonia — (ou de uma quebra da cadeia de equivalências que a integrava como contra-hegemónica)<sup>130</sup>, enquanto a satisfação das exigências de movimentos universalizadores é impossível, tanto porque ela é essencialmente antagonista e não agonista (a sua satisfação acarreta necessariamente o colapso da ordem existente) como porque ela assenta na contínua produção de símbolos antagonistas no seu seio: «[t]he more particularized a demand, the easier is to satisfy it and integrate it into the system; while if the demand is equivalent to a variety of other demands, no partial victory will be considered as anything other than an episode in a protected war of position.»<sup>131</sup>

Este exercício tropológico e performativo associado à tentativa de universalização que subjaz à operação hegemónica antagonista que pretende desafiar efetivamente a reabsorção no sistema é, também, uma reinscrição simbólica do sujeito antagónico no tempo que permite alguma emancipação do elemento representante em relação aos elementos representados, constituindo-se numa “comunidade imaginada” que reproduza, de uma forma diametralmente diferente do ponto de vista político, a ideia de “nação” em Benedict Anderson ou de “espírito de Estado” em Gramsci, teoricamente semelhantes —

«“State spirit” presupposes “continuity”, either with the past, or with tradition, or with the future; that is, it presupposes that every act is a moment in a complex process, which has already began and which will continue. The

---

“tradicional” está sempre sob a ameaça de ser incorporada na programação do todo social como um simples utensílio de optimização das performances deste último, é porque o seu desejo de uma verdade unitária e totalizante se presta à prática unitária e totalizante dos gestores do sistema. A teoria “crítica”, porque se apoia sobre um dualismo de princípios e desconfia das sínteses e das reconciliações, deveria estar apta a escapar a este destino.», In LYOTARD, Jean-François, *A Condição Pós-Moderna*, pp. 35-36.

<sup>130</sup> «I have mentioned before that the transformistic operation consisted in a particularizing logic based on breaking an equivalential chain. This, however, is only half of the truth; the other half is that the particularized element does not simply remain as purely particular, but enters into a different set of equivalences (those constituting the identity of the dominant power)». In LACLAU, Ernesto «Constructing Universality», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 304.

<sup>131</sup> LACLAU, Ernesto, «Structure, History and the Political» in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 209.

responsibility for this process, of being actors in this process, of being in solidarity with forces which are materially “unknown” but which nevertheless feels themselves to be active and operational.»<sup>132</sup>

Esta mesma ideia de inscrição no tempo encontramos-la em Melucci para o qual o processo de construção daquilo a que chama “identidade coletiva” contempla a dinâmica e capacidade de integração do passado e das novidades do presente na própria unidade e continuidade de um ator coletivo.<sup>133</sup> Por conseguinte, este movimento de generalização das relações de reconhecimento e representação, de natureza muito tropológica, decorre de uma forma em que «(...) the process of representation itself creates retroactively the entity to be represented»<sup>134</sup>, correspondendo ao momento em que uma comunidade constrói ou adquire para si uma substância ética.<sup>135</sup>

O espaço de construção e inscrição no tempo desta substância ética corresponde ao espaço público na aceção de Arendt:

«[o]nly the existence of a public realm and the world's subsequent transformation into a community of things which gathers men together and relates them to each other depends entirely on permanence. If the world is to contain a public space, it cannot be erected for one generation and planned for the living only; it must transcend the life-span of mortal men. Without this transcendence into a potential earthly immortality, no politics, strictly speaking, no common world and no public realm, is possible.»<sup>136</sup>

---

<sup>132</sup> GRAMSCI, Antonio, *Ibidem*, pág. 350.

<sup>133</sup> Veja-se MELUCCI, Alberto, «The Process of Collective Identity», in JOHNSTON, Hank & KLANDERMANS, Bert (ed.), *Social Movements and Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995, pág. 49.

<sup>134</sup> LACLAU, Ernesto, «Identity and Hegemony: The Role of Universality in the Constitution of Political Logic», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 65.

<sup>135</sup> «The ethical substance of the community – the moment of its totalization or universalization – represents an object which is simultaneously impossible and necessary. As impossible, it is incommensurable with any normative order; as necessary, it has to have access to the field of representation, which is possible only if the ethical substance is invested in some form of normative order. (...) If the ethical moment is essentially linked to the presence of empty symbols in the community, the community requires the constant production of those symbols in order for an ethical life to be possible.» In *Idem, Ibidem*, pp. 84-85.

<sup>136</sup> ARENDT, Hannah, *Ibidem*, pág. 55.

Por fim, a identidade tendencialmente universal — ou com a capacidade de articular uma cadeia de equivalências de exigências e/ou identidades políticas capaz de constituir uma ideia de colapso e, dessa forma, constituir a política por excelência — necessita daquilo que Laclau designa como “significante vazio”<sup>137</sup> capaz de cumprir a função de significação/representação da universalidade da cadeia. Trata-se do exercício de designação essencial à constituição performativa da própria cadeia de equivalências (mais do que representação do mínimo denominador comum da mera solidariedade vaga entre exigências políticas) e tropologicamente a própria unidade do sujeito político de tendência universalizante e hegemónica. Não estamos muito longe da ideia de uma “política de significação” em que, num ambiente de polissemia que permite um jogo ideológico de associação de sentidos, existe uma alteração de sentido e de construção do próprio significado pelo significante vazio.<sup>138</sup> Estamos igualmente perto da ideia da potencialidade do vazio suplementar ao sistema de representação, abordado criticamente por Deleuze e Guattari.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> Cuja significação é descrita do seguinte modo pelo autor: «[t]he semantic role of these terms is not to express any positive content but, as we have seen, to function as the names of a fullness which is constitutively absent. It is because there is no human situation in which injustice of some kind or another does not exist that “justice”, as a term, makes sense. Since it names an undifferentiated fullness, it has no conceptual content whatsoever: it is not an abstract term but, in the strictest sense, empty», não se tratando de significantes sem significado, numa perspectiva lacaniana, mas sim a ideia de que «(...) there is a place, within the system of signification, which is constitutively irrepresentable; in that sense it remains empty, but this is an emptiness which I can signify, because we are dealing with a void within signification.», in LACLAU, Ernesto, *On Populist Reason*, Londres e Nova Iorque: Verso, 2005, pp. 96-97 e 105, respetivamente.

<sup>138</sup> Veja-se HALL, Stuart, in «Encoding/Decoding» in DURHAM, Meenakshi Gigi & KELLNER, Douglas M., *Media and Cultural Studies – Keywords*. Malden, Oxford e Carlton: Blackwell Publishing Ltd., 2006, pág. 168: «There will be very few instances in which signs organized in a discourse signify only their “literal” (that is, nearuniversally consensualized) meaning. In actual discourse most signs will combine both the denotative and the connotative aspects (as redefined above). It may, then, be asked why we retain the distinction at all. It is largely a matter of analytic value. It is because signs appear to acquire their full ideological value – appear to be open to articulation with wider ideological discourses and meanings – at the level of their “associative” meanings (that is, at the connotative level) – for here “meanings” are not apparently fixed in natural perception (that is, they are not fully naturalized), and their fluidity of meaning and association can be more fully exploited and transformed. So it is at the connotative level of the sign that situational ideologies alter and transform signification.»

<sup>139</sup> Veja-se DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix, *A Thousand Plateaux – Capitalism and schizophrenia*. Mineápolis e Londres: University of Minnesota Press, 2005, pág. 8: «[t]he notion of unity {unite} appears only when there is a power takeover in the multiplicity by the signifier or a corresponding subjectification proceeding: This is the case for a pivot-unity forming the basis for a set of biunivocal relationships between objective elements or points, or for the One that divides following the law of a



Esta mesma ideia que relaciona a tendência incompleta de um significante com a capacidade de agenciamento encontramos-na na mais recente teoria feminista, na tentativa de retirar-se do paradoxo da exclusão dentro da totalização de significação de “mulher” (que excluiria, por exemplo, a ideia da existência de contradições de classe, étnicas e outras no seu seio) que podemos encontrar na ideia de “*continuum*” como possibilidade de agregação sem subsunção<sup>140</sup>:

«It is precisely this moment of incompleteness in the signifier or the concept that opens up the space for both men and women to challenge their sexed positions and, with that, the symbolic order. The moment of the Real and the non-identical mark, then, the crucial space for the subject to act upon and transform sociopolitical structures».<sup>141</sup>

Em 2005, Laclau, abordando diretamente o sujeito coletivo “povo”, enuncia como requisito para a contradição antagonista em relação a um poder operativo «(...) the identification of all links in the popular chain with an identity principle which crystallizes all differential claims around a common denominator — and the latter requires, of course, a positive symbolic expression. This is the transition from what we have called democratic demands to popular demands.»<sup>142</sup>

Em resumo, o processo a que chamamos de hegemonização e universalização de sujeitos coletivos, consubstancia um processo político de constituição de uma

---

binary logic of differentiation in the subject. Unity always operates in an empty dimension supplementary to that of the system considered (overcoding).»

<sup>140</sup> «Adrienne Rich também postulou que a heterossexualidade compulsória está na raiz da opressão das mulheres. Rich utilizou “o *continuum* lésbico” como uma potente metáfora para estabelecer uma nova irmandade. Para Rich, a resistência ao casamento vista através da história era uma prática definidora que constituía o *continuum* lésbico. Monique Wittig desenvolveu um argumento independente que do mesmo modo apontava a centralidade da heterossexualidade obrigatória na opressão das mulheres. Numa formulação que suas autoras viam como explicação para a ruptura decisiva com o marxismo tradicional do Mouvement pour la Libération des Femmes (MLF) na França, o grupo associado com Wittig argumentava que todas as mulheres pertencem a uma classe constituída pela relação social hierárquica de diferença sexual que dá aos homens poder ideológico, político e econômico sobre as mulheres» in HARAWAY, Donna, *Ibidem*, pág. 224.

<sup>141</sup> LEEB, Jennifer, *Ibidem*, pp. 365-366.

<sup>142</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 82. Sendo as exigências democráticas as que se encontram na política de identidades e na base de muitos “novos” movimentos sociais e as populares as que se encontram associadas a agenciamentos políticos de tendência universalizadora.

posição antagonista em que, num contexto (desencadeador ou desencadeado) de crise hegemónica, um agente se identifica como desprovido de representação num sistema e reage através da subjetivação com tentativa de incorporação da universalidade, operando uma cadeia de novas equivalências e representações através de um significante vazio que produz continuamente signos antagonísticos que visam, em simultâneo, a inoperacionalização<sup>143</sup> da vocação e capacidade de absorção de identidades e exigências pelo sistema de poder e a inscrição performativa do sujeito antagonista no tempo.

---

<sup>143</sup> Sobre o conceito de “inoperatividade” como *praxis* política veja-se AGAMBEN, Giorgio, «What is a destituent power», in *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 32, 2014, pp. 65-74.

## II. 4. Nomeação

«If the spectrally human is to enter into the hegemonic reformulation of universality, a language between languages will have to be found».<sup>viii</sup>

Judith Butler

O sujeito político coletivo exerce poder também através do processo de autoneomeação — e, até lá, do processo do seu *direito* de autoneomeação como oposto à nomeação exterior<sup>144</sup> — um processo que pretende inscrever o seu reconhecimento/representação no universo do discurso político. Num sujeito de identidade particularista — com enquadramentos conjunturais e objetivos contingentes — a nomeação, sendo igualmente um exercício de poder, decorre por dedução lógica, não envolvendo um movimento tropológico ou “transição semiótica”.

Este processo de inscrição de sujeitos de identidade particularista por dedução lógica pode ser encontrado na maioria dos “novos” movimentos sociais — o seu nome descreve de forma lógica a sua natureza e a sua particularidade: “movimento ecologista”, “movimento feminista”, “movimento LGBT”, “movimento antiguerra”, “movimento contra o decreto-lei x”. Por conseguinte, se ambas as nomeações — de dedução lógica em sujeitos particularistas ou de transição semiótica em sujeitos universalistas — são exercícios performativos de poder, existe uma diferença de grau, sendo que a nomeação por dedução lógica de sujeitos particularistas pretende inscrever o seu reconhecimento/representação no universo do discurso político dentro do sistema de representação e, como vimos, a nomeação de sujeitos universalistas por transição semiótica pretende uma inscrição de reconhecimento/representação através

---

<sup>144</sup> «Politics, then, involves a struggle to be self-naming rather than outside-named, as well as to realize collective interests. Such struggle creates “winners” and “losers”. Success in occupying space in the universe of political discourse limits the possibilities of others and may reconfigure the political opportunity structure. Thus, struggle over naming involves the exercise of power.», *In* JENSON, Jane, «What’s in a Name? Nationalist Movements and Public Discourse», *in* JOHNSTON, Hank & KLANDERMANS, Bert (ed.), *Social Movements and Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995, pág. 115.

da sua apresentação como novo sistema de representação, pelo que tanto a emergência do sujeito político nestes termos como a nomeação performativa constituem a política por excelência — o campo que Laclau chamou de “investimento radical”.<sup>145</sup>

Em qualquer dos casos, estes processos de nomeação são de criação de sentido e de tradução desse mesmo sentido para a prática e esta mesma ideia encontram-na tanto nas abordagens culturais à teoria dos movimentos sociais — e, de entre estas, às que abordam a criação de identidade como elemento de intervenção estrutural, criando oportunidades políticas<sup>146</sup> — como à teoria política pós-estruturalista e teoria de discurso.

Quer isto dizer que, em processos de emergência de sujeitos políticos coletivos de natureza particularista, estamos perante um jogo de reinscrição que passa pela exigência de reconhecimento da existência, numa primeira fase, e de absorção da identidade e/ou exigência no sistema de representação, numa segunda. Não existe um movimento contra-hegemónico em relação ao sistema político, uma vez que se pretende uma integração no sistema — mesmo que se trate de uma integração não eliminatória, uma integração que passe pelo reconhecimento da sua legitimidade social.

Um dos exemplos mais claros deste jogo de inscrição pode ser visto na análise dos movimentos e discursos nacionalistas no Canadá, efetuada por Jenson, em que um discurso unificado de “nação canadiana” é sujeito a contestação por parte de um nacionalismo québécois e, nos esforços de integração da ideia de binacionalidade e de duas comunidades linguísticas, assiste-se ao surgimento de um movimento aborígine (que no seu processo de nomeação rejeita “índio” como conceito colonial).

---

<sup>145</sup> «This is why “naming” can have the retroactive effect I have described. This qualitatively differentiated and irreducible moment is what I have called “radical investment”.» In LACLAU, Ernesto, *On Populist Reason*, Londres e Nova Iorque: Verso, 2005, pág. 110.

<sup>146</sup> «The names with which movements represent themselves in seeking representation is one of the ways that opportunities can be made, and names may contribute to a reconfiguration of the political opportunities structure.» In JENSON, Jane, «What’s in a Name? Nationalist Movements and Public Discourse», in JOHNSTON, Hank & KLANDERMANS, Bert (ed.), *Social Movements and Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995, pág. 114

«As Aboriginal peoples succeed in naming themselves as nations, they effectively undermine the system of recognition upon which the identities of the Québécois and the rest of Canada have long depended and the strategies that followed from them. Resources are, in the process, being redistributed.»<sup>147</sup>

Depois da assimilação das exigências aborígenes no sistema de representação — através do reconhecimento como ator de negociação da questão “federal” —, emerge um movimento de mulheres aborígenes que, ao introduzir exigências acerca da igualdade de género contrárias ao enquadramento cultural do movimento aborígene, contesta, simultaneamente, a representação tripartida e, no seio dela, a representação do próprio povo aborígene.

Além desta diferença em relação à autolocalização no sistema político de hegemonia de representação, o processo de nomeação adquire uma natureza essencialmente, ou melhor, discursivamente diferente no caso dos sujeitos políticos coletivos universalizantes: a tentativa de universalização nunca é possível sem uma linguagem entre linguagens que se constitua como gramática em que a metáfora da totalização social possa ter lugar, ou seja, o espaço de um nome que tenha em si a capacidade de representar a própria cadeia de equivalências exigida para que o sujeito possa entrar no jogo hegemónico — como contra-hegemónico.

A nomeação em grupos particularistas de atuação identitária é, portanto, um processo de subsunção conceptual que se encontra bastante distanciada da ideia de “significante vazio” que, representada a própria cadeia de equivalências, permite o movimento tropológico de universalização num sujeito coletivo:

«[s]o the empty signifier — the term which unifies the ensemble of (...) components — cannot be a concept, for the relation it establishes with the instances it regroups is not one of conceptual subsumption. As we know, what is essential in a conceptual subsumption (...) is that the rule should precede the instances of its application. But the subsumption of a plurality of equivalential links under an empty signifier cannot be a conceptual operation, because of the

---

<sup>147</sup> *Idem, ibidem*, pág. 121.

heterogeneity of those links, whose only common feature is of a negative nature.»<sup>148</sup>

A agregação da pluralidade exige, deste modo, que o nome cumpra uma ancoragem que não implique a subsunção ao ponto de quebrar, por si só, a cadeia de equivalências que permitiu a tentativa de universalização — ele tem de ser um significante vazio, não no sentido em que não possua significado, mas que os que possui possam ser reconhecidos e sujeitos a contestação, identificação e recriação por um conjunto alargado de singularidades e que cumpra, por essa via, a aderência de um conceito a um nome, fazendo a transição de um contexto teórico para a *praxis* de significação.

Em qualquer dos casos (sujeito particularista ou sujeito universalista), mesmo que nasça “uma linguagem entre linguagens”, as pré-existências acarretam sentidos que, caso não permitam a contestabilidade, limitam necessariamente a representação e reconhecimento, pelo que o gesto de nomeação é também um gesto performativo num duplo sentido. Num primeiro sentido, ele exerce uma operação performativa sobre o nome — determinando o espaço discursivo que constituirá o espaço de vácuo<sup>149</sup> para preenchimento que, simbolicamente, terá também como função expressar o próprio vácuo existente no sistema hegemónico de representação (“mulher aborígene” pretende preencher um vácuo na significação “aborígene” que, por sua vez, substituíra um vácuo na significação “binacional”, que o fizera sobre “nação canadiana”). Num segundo sentido, opera performativamente sobre o próprio sujeito nomeado, uma vez que a nomeação confere, por si mesma, sentido ao objeto, sendo um sentido que age bidirecionalmente no tempo, constitui o objeto retroativamente e projeta uma ideia de futuro sobre o próprio sujeito e a sua

---

<sup>148</sup> LACLAU, Ernesto, «Ideology and Post-Marxism», in *Journal of Political Ideologies*, vol. 11, n.º 2, pp. 108-109. O processo de nomeação não é, neste sentido, coincidente com a operação associada às narrativas conceptuais, na tipologia de Sommers, já que este último não é um processo de autodesignação, nem um exercício performativo ou tropológico.

<sup>149</sup> «It is not necessary that the term does not have a precise meaning, in as much as there is a gap between its concrete content and the set of equivalential meanings associated with it.» In LACLAU, Ernesto, «Structure, History and the Political», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pp. 210-211.

capacidade articulatória supra-particular, ou seja, «[t]o put it in Lacanian terms: the unity of the object is only the retroactive effect of naming it.»<sup>150</sup>

O que resulta claro, e mantendo o mesmo exemplo canadiano, é que “mulher aborígene” ao operar uma disrupção no sistema de significação e cumprir uma operação performativa sobre o objeto nomeado e sobre o exterior como exclusão, não se constitui como articulatório supra-particular uma vez que não pretende significar alternativamente uma totalidade – a nomeação “mulher aborígene” não exige significar “aborígene” nem tão pouco “nação canadiana”. Ela abala ambas as significações mas, no próprio ato de se autonear sem intenção de metáfora, não se constitui performativamente como antagonismo.

---

<sup>150</sup> LACLAU, Ernesto, «Ideology and Post-Marxism», in *Journal of Political Ideologies*, vol. 11, n.º 2, pág. 109.

### CAPÍTULO III: A MULTIDÃO COMO SUJEITO POLÍTICO

Chegados que estamos a um espaço público-político de um comum contestável e conflitual entendido como campo da ação democrática, com reconhecimento da essencialidade do conflito cultural e ideológico centrado no sujeito e nas mutações e falhanços das identidades e representações políticas que o colocam numa posição antagonista e num contexto de disjunções constitutivas — entre ordem e sistema de ordenamento, entre sistema de ordenamento e capacidade de representação (total) e entre sistemas de representação e subjetivação —, entramos no universo das potencialidades de novas generalizações das relações de representação através de novas cadeias de equivalências que tentam um agenciamento da pluralidade em redor de um nome tendencialmente universalizante.

Independentemente do grau de pluralidade num determinado enquadramento histórico-social, a tentativa de agenciamento plural democrático e tendencialmente universalizante da exclusão e/ou da diferença/alteridade passou sempre pelos exercícios de reconhecimento político — positivo ou negativo — dos sujeitos do “grande número”.

Desde a Grécia Antiga que nos deparamos com uma dualidade de designações para a realidade daquele tipo de sujeitos. *Demos* e *hoi polloi* existiram na Grécia na mesma relação dicotómica que *populus* e *plebs* em Roma.<sup>151</sup> A modernidade encontra a mesma dualidade com povo e multidão. A benevolência de *demos*, *populus* e povo é contraposta à intemperança dos seus conceitos-espelho. Tal como Martin Breaugh,

«(...) podemos dizer que a história do advento político do *demos*, do *populus* e do “povo-nação” é a de uma série de reformas institucionais visando integrar progressivamente as exigências políticas das categorias excluídas da tomada de decisão política. Em Atenas, por exemplo, o *demos* chega ao poder graças a reformas políticas iniciadas por aristocratas (Drácon, Sólon, Clístenes, etc.) que são movidos pelo bem comum e têm a preocupação de livrar Atenas dos sempiternos conflitos entre as velhas famílias dominantes e o *demos*. Por

---

<sup>151</sup> Sobre o papel do *demos* e *populus* na organização política de Atenas e Roma veja-se CONNOLLY, Joy, «Crowd Politics: The Myth of the “Populus Romanus”». In SCHNAPP, Jeffrey T. & TIEWS, Matthew, ed., *Crowds*. Stanford: Stanford University Press, 2006.



oposição, a história do advento político do *hoi polloi*, da “plebe” e da “multidão” é completamente diferente. Inscreve-se num movimento mais revolucionário do que reformista, mais “insurgente” do que institucional; e a sua história mantém-se decerto mais subterrânea e ignorada.»<sup>152</sup>

A existência de um agente político coletivo deu corpo a toda a teoria contratualista dos séculos xvii e xviii, de Hobbes a Rousseau (com dupla perspetiva contratualista e voluntarista<sup>153</sup>), até aos avanços teóricos da ideia de representatividade e sua legitimação através do aprofundamento da dissociação hegeliana entre sociedade civil e sociedade política, que está por detrás da ideia de Marx de «(...) coincidência exacta entre espaço comunitário e vontade coletiva através do papel de uma classe universal numa sociedade reconciliada.»<sup>154</sup>

Estas narrativas dos sujeitos coletivos de grande número multiplicam-se em todo o século xx, tanto numa perspetiva de operação hegemónica de dominação sob o signo da modernidade, de validação de soberania como princípio de legitimação de dominação política, como numa perspetiva crítica, sob o signo da pós-modernidade, de desconstrução de ficções e metanarrativas de uniformização e mesmização como operações de poder disciplinar. No século xxi, vemos surgir propostas alternativas para a nomeação da entidade de agenciamento plural e tendencialmente universalizante da exclusão e/ou da diferença/alteridade e do “grande número”, das quais destacamos “multidão”.

---

<sup>152</sup> BREAUUGH, Martin, *A Experiência da Plebe*, in DIAS, Bruno Peixe & NEVES, José (coord), *A Política dos Muitos – Povo, Classes e Multidão*, pp. 382-383.

<sup>153</sup> Para uma leitura de contratualismo e voluntarismo em Rousseau veja-se RILEY, Patrick, «A Possible Explanation of Rousseau’s General Will», in SCOTT, John T. (coord.), *Jean-Jacques Rousseau – Critical Assessments of Leading Political Philosophers*.

<sup>154</sup> LACLAU, Ernesto, «Populismo: o que há num nome?», in DIAS, Bruno Peixe & NEVES, José (coord.), *A Política dos Muitos – Povo, Classes e Multidão*, pág. 57.

### III. 1. Genealogia da Multidão

«When do we need new concepts? The answer is very simple: when we wish to draw distinctions that we had not drawn before or when we wish to grasp commonalities that we had not grasped before. (...) More often than not, scholars introduce new concepts by modifying old ones.»<sup>ix</sup>

Andreas Schedler

A genealogia da multidão remete-nos para Maquiavel que a utiliza como conceito<sup>155</sup> político tanto em *Discursos* como n' *O Príncipe*:

«And Titus Livius said these words, “From being ferocious when together, fear made them individually obedient”. And truly this part of the nature of the multitude cannot be better shown than by this sentence. For the multitude many times is audacious in speaking against the decision of their Prince: but afterwards, when they see the penalty in sight, not trusting one another, they run to obey.”<sup>156</sup>

A ideia fundamental, que Hobbes recuperará mais tarde, é de desordem como característica definidora desta entidade coletiva e, em consequência, uma ideia de castigo como poder singular.

Já na segunda metade do século XVII, Hobbes e Espinosa atribuem uma centralidade ao conceito nas suas reflexões políticas sobre soberania e governo, mas

---

<sup>155</sup> Aqui “conceito” adquire a uniformidade que Laclau lhe atribui por oposição a “nome” (veja-se ponto II.4 supra): «We know that any conceptual grouping should be conceived as a subsumption. There is something that the concept expresses which is reproduced without alteration in each of the instances of its application. The concept cannot be anything but a universal, and the instances realizing it must necessarily reproduce something identical in all of them, a hard common positive core beyond their particularistic variations» in LACLAU, Ernesto, «Ideology and post-Marxism», in *Journal of Political Ideologies*, vol. 11, n.º 2, pág. 108. Ver também nota n.º 135.

<sup>156</sup> MAQUIAVEL, *Discourses — Upon the First Ten (books) of Titus Livy — To Zanobi Buondelmonti and to Cosimo Rucellai*, pág. 79

partem de atributos que polarizam os sentidos do conceito. Em Hobbes, “multidão” surge como expressão de estado natural de guerra permanente,

«[p]orque divergindo em opinião quanto ao melhor uso e aplicação da sua força, em vez de se ajudarem só se atrapalham uns aos outros, e devido a essa oposição mútua reduzem a nada a sua força. E devido a tal não apenas facilmente serão subjugados por um pequeno número que se haja oposto ao acordo, mas além disso, mesmo sem haver inimigo comum, facilmente farão guerra uns contra os outros, por causa dos seus interesses particulares. Pois se fosse lícito supor uma grande multidão capaz de consentir na observância da justiça e das outras leis da natureza, sem um poder comum que mantivesse a todos em respeito, igualmente o seria supor a humanidade inteira capaz do mesmo. Nesse caso não haveria, nem seria necessário, qualquer governo civil, ou qualquer Estado, pois haveria paz sem sujeição.»<sup>157</sup>

O autor oscila, entre obras, acerca desta multidão como origem da soberania ou como entidade suscetível de representatividade política, havendo possibilidades de leituras diferenciadas entre *Leviatã* e *De Cive*, em que Hobbes tinha ido mais longe na diferenciação entre povo e multidão, atribuindo ao primeiro (e somente a ele) a capacidade de transmutação em cidadão e de possibilidade de representação.

Ou seja, em *Leviatã*, afirma que a multidão de homens

«(...) é transformada em uma pessoa quando é representada por um só homem ou pessoa, de maneira a que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem essa multidão. Porque é a unidade do representante, e não a unidade do representado, que faz que a pessoa seja una. (...) Esta é a única maneira como é possível entender a unidade de uma multidão.»<sup>158</sup>

Assinale-se a recusa, ainda assim, da unicidade apenas reconhecível noutros sujeitos políticos coletivos, princípio que subjaz às reflexões mais contemporâneas do conceito que abordaremos mais tarde e que também Hobbes assinalará em *De Cive*. Nesta obra, por outro lado, numa passagem exemplar, colocará povo e multidão em confronto:

---

<sup>157</sup> HOBBS, Thomas, *Leviatã – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, pág. 144.

<sup>158</sup> HOBBS, Thomas, *Ibidem*, pág. 139.

«(...) The People is somewhat that is one, having one will, and to whom one action may be attributed; none of these can properly be said of a Multitude. The People rules in all Governments, for even in Monarchies the People Commands (...). In a Democracy, and Aristocracy, the Citizens are the Multitude, but the Court is the People. And in a Monarchy, the Subjects are the Multitude, and (however it seeme a Paradox) the King is the People. The common sort of men, and others who little consider these truthes, do alwayes speak of a great number of men, as of the People, that is to say, the City; they say that the City hath rebelled against the King (which is impossible) and that the People will, and nill, what murmuring and discontented Subjects would have, or would not have, under pretence of the People, stirring up the Citizens against the City, that is to say, the Multitude against the People.»<sup>159</sup>

Assim sendo, ao poder da soma de poderes individuais da multidão contrapõe-se a soberania do povo uno.

Espinosa, ao contrário, reconhece na multidão a origem da “potência”, sem necessidade de transmutação daquela em povo:

«[o]nde os homens têm direitos comuns e todos são conduzidos como que por uma só mente, é certo (...) que cada um deles tem tanto menos direito quanto os restantes juntos são mais potentes que ele, ou seja, não tem realmente sobre a natureza nenhum direito para além daquele que o direito comum lhe concede. Quanto ao mais, tem de executar aquilo que por consenso comum lhe é ordenado, ou (...) é coagido a isso pelo direito. Este direito que se define pela potência da multidão costuma chamar-se estado.»<sup>160</sup>

A ideia de consentimento, por oposição a uma ideia de irreducibilidade na representação, está na base de um reconhecimento de liberdade na multidão bastante diferente da perspectiva hobbesiana, uma liberdade de escolha (absoluta) e não uma contingência do medo:

«[d]eve, no entanto, notar-se que o estado que eu disse ser instituído para este fim é, no meu entender, aquele que a multidão livre institui, não aquele que se

---

<sup>159</sup> HOBBS, Thomas, *De Cive*, XII – VII (fac-símile com grafia original), in <http://www.constitution.org/th/decive.htm>.

<sup>160</sup> ESPINOSA, *Tratado Político*. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pág. 87.

adquire sobre a multidão por direito de guerra. Porque a multidão livre conduz-se mais pela esperança que pelo medo, ao passo que uma multidão subjugada conduz-se mais pelo medo que pela esperança: aquela procura cultivar a vida, esta procura somente evitar a morte (...).<sup>161</sup>

Esta diferença nas condições de origem de soberania é essencial na percepção das possibilidades de retorno e reciprocidade de poder delegado, ausentes em Hobbes, porém presentes em Espinosa, mas também, no seguimento da perspectiva abordada anteriormente em II.1., acerca do exercício de poder sobre sujeitos livres como condição da própria existência do poder, que encontraremos como herança de Espinosa em Foucault<sup>162</sup>: «[a] razão pela qual, na prática [o estado aristocrático] não é um estado absoluto não pode ser, portanto, senão o facto de a multidão meter medo aos que mandam e, deste modo, conseguir alguma liberdade para si, a qual reivindica e mantém, se não expressamente na lei, ao menos tacitamente.»<sup>163</sup>

Como escreverá Paolo Virno, multidão e povo, conceitos em competição na teoria política do século XVII, assumiram um papel fundamental na definição das categorias político-sociais da modernidade, sendo que a noção que prevaleceu foi a de “povo” — «“Multitude” is the loosing term, the concept which got the worst of it».<sup>164</sup>

Burke, Taine e Thiers<sup>165</sup> assinalam, no século XVIII, o papel nefasto e desviante da multidão (e também do povo) a qual obriga a uma condução férrea do poder. Como revisitação crítica ao papel da esfera pública política, assim que se iniciam as

---

<sup>161</sup> *Idem, ibidem*, pág. 113.

<sup>162</sup> Veja-se HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pág. 75: «Slaves thus present a useful limit case for Foucault’s claim (...) that power is exercised only over free subjects. If slaves were indeed under absolute domination, there would be no power exercised over them, according to Foucault. (...) Foucault’s point is that all subjects have access to a margin of freedom, no matter how narrow that may be, which grounds their capacity to resist. To say that power is exercised only over “free subjects”, then, really means that power is exercised only over subjects that resist, subjects that even prior to the application of power exercise their freedom.»

<sup>163</sup> ESPINOSA, *Tratado Político*. Lisboa: Temas e Debates, 2011, pág. 158.

<sup>164</sup> VIRNO, Paolo, *A Grammar of the Multitude – For an Analysis of Contemporary Forms of Life*, Nova Iorque: Semiotext(e), 2004, pág. 22.

<sup>165</sup> Veja-se JONSSON, Stefan, «The Invention of the Masses: The Crowd in French Culture from the Revolution to the Commune», in SCHNAPP, Jeffrey T. & TIEWS, Matthew, ed., *Crowds*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

exigências de participação dos não proprietários, John Stuart Mill advoga que as questões políticas devem ser decididas «(...) not by a direct or indirect appeal to the insight or the will of an uninformed multitude, but only by appeal to views, formed after due consideration, or a relatively small number of persons specially educated for this task.»<sup>166</sup>

Mais tarde, na viragem do século, Gustave Le Bon prolonga esta orientação elaborando a “psicologia das multidões” na qual descreve os processos desviantes, irracionais e sugestionáveis desta massa — «[o] exagero nas multidões incide muitas vezes sobre os maus sentimentos, restos atávicos dos instintos do homem primitivo, que o receio do castigo obriga o indivíduo isolado e responsável a reprimir. Assim se explica a facilidade com que as multidões são levadas aos piores excessos» —, ao mesmo tempo que lhe reconhece a potencialidade da inovação revolucionária (ainda assim tendencialmente abominável) —

«[A]ssim, as multidões, que se entregam tantas vezes aos instintos mais baixos, dão sempre o exemplo de actos da mais elevada moralidade. (...) Se as multidões se entregassem ao raciocínio e atendessem aos seus interesses imediatos, talvez nenhuma civilização se tivesse desenvolvido à superfície da Terra e a humanidade não teria história.»<sup>167</sup>

O século XIX vê também surgir, pelas mãos de Marx, um novo indivíduo social<sup>168</sup>, a classe, que se distancia do povo<sup>169</sup> (e da multidão nesta perspectiva

---

<sup>166</sup> MILL, J. S., *On Liberty*, citado por HABERMAS, Jürgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere – An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity Press, 2003 (1962), pág. 136.

<sup>167</sup> LE BON, Gustave, *Psicologia das Multidões*. S./l.: Roger Delraux, 1980, págs. 51 e 58, respetivamente.

<sup>168</sup> «Forces of production and social relations – two different sides of the development of the social individual – appear to capital as mere means, and are merely means for it to produce on its limited foundation.» In MARX, Karl, *Grundrisse*, [http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx\\_Grundrisse.pdf](http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx_Grundrisse.pdf), pág. 379. Para uma abordagem sobre a importância da noção de “indivíduo social” para as abordagens contemporâneas ao sujeitos político coletivos veja-se VIRNO, Paolo, *A Grammar of the Multitude – For an Analysis of Contemporary Forms of Life*, Nova Iorque: Semiotext(e), 2004, pp. 80-81.

<sup>169</sup> Há, no entanto, uma noção “pré-classista” no movimento “popular” de Paris em 1848 admitido pelo próprio Marx em *18 de Brumário de Luís Bonaparte* — em que o campesinato é menos interpretado pelas relações de produção e mais pelas suas condições de existência, ou em *A Questão Judaica*, em que as questões culturais prevalecem, de igual forma, sobre as formal e estruturalmente económicas.

massificada da modernidade e do liberalismo) na exata medida em que se distancia da nação, interclassista e consensualista por natureza.

Já no século xx, a teoria da psicologia de massas inspira investigações sobre fenómenos político-estéticos como as mobilizações de massas nazis e estalinistas, permitindo demonizações da ação política coletiva na própria articulação discursiva em política.<sup>170</sup>

Inspirados tanto em Foucault como em Arendt, bem como nas teorias políticas feminista e teorias *queer*, das minorias e movimentos sociais e da globalização, alguns teóricos políticos do século xxi, de Jacques Rancière a Paolo Virno e, sobretudo, Michael Hardt e Antonio Negri, propõem “multidão” para descrever o novo sujeito coletivo, uma espécie de novo *demos*, «(...) composed neither of “citizens” nor of “producers”; it occupies a middle region between “individual and collective”; for the multitude, then, the distinction between “public” and “private” is in no way validated.»<sup>171</sup>, composta por «(...) um conjunto de singularidades – e por singularidade entendemos aqui um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à mesmidade (...) [que se] opõem à unidade indiferenciada do povo»<sup>172</sup>, que parece pretender nomear a entidade de agenciamento plural e tendencialmente universalizante da exclusão e/ou da diferença/alteridade com reconhecimento positivo dos sujeitos do “grande número”.

---

<sup>170</sup> «With the theory of mass psychology, all grounds for defending collective action were cut away from mainstream cultural and political vocabulary. Meanwhile, it also became possible to rewrite history. Lucien Nass, for example, described the Paris Commune as a “revolutionary neurosis” (...).» In JONSSON, Stefan, *Ibidem*, pág. 74.

<sup>171</sup> VIRNO, Paolo, *A Grammar of the Multitude – For an Analysis of Contemporary Forms of Life*, VIRNO, Paolo, *A Grammar of the Multitude – For an Analysis of Contemporary Forms of Life*, Nova Iorque: Semiotext(e), 2004, pág. 26.

<sup>172</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Multidão – Guerra e Democracia na Era do Império*, Campo das Letras, Porto, 2005, pág. 107.

### III. 2. A Multidão na Teoria Contemporânea

«The challenge in the new constellation is the following: Can there be coherent accounts of individual and collective identity that do not fall into xenophobia, intolerance, paranoia, and aggression toward others? Can the search for coherence be made compatible with the maintenance of fluid ego boundaries? Can the attempt to generate meaning be accompanied by an appreciation of the meaningless, the absurd, and the limits of discursivity? And finally, can we establish justice and solidarity at home without turning in on ourselves, without closing our borders to the needs and cries of others? What will democratic collective identities look like in the century of globalization?»<sup>x</sup>

Seyla Benhabib

O modelo de soberania moderno nasce instrumental e totalizante. Sob o seu signo, indiferentemente do paradoxo transcendência/representação (assentando, a um tempo, na transcendência da origem e na personificação no monarca) presente em Hobbes, constrói-se uma legitimidade coesa para um corpo político centralizado, uniforme e absoluto, constituinte de um estado moderno de princípio incontestável e irreprimível. Este é um modelo teórico que, na sua sequência histórica — de uma soberania absoluta e patrimonial, passando pela potencialização da sua capacidade reorganizadora da sociedade e disciplinadora “benigna” sobre o todo social através da noção de “nação”, hipóstase da “vontade geral” de Rousseau, até ao aperfeiçoamento da soberania pela associação, pela mão dos jacobinos, da noção de “povo” —, privatiza o espaço público no monarca ou na república institucional. Além disso, enfatiza o consenso como única e verdadeira expressão de civilidade e unidade da comunidade política, que elimina a diferenciação pela imaginação de uma agremiação simbólica



horizontal com base nacional, exportando o conflito para lá das fronteiras nacionais, e que fixa o presente, eliminando a história, como única saída do estado natural (o jogo dialéctico primordial). Em razão do dito, estamos no campo da tentativa de construção de um “efeito social total”, eliminador de todos os processos de fissura que identificámos no capítulo II, a saber: faz coincidir ordem e sistema de ordenamento, apresenta um sistema de representação total, universaliza a comunidade política e nomeia a mesma: um povo, uma nação, uma soberania. A modernidade é, em grande medida, um esforço de cancelamento da ação democrática dos sujeitos num espaço público.<sup>173</sup>

O reconhecimento deste esforço de cancelamento operado pela modernidade enforma, no século xx, as abordagens pós-modernas e subjaz, de igual forma, à reentrada da “multidão” numa determinada narrativa conceptual contemporânea<sup>174</sup>, a partir de autores como Michael Hardt e Antonio Negri, Paolo Virno ou Beatriz Preciado.

Esta reentrada é facultada por dois fatores. O primeiro dos fatores está relacionado com a própria geneologia da multidão, que, por um lado, possibilita reutilizar um conceito que, na história conceptual, havia sido preterido como signo contrário à modernidade — ativando na multidão uma carga simbólica altermodernista<sup>175</sup> pré-existente —, e, por outro lado, recarregar o mesmo conceito de novas significações, o que decorre do facto do seu léxico não se encontrar alargadamente codificado, em consequência da sua condição de preterido em relação

---

<sup>173</sup> «(...) [M]odernity does not know how to justify democracy. Modernity always understands democracy as limit and therefore transfigures it into the perspective of the transcendental. The Hegelian Absolute only gives an account of collective productive force, or of the *potestas* emanating from it, once all singularities have been reduced to negativity. The result is a concept of democracy which is always necessarily formal.» In NEGRI, Antonio, *Subversive Spinoza*. Manchester: Manchester University Press, 2004, pp. 87-88.

<sup>174</sup> Ver nota 49 supra.

<sup>175</sup> Para definição de altermodernidade, como inovação no próprio léxico de Hardt e Negri, veja-se In HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, «Modernity (and the Landscapes of Altermodernity)», in *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pp. 65-118, designadamente pág. 102: «Altermodernity has a diagonal relationship with modernity. It marks conflict with modernity's hierarchies as much as does antimodernity but orients the forces of resistance more clearly toward an autonomous terrain.»

a “povo”.<sup>176</sup> O segundo fator encontra-se na potencialidade e agenciamento da multiplicidade de resistências na rede de difusão de controlo aberta pelo conceito de multidão — um espaço em que o pensamento de Foucault<sup>177</sup> se assemelha à recusa do poder absoluto como expressão antimoderna de Espinosa<sup>178</sup>:

«No one can ever so utterly transfer to another his power and, consequently, his rights, as to cease to be a man; nor can there ever be a power so sovereign that it can carry out every possible wish. (...) So much, I think, is abundantly shown by experience: for men have never so far ceded their power as to cease to be an object of fear to the rulers who received such power and right; and dominions have always been in as much danger from their own subjects as from external enemies. If it were really the case, that men could be deprived of their natural rights so utterly as never to have any further influence on affairs, except with the permission of the holders of sovereign right, it would then be possible to maintain with impunity the most violent tyranny, which, I suppose, no one would for an instant admit.»<sup>179</sup>

A ideia de que o poder é exercido sobre sujeitos livres numa multidão — e de como essa condição é essencial à existência do próprio poder — permite, simultaneamente, opor ordem a sistema de ordenamento e subverter a dialética

---

<sup>176</sup> «When we speak of “multitude”, we run up against a complex problem: we must confront a concept without a history, without a lexicon, whereas the concept of “people” is a completely codified concept for which we have appropriate words and nuances of every sort. This is obviously the way it is. I have already said that the “people” prevailed against the “multitude” in the political-philosophical thought of the seventeenth century: thus, the “people” have enjoyed the privilege of a suitable lexicon. With regard to the multitude, we are left, instead, with the absolute lack of codification, with the absence of a clear conceptual vocabulary.» In VIRNO, Paolo, *Ibidem*, pp. 43-44.

<sup>177</sup> «The relationship between power and freedom's refusal to submit cannot, therefore, be separated. The crucial problem of power is not that of voluntary servitude (how could we seek to be slaves?). At the very heart of the power relationship, and constantly provoking it, are the recalcitrance of the will and the intransigence of freedom.» In FOUCAULT, Michel, «The Subject and Power», in *Critical Inquiry*, Chicago: The University of Chicago Press, vol. 8, n.º 4, 1982, pág. 790.

<sup>178</sup> Sobre antimodernidade de Espinosa veja-se, por exemplo, NEGRI, Antonio, *Subversive Spinoza*. Manchester: Manchester University Press, 2004 ou VIRNO, Paolo, *Ibidem*, 2004.

<sup>179</sup> ESPINOSA, A *Theologico-Political Treatise – Part Four*. S/I: Pennsylvania State University, 2000. Consultado em: 4 de fevereiro de 2014. Disponível em: [http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/spinoza/spinoza\\_theo\\_pol\\_4.pdf](http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/spinoza/spinoza_theo_pol_4.pdf), pág. 15-16.

poder-resistência como ação-reação, emancipando a resistência como elemento primordial na relação de poder<sup>180</sup>.

Para lá da carga simbólica de conceito tradicional e maioritariamente usado como oposto à paz soberana, a linha condutora entre a multidão do século XVII, mesmo quando operacionalizada negativamente, e a multidão contemporânea, é, segundo Virno, precisamente um *jus resistentiae*:

«Perhaps the *jus resistentiae* (or the right to protect something which is already in place and is worthy of continuing to exist) is what provides the strongest connection between the seventeenth century *multitudo* and the post-Ford multitude. (...) As far as the rest is concerned, it is difficult not to see the differences between the two “multitudes”: the contemporary multitude is fundamentally based upon the presumption of a One which is more, not less, universal than the State: public intellect, language, “common places” (...). Furthermore, the contemporary multitude carries with it the history of capitalism and is closely bound to the needs of the labor class.»<sup>181</sup>

À luz do exposto, a subversão da dialética entre poder-resistência funda e fundamenta, ontologicamente, todas as disrupções que, após a dissociação entre ordem e sistema de ordenamento, percorremos ao longo do segundo capítulo, assim como permite fazê-lo num recurso conceptual sob um signo de diferenciação relativamente ao modernismo, o que possibilita a Virno, Hardt e Negri uma tentativa de inscrição da multidão, na sua dimensão ontológica e histórica, na teoria política que se afasta do jogo moderno de bipolaridade entre soberania ou barbárie.

---

<sup>180</sup> «We should not think of power as primary and resistance a reaction to it; instead, paradoxical as it may sound, resistance is prior to power. (...) [The subjects’s] freedom is prior to the exercise of power, and their resistance is simply the effort to further, expand, and strengthen that freedom.» In HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pp. 81-82.

<sup>181</sup> VIRNO, Paolo, *Ibidem*, pág. 43. A este respeito ver também in HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Multidão – Guerra e Democracia na Era do Império*. Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 332: «(...) [N]a multidão não existe nunca qualquer obrigação em relação ao poder. Pelo contrário, na multidão o direito de desobediência e o direito à diferença são fundamentais. A constituição da multidão baseia-se na constante possibilidade legítima de desobediência. Para a multidão, a obrigação emerge apenas com o processo de tomada de decisão, como resultado da sua vontade política activa, e mantém-se enquanto durar essa mesma vontade política.»

Neste esforço de inscrição, Hardt e Negri contrapõem, insistentemente e ao longo da trilogia *Império/Multidão/Commonwealth*, multidão a outros corpos sociais modernos negando-lhe tanto o carácter de sujeito de soberania como de sujeito em anarquia — «[c]om efeito, enquanto permanecermos prisioneiros do quadro moderno definido por esta alternativa — ou soberania, ou anarquia —, o conceito de multidão será incompreensível. Temos de nos libertar deste velho paradigma e de reconhecer um modo de organização social que não é o modo soberano.»<sup>182</sup>

Só com este enquadramento de retirada dos princípios de dualidade oposicional da modernidade [multidão-povo; soberania-anarquia; cidadão-produtor; individual-coletivo; público-privado] e dos seus desdobramentos poderemos perceber um sujeito descrito como sendo composto «(...) neither of “citizens” nor of “producers”; it occupies a middle region between “individual and collective”; for the multitude, then, the distinction between “public” and “private” is in no way validated.»<sup>183</sup>, ou seja, um sujeito constituído por «(...) um conjunto de singularidades — e por singularidade entendemos aqui um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à mesmidade (...) [que se] opõem à unidade indiferenciada do povo».<sup>184</sup>

Portanto, em cada um dos exercícios de retirada das dualidades modernistas encontramos uma característica ontológica fundamental deste sujeito político tal como proposto pelos autores mencionados: uma ideia e expressão de singularidade e de conjunto de singularidades (num quadro de significação fora do binómio individual-coletivo); uma ideia e expressão de resistência (que inverte a ordem poder-resistência); uma ideia e expressão do comum (significação fora da dualidade privado-público).

No último livro da trilogia de Hardt e Negri, e perante um conjunto de críticas e de releituras que a sua proposta de multidão tinha gerado, designadamente na sua articulação com os agenciamentos identitários ou particulares por oposição a

---

<sup>182</sup> In HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Multidão – Guerra e Democracia na Era do Império*. Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 211.

<sup>183</sup> Veja-se nota 171 supra.

<sup>184</sup> Veja-se nota 172 supra.

agenciamentos de tendência universalizante e/ou de desidentificação, acrescentam uma outra característica à multidão: a metamorfose ou desterritorialização —

«[t]his vision of a multitude composed of a set of singularities and based on practices of self-determination and the common is still missing one essential element of altermodernity: its constant metamorphosis, its mixture and movement. Every singularity is a social becoming. (...) Resistance and the collaboration with others, after all, is always a transformative experience.»<sup>185</sup>

Trata-se de uma operação de desterritorialização e reterritorialização no sentido da expressão utilizada por Deleuze e Guattari:

«[t]he orchid deterritorializes by forming an image, a tracing of a wasp; but the wasp reterritorializes on that image. The wasp is nevertheless deterritorialized, becoming a piece in the orchid's reproductive apparatus. But it reterritorializes the orchid by transporting its pollen. Wasp and orchid, as heterogeneous elements, form a rhizome. It could be said that the orchid imitates the wasp, reproducing its image in a signifying fashion (mimesis, mimicry, lure, etc.). But this is true only on the level of the strata (...). At the same time, something else entirely is going on: not imitation at all but a capture of code, surplus value of code, an increase in valence, a veritable becoming, a becoming-wasp of the orchid and a becoming-orchid of the wasp. (...) There is neither imitation nor resemblance, only an exploding of two heterogeneous series on the line of flight composed by a common rhizome that can no longer be attributed to or subjugated by anything signifying.»<sup>186</sup>

Uma ideia que se tornara especialmente central na utilização do conceito de multidão nas teorias *queer*<sup>187</sup> em que se procede a um trabalho de desterritorialização da heterossexualidade.

Resumidamente, a principal consequência de uma teoria aproximativa a um modo de organização social não soberano é que ela desestabiliza o sistema de

---

<sup>185</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pág. 112.

<sup>186</sup> DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix, *A Thousand Plateaux – Capitalism and schizophrenia*. Mineápolis e Londres: University of Minnesota Press, 2005, pág. 10.

<sup>187</sup> Veja-se, a este respeito, PRECIADO, Beatriz, «Multidões Queer – Notas para uma política dos «anormais»», in *Revista Estudos Feministas*, vol. 19, n.º 1, 2011, pp. 11-18.

significação política e, por conseguinte, o sistema político, o que, como vimos, favorece a constituição de sujeitos coletivos e ações políticas constituintes.

Ainda na esfera ontológica, paralelamente a este enquadramento conceptual e de significação, e na sequência lógica deste corte diagonal com a modernidade, a operacionalização da multidão na perspetiva destes autores não pode passar sem uma análise deste “corpo” no domínio da imanência. Esta necessidade é retratada do seguinte modo por Hardt e Negri:

«[o] Leviatã (...) é menos mau que a guerra de todos contra todos (...). Trata-se, todavia, de um estilo de teorização política que já não parece manter grande utilidade. Pretende que o sujeito pode ser compreendido pré-socialmente e fora da comunidade, e impõe-lhe, portanto, uma espécie de socialização transcendental. No Império, não há subjectividade que seja exterior, e todos os lugares foram subsumidos num “não-lugar” geral. A ficção transcendental da política torna-se insustentável e perde toda a sua validade argumentativa, uma vez que existimos inteiramente no interior do domínio social e político. Quando reconhecemos esta determinação radical da pós-modernidade, a filosofia política força-nos a entrar no terreno da ontologia. Quando dizemos que a teoria política deve tornar-se ontológica, queremos dizer antes de mais que a política não pode ser construída a partir do exterior. A política é um dado imediato; é um campo de pura imanência.»<sup>188</sup>

Neste exercício de ontologização da teoria política, Hardt e Negri demoram-se na análise do sistema político atual que apelidam de “Império”, que partilha com o sistema político designado por Virno como “pós-Fordista” o facto de exercer um biopoder.

No *Império*, a centralidade do poder altera-se, difunde-se, passando a ser expresso por uma teia de instâncias, na qual o estado-nação cumpre um papel, mas não todos e nunca em hegemonia (numa preponderância em fluxo e refluxo — uma vez que Hardt e Negri “revêm em alta” o seu papel em *Multidão — Guerra e Democracia na Era do Império* em consequência da reconquista de intervenção e controlo de tendência mais estadocêntrica no pós-11 de setembro, mas voltam a atribuir-lhe um papel pouco preponderante em *Commonwealth*), partilhando “ordem”

---

<sup>188</sup> In HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, pp. 387-388.

e “produção social” com o mercado livre, a *lex mercatoria* das companhias multinacionais e transnacionais — através da qual «(...) o capital cria (...) uma espécie de “governança global” sem governo»<sup>189</sup> —, e instituições comunitárias, internacionais e supranacionais. Trata-se de um conjunto de hierarquias múltiplas e justapostas que sustentam um sistema de controlo difuso<sup>190</sup> «(...) em que, para o poder, o que está directamente em jogo é a produção e reprodução da própria vida»<sup>191</sup>. Do ponto de vista da sua arquitetura institucional, o Império assume-se como uma «(...) estrutura compósita de forças capitalistas de mercado e de instituições políticas e jurídicas que forma um governo quase-global ou um quase-governo global»<sup>192</sup>, a um tempo fonte de poder efetivo e condição da sua reprodução. Esta desterritorialização<sup>193</sup> institucional acompanha outro movimento de alteração de lugares da dominação imperial. Como a Internet — enquanto metáfora, mas também causa e efeito —, o Império joga o seu poder no oxímoro contração-expansão do espaço, a proximidade aumenta ao mesmo tempo que a capacidade de ação se expande, tanto do ponto de vista geopolítico como biopolítico (e, naturalmente, económico). No Império, a mobilidade (concretizada nos êxodos, migrações, nas estruturas de produção e de trabalho, na dissolução da figura do contrato, na dicotomia espaço público-privado, resumindo, na fábrica social) e a hibridez tornam-se essência de poder, sendo que «(...) o interior e o exterior tornam-se indiscerníveis»<sup>194</sup>. O “não-lugar” permite-se existir, deste modo, por um conjunto de processos desterritorializados e de desidentificação: «(...) o regime salarial é substituído enquanto função reguladora por um sistema monetário global e flexível; a

---

<sup>189</sup> *Idem*, *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 175.

<sup>190</sup> Aqui entendido como matriz de atuação social de aprofundamento da sociedade disciplinar (Foucault) para uma sociedade de controlo nos moldes concebidos por Deleuze. Veja-se, por exemplo, DELEUZE, Gilles, «Post-scriptum sobre las sociedades de control», in *Polis – Revista Latinoamericana*, vol. 13, 2006.

<sup>191</sup> *Idem*, *Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, pág. 41.

<sup>192</sup> *Idem*, *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 179.

<sup>193</sup> Ainda que pudéssemos alargar aqui o conceito de desterritorialização no sentido que detalhámos anteriormente como presente em Deleuze e Guattari, o contexto de utilização do conceito neste caso é o tradicionalmente atribuído, intimamente relacionado com um território geográfico.

<sup>194</sup> *Idem*, *Império*, pág. 222.

autoridade normativa é substituída pelos procedimentos do controlo e das actividades de polícia; e o exercício de dominação forma-se através de redes comunicacionais». <sup>195</sup>

Esta é a descrição do sistema de exercício do biopoder que se assume como matriz sobre a expressão biopolítica numa perspetiva dupla — «[o]ur reading [of Foucault] not only identifies biopolitics with the localized productive powers of life — that is, the production of affects and languages through social cooperation and the interaction of bodies and desires, the invention of new forms of the relation to the self and others, and so forth [o espaço necessário tanto como condição prévia para um regime de produção capitalista hegemonicamente imaterial, como resultado e externalidade de comunalidades produzidas pelos trabalhadores em contexto biopolítico<sup>196</sup> que são sujeitas a tentativas de expropriação capitalista] — but also affirms biopolitics as the creation of new subjectivities that are presented at once as resistance and de-subjectification.» <sup>197</sup>

Consequentemente, biopolítica é também o espaço onde Hardt e Negri encontram a expressão da intransigência da liberdade<sup>198</sup>, a resistência dos sujeitos — as singularidades e comunalidades criadas e criadoras que constituem uma ontologia da prática comum<sup>199</sup> —, sendo que a forma de expressão que lhe encontram é de tipo

---

<sup>195</sup> *Idem, Ibidem*, pág. 239.

<sup>196</sup> «Quando a multidão trabalha, produz autonomamente e reproduz todo o mundo da vida. Produzir e reproduzir autonomamente significa construir uma nova realidade ontológica. Com efeito, ao trabalhar, a multidão produz-se a si própria como singularidade. É uma singularidade que estabelece um novo lugar no não lugar do Império, uma singularidade que é uma realidade produzida pela cooperação, representada pela comunidade linguística, e desenvolvida pelos movimentos de hibridação. A multidão afirma a sua singularidade invertendo a ilusão ideológica segundo a qual todos os seres humanos nas superfícies globais do mercado mundial seriam intercambiáveis.» *In idem, Império*, pág. 430

<sup>197</sup> *Idem, Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pp. 58-59.

<sup>198</sup> Veja-se nottta 175 supra.

<sup>199</sup> «Os hábitos formam uma natureza que é ao mesmo tempo produzida e produtiva, criada e criadora — uma ontologia da prática social comum. Começamos já a poder detectar um conceito de multidão que emerge desta noção pragmática do hábito. As singularidades interagem e comunicam socialmente na base do comum, e a sua comunicação social produz, em contrapartida, o comum. A multidão é a subjectividade que emerge desta dinâmica de singularidade e de comunalidade.» *In* HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pág. 202.



performativo, de acordo com o que expusemos em II.2 e II.3, muito associado a processos de identificação e, simultaneamente, de desidentificação.<sup>200</sup>

As noções de biopolítica, produção de singularidades e comunalidades associadas a subjectivações e dessubjectivações criadoras e criadas por movimentos performativos, permitem-nos perceber toda uma outra dimensão de sentido associado à multidão: a dimensão do agenciamento de tipo antagonista, baseada no princípio da multidão constituir um modo de ser socialmente hegemónico e, em consequência, com potencialidade de exigir a hegemonização política.

Como se trata, no entanto, de uma subjetividade totalmente interna ao sistema, ela é, naturalmente, ambivalente, pelo que o agenciamento descrito por Virno e por Hardt e Negri, com menos romantismo pelo primeiro, é um agenciamento potencial, um agenciamento cujo investimento ético-radical<sup>201</sup> é reconhecidamente necessário (aliás, constitui objetivo eminentemente político da teorização), mas cuja materialidade é apenas sugerível por alguns gestos de visibilidade<sup>202</sup> que não constituem, em si, a expressão material global do sujeito “multidão”.

Virno, a respeito da ambivalência associada a potencialidade, afirma:

«[t]he multitude is a mode of being, the prevalent mode of being today: but, like all modes of being, it is ambivalent, or, we might say, it contains within itself both loss and salvation, acquiescence and conflict, servility and freedom.

---

<sup>200</sup> Além dos subcapítulos mencionados, vejam-se alguns contributos da teoria *queer*, designadamente a ideia de instituição de identidade através da repetição estilizada de atos performativos públicos em BUTLER, Judith, «Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory», in *Theater Journal*, vol. 40, n.º 4, 1988, pp. 519-531 e PRECIADO, Beatriz, *Ibidem*, pág. 13: «[à]queles que ventitam a ameaça da guetização, os movimentos e as teorias queer respondem com estratégias ao mesmo tempo hiper-identitárias e pós-identitárias. Fazem um uso radical dos recursos políticos da produção performativa das identidades desviadas.» Se a teoria *queer* parece demonstrar grandes afinidades com o conceito de “multidão”, existem críticas no âmbito da teoria feminista ao mesmo conceito. Por exemplo Mary Hawkesworth escreve: «Multiple bodies circulate in the Multitude, none of them anatomically correct; yet most them symbolically gendered male», in «The Gendered Ontology of “Multitude”», in *Political Theory*, S.l.: Sage Publications, vol. 34, n.º 3, 2006, pág. 360.

<sup>201</sup> Veja-se nota 142 supra.

<sup>202</sup> Exemplos de uma “pré-história” da multidão como os *sans-culottes* e *jacqueries*, os anarquistas na Guerra Civil de Espanha, a Revolução Cultural Chinesa, os movimentos guerrilheiros da década de 60 e 70, etc.; e exemplos contemporâneos como os Zapatistas, as manifestações globais como Seattle 1999, Génova 2001, os Fóruns Sociais Mundiais ou os protestos antiguerra no Iraque percorrem as obras de Hardt e Negri.

The crucial point, however, is that these alternative possibilities have a peculiar physiognomy, different from the one with which they appeared within the people/general-will/State cluster.»<sup>203</sup>

Hardt e Negri, por seu lado, acerca da internalidade e subsunção do sujeito multidão informam que:

«[a] multidão é governada com os instrumentos do sistema pós-capitalista moderno e no interior das relações sociais da subsunção real. A multidão só pode ser comandada segundo linhas internas, no que se refere à produção, às trocas, à cultura — por outras palavras, no contexto biopolítico da sua existência. Na sua autonomia desterritorializada, contudo, esta existência biopolítica da multidão tem a potencialidade de ser transformada numa massa autónoma de produtividade inteligente, num poder democrático absoluto, como diria Espinosa.»<sup>204</sup>

Este princípio de ambivalência e potencialidade correspondem, integralmente, àquilo que Marx teorizara sobre a subjetivação do capitalista e do proletário, sobre a transição — num momento igualmente tropológico e performativo, enquanto relação eminentemente emancipada da relação de produção socialmente expressa — da *classe em si* para *classe por si*.<sup>205</sup> A questão, assim, com que Hardt e Negri se deparam, chegados a este ponto da existência de uma multidão em si, que deriva a sua existência da contaminação cruzada (até mesmo de uma diluição, na percepção de

---

<sup>203</sup> VIRNO, Paolo, *Ibidem*, pág. 25.

<sup>204</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, pág. 379.

<sup>205</sup> Veja-se, por exemplo, MARX, Karl, *Grundrisse*, [http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx\\_Grundrisse.pdf](http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx_Grundrisse.pdf), designadamente pág. 148: «This is the occasion to draw attention to a moment which here, for the first time, not only arises from the standpoint of the observer, but is posited in the economic relation itself. In the first act, in the exchange between capital and labour, labour as such, existing for itself, necessarily appeared as the worker. Similarly here in the second process: capital as such is posited as a value existing for itself, as egotistic value, so to speak (something to which money could only aspire). But capital in its being-for-itself is the capitalist. Of course, socialists sometimes say, we need capital, but not the capitalist. Then capital appears as a pure thing, not as a relation of production which, reflected in itself, is precisely the capitalist. I may well separate capital from a given individual capitalist, and it can be transferred to another. But, in losing capital, he loses the quality of being a capitalist. Thus capital is indeed separable from an individual capitalist, but not from the capitalist, who, as such, confronts the worker».

Virno<sup>206</sup>) entre ser ontológico e ser sociológico, é a mesma com que Marx se deparara na constituição da subjetividade agenciadora. Onde líamos:

«[t]hese are, now, on one side, historic presuppositions needed before the worker can be found as a free worker, as objectless, purely subjective labour capacity confronting the objective conditions of production as his not-property, as alien property, as value for-itself, as capital. But the question arises, on the other side, which conditions are required so that he finds himself up against a capital?»<sup>207</sup>

Passamos a ler: «[o] que nos conduz às nossas questões fundamentais: como podem as acções da multidão tornar-se políticas? Como pode a multidão organizar e concentrar as suas energias contra a repressão e as segmentações territoriais incessantes do Império?».<sup>208</sup>

A diferença entre autores não está, deste modo, nas perguntas perante a questão da subjetivação capaz performativamente de fundar o próprio sujeito e de agenciar a sua atuação política coletiva. A diferença está nas respostas. Ou melhor, a diferença está na própria existência de uma resposta que participe ela mesma na constituição narrativa de um agenciamento, presente em Marx e ausente em Hardt e Negri que, no máximo, nos oferecem um “quando” mas não um “como” perfeitamente traçável e reconhecível: «[a] única resposta que podemos dar a estas perguntas é que a acção da multidão se torna política sobretudo quando começa a enfrentar directamente e com uma consciência adequada as operações repressivas centrais do Império»<sup>209</sup>. Mesmo o “quando” apresenta-se desestabilizado por um “sobretudo” e um “adequado”, designações abertas que permitem uma miríade de preenchimentos e

---

<sup>206</sup> «That is to say, the boundaries between pure intellectual activity, political action, and labor have dissolved». In VIRNO, Paolo, *Ibidem*, pág. 50.

<sup>207</sup> MARX, Karl, *Ibidem*, pág. 259.

<sup>208</sup> HARDT, Michael & NEGRI, *Ibidem*, pág. 435.

<sup>209</sup> HARDT, Michael & NEGRI, *Ibidem*, pág. 435.

conteúdos semânticos e que se encontravam completamente ausentes no enunciado original de Marx<sup>210</sup>.

Destaque-se que o que a multidão atinge, no esforço de abordagem da sua característica agenciadora, é uma dimensão de estrutura de atuação política: a multidão pretende-se, deste modo, e além da sua dimensão ontológica, uma forma de organização política<sup>211</sup>, no sentido em que organiza as singularidades, e, simultaneamente, um instrumento<sup>212</sup>, no sentido em que agencia a atuação externa.

Ainda assim, se, por um lado, pareceria que a a teorização contemporânea da multidão tentaria escapar à ideia de identidade agenciadora de tendência universalizante, as singularidades na multidão parecem, por outro, precisar daquela identidade para se concretizarem como organização política. Não muito longe de Laclau, de Rancière e Žižek (deixando agora de parte o que os separa do ponto de vista das contigências particularistas ou imanências universais) os autores da multidão contemporânea abordam o elemento social que, por falta de reconhecimento e representação no sistema compõe e assume, imanentemente, o papel de agregador com potencialidade de legitimação política num sistema global de mobilidade e hibridiz<sup>213</sup>: o “pobre”, em Hardt e Negri e o “estranho”, em Virno.<sup>214</sup>

---

<sup>210</sup> De facto, a frase citada de Hardt e Negri, parece profundamente inspirada numa passagem de Marx: «[a]s condições económicas tinham primeiro transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim esta massa é já uma classe face ao capital, mas ainda não para si mesma. Na luta, de que assinalámos apenas algumas fases, esta massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe.». A diferença está, no entanto, tanto no “sobretudo” e “adequado” como na ausência de um aprofundamento do modo de agenciamento e organização da luta de classes enquanto confronto político. In MARX, Karl, *Miséria da Filosofia*. Lisboa: Edições «Avante!», 1991, pág. 152.

<sup>211</sup> «Multitude is a form of political organization that, on the one hand, emphasizes the multiplicity of the social singularities in struggle and, on the other, seeks to coordinate their common actions and maintain their equality in horizontal organizational structures.» In *idem*, *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pág. 110.

<sup>212</sup> «The multiplicity of singularities that produce and are produced in the biopolitical field of the common do not spontaneously accomplish exodus and construct their autonomy. Political organization is needed to cross the threshold and generate political events. The *kairos* – the opportune moment that ruptures the monotony and repetitiveness of chronological time – has to be grasped by a political subject.» In *idem*, *Ibidem*, pág. 165.

<sup>213</sup> «O Império tem necessidade de restringir e de isolar os movimentos espaciais da multidão para os impedir de conquistarem legitimidade política.» In HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, pág. 434.

Sobre o papel agenciador do pobre ao longo da história dos sujeitos coletivos e, em especial, no seio da multidão biopolítica na qual se pode assumir como completamente produtor, referem Hardt e Negri:

«[e]m todos os períodos da história há um sujeito social, sempre presente e sempre o mesmo, que é identificado, muitas vezes em termos negativos mas nem por isso menos urgente, em torno de uma forma viva comum. (...) O único “nome comum” não localizável e de pura diferença em todas as épocas é o do pobre. (...) É o denominador comum da vida, a base da multidão. (...) Mais tarde, através do processo da acumulação primitiva, o proletariado emergiu como um sujeito colectivo que poderia exprimir-se na materialidade e na imanência, uma multidão que não só profetizava mas também produzia. (...) Hoje, enfim, nos regimes biopolíticos de produção e nos processos de pós-modernização, o pobre é um personagem subjugado e explorado, mas, seja como for, é uma figura de produção. É aqui que a novidade está.»<sup>215</sup>

Apesar de todo o esforço de corte diagonal com a ideia moderna de representação como elemento de exercício de dominação sobre os sujeitos de grande número, Hardt e Negri permitem-se o recurso à figura do pobre como representante do antagonismo capaz de incorporar e hegemonizar:

«(...) é a contradição entre as hierarquias linguísticas e a produção e comunalidade linguísticas que torna hoje a linguagem uma tão intensa sede de conflito e resistência. Este paradoxo contribui para a inversão da imagem tradicional dos pobres: uma vez que os pobres participam e contribuem para engendrar a comunidade linguística pela qual são excluídos ou subordinados, não são simplesmente activos e produtivos, mas também portadores de antagonismo e rebelião potencial. A posição paradoxal dos pobres no interior da comunidade linguística é um índice da sua posição em termos mais genéricos no interior da produção social. Com efeito, os pobres podem ser considerados, deste ponto de vista, como os representantes ou, melhor, como a expressão comum de toda a actividade social de criação. Para completarmos

---

<sup>214</sup> Além dos mencionados, Preciado propõe — numa inscrição relativamente diferente de grau, uma vez que inscreve a multidão *queer* como agência perante o Império sexual, ou seja, perante um dos traços do biopoder — o “anormal” como agente: «[c]om as novas tecnologias médicas e jurídicas de [John] Money, as crianças “intersexuais”, operadas ao nascerem ou tratadas durante a puberdade, se convertem em minorias construídas como “anormais” em benefício da regulação normativa do corpo da massa straight (heterocentrada). Esta multiplicidade dos anormais é a potência que o Império Sexual tenta regular, controlar, normalizar». In PRECIADO, Beatriz, *Ibidem*, pág. 12.

<sup>215</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Ibidem*, pp. 180-181.

a inversão da imagem tradicional, portanto, podemos dizer que os pobres encarnam a condição ontológica não só da resistência, mas também da própria vida produtiva.»<sup>216</sup>

Acerca do estranho como elemento associado à própria comunalidade, escreve Virno:

«[b]eing a stranger, that is to say “not-feeling-at-home”, is today a condition common to many, an inescapable and shared condition. So then, those who do not feel at home, in order to get a sense of orientation and to protect themselves, must turn to the “common places”, or to the most general categories of the linguistic intellect; in this sense, strangers are always thinkers. As you see, I am inverting the direction of the analogy: it is not the thinkers who become strangers in the eyes of the community to which the thinkers belong, but the strangers, the multitude of those “with no home”, who are absolutely obliged to attain the status of thinkers.»<sup>217</sup>

A questão essencial a analisar neste ponto é em que medida a proposta da multidão como agenciamento consegue efetivar o corte diagonal com os termos da dualidade oposicional entre particular e universal e em que medida é que é possível um agenciamento sem esforço de universalização, mesmo que num domínio puramente imanente e, nesse caso, longe do transcendência ou essencialismo pré-social do Um absoluto?

Parte da resposta está já dada, considerando a necessidade de identificação de uma identidade agremiadora das singularidades da multidão. Isto não significa que esta resposta seja satisfatória para os autores, designadamente Hardt e Negri que, com base numa racionalização biopolítica, tentam manter a representação do pobre com uma negação da totalização da sua identidade de representação, um exercício complexo de paralelismos conceptuais que, apresentados como paralelos, sugerem que nunca se cruzam em pontos de afinidade:

---

<sup>216</sup> *Idem, Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 142. Destaque no original.

<sup>217</sup> VIRNO, Paolo, *Ibidem*, pág. 38.

«[n]o século xx tardio, os movimentos de protesto e as revoltas adoptaram dois modelos fundamentais. A primeira forma de organização, e a mais tradicional, baseia-se na identidade da luta, e a sua unidade organiza-se sob uma direcção central, do tipo partido. (...) A história política da classe trabalhadora está cheia de modelos deste tipo. O segundo modelo dominante, que se opõe diametralmente ao primeiro, baseia-se no direito de cada grupo exprimir a sua diferença e conduzir autonomamente a sua luta. Este modelo da diferença desenvolveu-se fundamentalmente através das lutas baseadas na etnia, no género e na sexualidade. Os dois modelos dominantes confrontavam-nos com uma escolha clara: ou a luta unificada por uma identidade central ou lutas separadas que afirmam as nossas diferenças. O novo modelo em rede da multidão transforma os termos destas duas opções (...). (...) Em termos conceptuais, a multidão substitui o par contraditório identidade-diferença pelo par complementar comunidade-singularidade. Na prática, a multidão fornece-nos um modelo em que a nossa comunicação e cooperação com os outros no interior da luta, com a formação de cada vez mais hábitos, práticas, comportamentos e desejos comuns — numa palavra, com a mobilização global e a extensão do comum».<sup>218</sup>

Por seu lado, Virno parece estar mais confortável com a existência de um espectro universal sobre o agenciamento da multidão ao aceitar que a novidade do sujeito coletivo com potencial antagonista não está tanto na sua inscrição no debate particular-universal, mas na potencialidade da contínua ativação construtiva e inovadora do que integra na capacidade de agenciamento sob o signo do Um —

«[w]hile one does not wish to sing out-of-tune melodies in the post-modern style ("multiplicity is good, unity is the disaster to beware of"), it is necessary, however, to recognize that the multitude does not clash with the One; rather, it redefines it. Even the many need a form of unity, of being a One. But here is the point: this unity is no longer the State; rather, it is language, intellect, the communal faculties of the human race. (...) The many must be thought of as the individualization of the universal, of the generic, of the shared experience. Thus, in a symmetric manner, we must conceive of a One which, far from being something conclusive, might be thought of as the base which authorizes

---

<sup>218</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Ibidem*, pp. 218-219. A mesma ideia é repetida pelos autores em *Império*, pp. 120-121: «(...) the experience of the common provides a framework for breaking the epistemological impasse created by the opposition of the universal and the particular. (...)The common cuts diagonally across the oppositional between the universal and the particular. (...) This leads us directly to our (...) guiding intuition: that epistemology has to be grounded on the terrain of struggle — struggle that not only drives the critique of the present reality of domination but also animates the constitution of another reality. Saying that truth is constructed from below means that it is forged through resistance and practices of the common».

differentiation or which allows for the political-social existence of the many seen as being many.»<sup>219</sup>

Neste caso, não há paralelismos complexos ou cortes diagonais com a necessidade de uma tendência universal na entidade de agenciamento, apenas um carregamento de uma ideia de contestabilidade de conteúdos do exercício de universalização.

Tanto num espaço em que se assume o “comum” como enquadramento teórico completamente alheio à oposição particular-universal como no campo em que se admite uma tendência universalizante, mesmo que sem mesmificação de singularidades, as comunalidades ou individualização do universal pelos muitos (elementos que sustentam uma cadeia de equivalências entre singularidades<sup>220</sup>) necessitam, como elemento fundamental ao agenciamento como atuação política, aquilo que se possa constituir como “significante vazio”<sup>221</sup>. No caso da multidão, esse vácuo de significação sujeito a contestação e, por conseguinte, espaço de expressão do antagonismo político entre significações possíveis, é ocupado por “democracia”. Trata-se do campo de cumprimento profético do poder dos muitos — «[a] autonomia da multidão e as suas capacidades de autoorganização económica, política e social despojam a soberania de qualquer papel. (...) Quando a multidão se mostra enfim

---

<sup>219</sup> VIRNO, Paolo, *Ibidem*, pág. 25.

<sup>220</sup> Sobre o comum que pode ser percecionado no mesmo sentido de de cadeia de equivalências, veja-se HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Ibidem*, pág. 215: «[e]m extensão, o comum é mobilizado através da intercomunicação de uma luta para outra. Tradicionalmente, como já pudemos observar noutro lugar, a expansão geográfica dos movimentos assume a forma de um ciclo internacional de lutas em que as revoltas alastram de um contexto local para outro, como uma doença contagiosa, por meio da comunicação das práticas e dos desejos comuns. (...) Em cada um destes ciclos de lutas, o comum que é mobilizado em extensão e comunica através do globo não é apenas o inimigo comumente reconhecido (...), mas são também métodos comuns de combate, maneiras de viver comuns e desejos comuns de um mundo melhor.»

<sup>221</sup> Que, como vimos anteriormente, não se confunde com o conjunto de exigências de tipo pragmático que possam ser colocadas pelos sujeitos coletivos e que, no caso da multidão, são avançadas as seguintes por Hardt e Negri em *Império*, pp. 432-442: cidadania global (controlo total sobre os próprios movimentos), rendimento garantido (associado à contínua produtividade biopolítica) e direito à reapropriação dos meios de produção (que, em contexto biopolítico, significa livre acesso ao conhecimento, à informação, à comunicação e aos afetos e o controlo sobre os mesmos).



capaz de se governar a si própria, a democracia torna-se possível»<sup>222</sup> —, mas também a forma em que o antagonismo imana como retaliação conflitual — «[t]he salient traits of post-Fordist experience (servile virtuosity, exploitation of the very, faculty of language, unfailing relation to the "presence of others," etc.) postulate, as a form of conflictual retaliation, nothing less than a radically new form of democracy.»<sup>223</sup>

Chegados a este ponto, estamos em condições de perceber a coincidência entre as propostas contemporâneas de multidão e os processos anteriormente descritos de emergência e expressão de sujeitos políticos coletivos em contextos contemporâneos, designadamente, as similitudes com Laclau — para lá do que Hardt e Negri gostariam de assumir<sup>224</sup>: a “democracia” é um significante vazio, o “pobre” a identidade particularista de tendência universal, como elemento de incorporação do excesso, o “comum” opera a cadeia de equivalências que permitem essa incorporação do excesso, a “multidão” é o seu sujeito político coletivo.

Por fim, “multidão” é, a um tempo, um conceito e um nome, na linha do que expusemos em II.4, no entanto, não é — ou não foi ainda — produto de um exercício de um direito de autonegação, ou seja, não foi objeto da transição semiótica necessária ao processo de constituição do sujeito político antagonista, pelo que, sem este elemento, permanece no campo dos sujeitos coletivos em potência.

---

<sup>222</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 332.

<sup>223</sup> VIRNO, Paolo, *Ibidem*, pág. 68.

<sup>224</sup> Hardt & Negri tentam uma resposta à teoria de Laclau sobre constituição de sujeitos políticos coletivos em *Commonwealth*, reduzindo a abordagem de Laclau à presença de hegemonização (num sentido relativamente alterado para liderança) de sujeitos unificados e negando que estas sejam características *sine qua non* para as práticas políticas.

### III. 3. Povo e Multidão

«O encadeamento lógico da representação no seu conjunto poderia resumir-se nos termos seguintes: o povo representa a multidão, a nação representa o povo e o Estado representa a nação. Cada um destes passos é uma tentativa de manter em suspenso a crise da modernidade. E a cada passo a representação significa um nível superior de abstracção e de controlo.»<sup>xi</sup>

Michael Hardt e Antonio Negri

A operação de diferenciação conceptual entre sujeitos políticos coletivos é uma necessidade que decorre da própria teorização da subjetivação política. O exercício de inscrição ou reinscrição e resignificação conceptual decorre sempre de um exercício sobre a dualidade diferenciação-identificação. Neste sentido, como expressão da comunidade política constituída pelos muitos, a “multidão”, nos autores que a operacionalizam no contexto contemporâneo, deve ser, necessariamente, confrontada com outros conceitos para sujeitos que semelhantemente se projetam como revolucionários perante um falhanço do sistema de representação política. Neste sentido, a “multidão” deve ser confrontada com o “povo”.

Como vimos na sua genealogia, o conceito de “multidão” surge, por um lado, num seio tradicional de binómios para o grande número constituídos pelos simultaneamente excluídos pelo sistema político e representados pela operacionalização conceptual em contextos políticos em que surgem com frequência no preenchimento do espaço de legitimação. Na modernidade, ela é o *hoi polloi*, a *plebs* ou ainda mais vil *multitudo* da Antiguidade<sup>225</sup>. No século XVII, ela surge de forma

---

<sup>225</sup> Além do já referido anteriormente, veja-se, por exemplo, CONNOLLY, Joy, «Crowd Politics: The Myth of the “Populus Romanus”», in SCHNAPP, Jeffrey T. & TIEWS, Matthew, ed., *Crowds*. Stanford: Stanford University Press, 2006., pág. 94: «Whereas the Roman “populus”, like its partner, the senate, is a theoretical singularity, a multitude united in one body, the “multitudo” is a shorthand sign of the impurity of political practice – a “leech” thriving in “urban filth and dregs”, Cicero observes in a private letter about crowds in the Forum – that defines and helps sanitize the body politic in normative theory.

diferenciada em Espinosa ou Hobbes, como vimos, mas só o segundo a submerge numa diferenciação conceptual com o “povo”, a versão moderna do *demos* e do *populus*. O signo do “povo” reverbera, assim, o signo da soberania e do estado moderno:

«[t]he decisive political counterposition is what opposes the Multitude to the People. The concept of “people” in Hobbes (but also in a large part of the democratic-socialist tradition) is tightly correlated to the existence of the State and is in fact a reverberation of it (...). The progressivist notion of “popular sovereignty” has as its bitter counterpoint an identification of the people with the sovereign, or, if you prefer, the popularity of the king. The multitude, on the other hand, shuns political unity, is recalcitrant to obedience, never achieves the status of juridical personage, and is thus unable to make promises, to make pacts, or to acquire and transfer rights. It is anti-State, but, precisely for this reason, it is also antipopular (...).»<sup>226</sup>

O aprofundamento da modernidade conseguido pelo estado-nação continua a operar neste campo de reverberação, sendo que, também neste caso, como a “multidão” em Espinosa, parece ter havido um discurso político paralelo de tendência de confrontação de sistema de relações sociais, com Abbé de Sieyès<sup>227</sup>, que, ainda assim, não consegue hegemonizar e a “nação” acaba totalmente integrada no signo da soberania uniformizante, agora, após a Revolução Francesa, uma soberania popular uniformizante de legitimidade reforçada. «(...) [D]o mesmo modo que o conceito de nação completa a noção de soberania reivindicando a sua anterioridade em relação a ela, o conceito de povo vem completar também o de nação, nos termos de uma outra

---

This is what I am calling the “myth” of the Roman People – a myth predicated on the rewriting of the crowd (“multitude”, “*frequentia*”, “*turba*”) as a unified singularity, the “*populus Romanus*”».

<sup>226</sup> VIRNO, Paolo, *Virtuosity and Revolution*, 2003. Consultado em: 2 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.generation-online.org/c/fcmultitude2.html>.

<sup>227</sup> «Who is bold enough to maintain that the Third Estate does not contain within itself everything needful to constitute a complete nation? It is like a strong and robust man with one arm still in chains. If the privileged order were removed, the nation would not be something less but something more. What then is the Third Estate? All; but an “all” that is fettered and oppressed. What would it be without the privileged order? It would be all; but free and flourishing. Nothing will go well without the Third Estate; everything would go considerably better without the two others. (...) The Third Estate then contains everything that pertains to the nation while nobody outside the Third Estate can be considered as part of the nation». In <http://pages.uoregon.edu/dluebke/301ModernEurope/Sieyes3dEstate.pdf>, pp. 2-3.

regressão lógica de contrafacção»<sup>228</sup>, ou seja, a legitimidade soberana aperfeiçoa-se, neste processo, pelo conjunto de subjetivações constituídas com capacidade para inscrição na temporalidade, no sentido de retroativamente estabelecidas e com capacidade para totalizar e transcendentalizar. O que resulta deste processo histórico-político de construção da soberania é que “povo” e “soberania” tornam-se sinónimos, o que neutraliza a capacidade constituinte e determina que o sujeito aqui passa apenas a conter o sentido de sujeição — elimina-se, portanto, a legitimidade associada à reversibilidade da potência constituinte, de dissolução de cadeia de representação.<sup>229</sup>

A proposta teórica do conceito de “multidão” opõe-se, assim, ao “povo” precisamente porque pretende localizar-se num espaço pós-soberano, projetando-se na história conceptual de irredutibilidade e irrepresentabilidade da multidão<sup>230</sup>: «[c]ooperation, however, unlike the individual labor time or the individual right of citizenry, is not a “substance” that is extrapolatable and commutable. It can, of course, be subjected, but it cannot be represented or, for that matter, delegated».<sup>231</sup> O “povo”, neste sentido de entidade de soberania, adquire, através da cadeia de representações de unificação do corpo político — no qual, como em qualquer outro corpo, existe apenas espaço para uma subjetivação e uma jurisdição —, um simulacro de inclusão no poder, no qual todos estão incluídos, ainda que em graus diferenciados<sup>232</sup>: uns enquanto representantes e outros representados, pelo que

---

<sup>228</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, pág. 121.

<sup>229</sup> A este respeito, veja-se Giorgio Agamben, particularmente *Homo Sacer – Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press, 1998, pág. 42: «But if constituting power is identified with the constituting will of the people or the nation (...) then the criterion that makes it sovereignty becomes unclear, and the constituting subject and the sovereign subject begin to become indistinguishable.»

<sup>230</sup> «A unidade do povo só pode ser criada através de uma operação de representação que o separa da multidão». In HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 240.

<sup>231</sup> VIRNO, Paolo, *Ibidem*.

<sup>232</sup> «“The mass” is a scar in the political body. The scar reminds us that the people rarely corresponds to its own image of a unified sovereign. Under normal circumstances, the people is divided between those who are included in politics because they claim to represent the people, and those who are excluded from politics because they are represented by others; that is, they can be excluded because they are somehow already included through intermediaries. It is in this context that the notion of the masses

abstratamente incluídos. Portanto, a primeira base de diferenciação incide sobre a relação íntima que o “povo” assume com a soberania e a inclusão meramente abstrata, e não imanente, dos muitos num corpo político. A segunda base de diferenciação encontra-se na própria ideia de unidade totalizante a que a analogia do corpo político obriga.<sup>233</sup>

A história da evolução das ideias políticas ao longo do século XX associada à história dos sistemas políticos e económicos determina — através dos exercícios de pós-modernidade e de difusão de uma política de identidades como política de subjetivação política particularista e desconstrução das subjetivações universais adquiridas — a impossibilidade da manutenção da ideia de um corpo político único e totalizante constituído e não imanentemente constituinte. A existência e/ou construção de uma subjetividade política de tendência universal precisa, deste modo, de retirar-se da heterofobia do “povo”<sup>234</sup>. No entanto, estamos perante uma nova inscrição fóbica: enquanto o povo apresenta e assenta numa fobia da diferença identitária-política-social, a multidão tem fobia da unidade identitária-política-social, da universalização transcendente que possa corresponder, na realidade, à ficção de uma universalidade efetivamente particularista<sup>235</sup> que opera a construção de um “povo”.

---

acquires its meaning after 1789.». In JONSSON, Stefan, «The Invention of the Masses: The Crowd in French Culture from the Revolution to the Commune», in SCHNAPP, Jeffrey T. & TIEWS, Matthew, ed., *Crowds*. Stanford: Stanford University Press, 2006, pág. 74.

<sup>233</sup> «The people are the result of a centripetal movement: from atomized individuals, to the unity of the "body politic," to sovereignty. The extreme outcome of this centripetal movement is the One. The multitude, on the other hand, is the outcome of a centrifugal movement: from the One to the Many». VIRNO, Paolo, *A Grammar of the Multitude – For an Analysis of Contemporary Forms of Life*, Nova Iorque: Semiotext(e), 2004, pág. 42.

<sup>234</sup> A eliminação da heterofobia do “povo” é essencialmente assumida por Hardt e Negri que todos os livros da trilogia fazem exatamente o mesmo exercício de contraposição de subjetivações. Destacamos a seguinte: «O povo corresponde tradicionalmente a uma concepção unitária. É evidente que a população se caracteriza por diferenças de toda a espécie, mas o povo reduz essa diversidade a uma unidade e transforma a população numa identidade única: “o povo” é um. A multidão, pelo contrário, é muitos. A multidão compõe-se de diferenças internas inúmeras que não podem ser reduzidas a uma unidade ou identidade única: culturas, raças, etnias, géneros e orientações sexuais diferentes; diferentes formas de trabalho; modos de vida diferentes; diferentes visões do mundo, e desejos diferentes. A multidão é uma multiplicidade de todas estas diferenças singulares». HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Ibidem*, pág. 9

<sup>235</sup> «Esta formulação burguesa do conceito de soberania nacional superava de longe todas as formulações anteriores da soberania moderna. Consolidava uma sua imagem particular e hegemónica, a

Aqui, no entanto, encontra-se um problema. O exercício de constituição de uma “multidão” em Hardt e Negri não está longe da descrição de Laclau do antagonismo preconizado por novas subjetivações políticas:

«[f]or the totality to have the status of an aspiration, it must, to start with, differentiate itself from the factually given ensemble of social relations. (...) So the *populus* as the given — as the ensemble of social relations as they actually are — reveals itself as a false totality, as a partiality which is a source of oppression. On the other hand, the *plebs*, whose partial demands are inscribed in the horizon of a fully fledged totality (...) can aspire to constitute a truly universal *populus* which the actually existing situation negates. It is because the two visions of the *populus* are strictly incommensurable that a certain particularity, the *plebs*, can identify itself with the *populus* conceived as an ideal totality».<sup>236</sup>

Aliás, se substituirmos *plebs* por “multidão” e *populus* por “povo”, poderíamos dizer que, de alguma forma, a subjetivação da “multidão” está em grande medida resumida. No entanto, por exemplo em Rancière, a contraposição entre “povo” e “multidões” (sempre no plural neste autor), pretende definir-se como outra que não a inscrição de oposição e diferenciação entre projetos de subjetivação dos muitos por parte do “novo” sujeito coletivo. Rancière afirma:

«(...) the concept of the multitudes manifests a phobia of the negative, of any politics that defines itself “against”, but also of any politics that is nothing but political, that is founded in nothing other than the inconsistency of the egalitarian trait. (...) [T]he stance of the multitudes is a stance for a subject of political action unmarked by separation».<sup>237</sup>

---

imagem da vitória da burguesia, que historicizava e, ao mesmo tempo, universalizava. A particularidade universal é uma universalidade poderosa. (...) Ligado aos conceitos de nação e de povo, o conceito moderno da soberania transfere o seu epicentro da mediação dos conflitos e da crise para a experiência unitária de uma nação-sujeito e da sua comunidade imaginada». In HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, pp. 124-125. Sublinhado nosso.

<sup>236</sup> LACLAU, Ernesto, *On Populist Reason*, Londres e Nova Iorque: Verso, 2005, pág. 94. A este respeito, veja-se também BADIOU, Alain, *Theory of the Subject*. Londres: Continuum, 2009, pág. 14: «What does the opposition of imperialist society and the revolutionary people amount to in the order of facts? It is the political division of the people, because the two modes of politics, bourgeois and proletarian, possess reality only insofar as each one of them organizes the people on its own terms».

<sup>237</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Dissensus – On Politics and Aesthetics*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2010, pág. 86.

Mas, neste caso, como é possível manter a heteronomia das singularidades num outro campo que não o da totalização? É possível antagonizar mantendo a multiplicidade das singularidades ao mesmo tempo que se subjetiva com base num campo outro que não o da separação e oposição entre projectos de subjetivação dos muitos? E se se elimina a separação, não se cumpre a totalização?

Portanto: o “povo” transcende; a “multidão” imana; a soberania é o signo do primeiro; a potência fora da lógica da soberania é o signo da segunda; o “povo” totaliza e é heterofóbico; a “multidão” singulariza e apresenta-se como tendo fobia da totalização. No entanto, uma confrontação entre “povo” e “multidão” deve passar, também, pela identificação das suas similitudes. Encontramo-las em três níveis que abordaremos de seguida: ambos os conceitos também significam os excluídos politicamente e os pobres; ambos os conceitos são suficientemente ambíguos para possuírem um estatuto de contestabilidade democrática, e, por fim, ambos se apresentam, para lá da categoria de conceitos, como nomes que designam uma realidade partilhada que é a subjetivação política dos muitos.

De facto, recuperando Butler, «(...) no norm can operate on a subject without the activation of fantasy»<sup>238</sup> e, nenhum nome de subjetivação pode permanecer hegemónico por tantos séculos sem que dele se apropriem os sujeitos que o constituíram ou foram constituídos por ele. É precisamente o que se passa com “povo” que, em todas as línguas modernas europeias, veio a significar<sup>239</sup>, para além de um corpo político de soberania, uma designação generalizada para pobre e excluído (do

---

<sup>238</sup> Veja-se nota 110 supra.

<sup>239</sup> Sobre a externalização do “povo” neste sentido pela própria subjectivação burguesa, veja-se HABERMAS, Jürgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere – An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity Press, 2003 (1962), pág. 72: «The bourgeois, for their part, distanced themselves rigorously from the people. To the latter belonged, besides the rural population (ranging from agricultural laborers through tenants to freeholders) and the lower class proper (day laborers, soldiers, and servants), the shopkeepers, artisans, and workers. “Volk” was coextensive with “people”, both categories assumed the same meaning during the eighteenth century; in both countries standing behind a shop counter as well as working at manual labor were the subjectively accepted criteria for exclusion from the genuine bourgeoisie» — a exclusão de uma “república da propriedade”, para utilizar o termo de Hardt e Negri.

poder) profusamente utilizada em contextos populares<sup>240</sup>, exercendo, portanto, uma operação de autonegação ou, no mínimo, de uma interpelação enquanto subjetivação no sentido althusseriano.<sup>241</sup> Em consequência, como vimos, ao pretender significar também esta segunda parte do sentido de “povo”, a “multidão” encontrar-se-ia numa situação de necessidade de dissolução desta operação de autonegação, o que nenhum dos autores proponentes desse conceito aqui abordados efetua.

Esta situação anfíbia de “povo”, em que o seu sentido é o da comunidade nacional unificada e em representação e, simultaneamente, uma nomeação para pobre e excluído, é a razão fundamental para que a noção seja ambígua, com fronteiras conceptuais imprecisas e determinadas muito pelo contexto de utilização num discurso. A ambiguidade conceptual de “povo” foi reconhecida por múltiplos autores na contemporaneidade, entres os quais Rancière, Balibar ou Laclau. Rancière, por exemplo, no seguimento do atrás referido sobre a “multidão” como inscrição ou, em alternativa, como retirada da oposição e diferenciação entre projetos de subjetivação dos muitos, problematiza — no sentido em que expressa um problema indissociável da noção de “povo” — esta ambivalência:

«[t]he interest of the name “the people” as I see it, lies in staging its ambiguity. Politics, in this sense, is the enacted discrimination of that which, in the last instance, is placed under the name of the people: either the operation of differentiation which institutes political collectives by enacting egalitarian inconsistency or the operation of identity which reduces politics to the properties of the social body or the fantasy of the glorious body of the

---

<sup>240</sup> A que se contrapõe uma utilização infrequente na literatura das ciências sociais. A este respeito, veja-se WALLERSTEIN, Immanuel, «The Construction of Peoplehood: Racism, Nationalism, Ethnicity». In BALIBAR, Etienne, WALLESTEIN, Immanuel, *Race, Nation, Class – Ambiguous Identities*. Londres e Nova Iorque: Verso, 1991, pp. 71-85.

<sup>241</sup> «I shall then suggest that ideology “acts” or “functions” in such a way that it “recruits” subjects among the individuals (it recruits them all), or “transforms” the individuals into subjects (it transforms them all) by that very precise operation which I have called interpellation or hailing, and which can be imagined along the lines of the most commonplace everyday police (or other) hailing: “Hey, you there!” Assuming that the theoretical scene I have imagined takes place in the street, the hailed individual will turn round. By this mere one-hundred-and-eighty-degree physical conversion, he becomes a *subject*». In ALTHUSSER, Louis, «Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes Towards an Investigation)». In Durham, Meenakshi Gigi & Kellner, Douglas M., *Media and Cultural Studies – Keywords*. Malden, Oxford e Carlton: Blackwell Publishing Ltd., 2006, pág. 86.



community. Politics always involves one people superadded to another, one people against another».<sup>242</sup>

Balibar, por seu lado, atribui a “povo” a mesma característica que se manifesta como intrínseca a todas produções ideológicas e institucionais: a ambiguidade.<sup>243</sup> Na mesma linha, Laclau, operacionaliza a noção de “significantes flutuantes” que se adequa a esta ambiguidade de o “povo” decorrente de uma pluralidade de estratégias no mesmo espaço discursivo sobre a mesma unidade de identificação:

«[t]he chains of equivalence are always disturbed, interrupted by other hegemonic interventions that construct meanings and identities through different equivalential chains. (...) There is an essential unfixity in the meaning attached to some contested signifiers as a result of an operation of a plurality of strategies in the same discursive space. If I have called the general equivalent unifying an undisturbed equivalential chain the empty signifier, I will call the one whose emptiness results from the unfixity introduced by a plurality of discourses interrupting each other the floating signifier».<sup>244</sup>

Poderemos dizer, com segurança, que a “multidão” não se coloca no mesmo espaço flutuante de ambiguidade? Sendo certo que se desvincula do sentido de “povo” como entidade legitimadora de uma soberania de dominação, ao internalizar-se completamente no sistema, ao relacionar-se como entidade criada e criadora no seio do Império, não mimifica o processo de dualidade que subjaz à ambiguidade de “povo”? Não está ela sujeita aos mesmos problemas de integração no sistema de ordenamento e dominação? O próprio Rancière informa-nos que sim: «[t]he concept

---

<sup>242</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Ibidem*, pág. 85.

<sup>243</sup> «(...) The history of social formations would be not so much a history of non-commodity communities making the transition to market society or a society of generalized exchange (...) as a history of the reactions of the complex of “non-economic” social relations, which are the binding agent of a historical collectivity of individuals, to the de-structuring with which the expansion of the value form threatens them. (...) It is the reactions also which underlie the intrinsically ambiguous ideological and institutional productions, which are the true substance of politics (for example, the ideology of human rights, and also racism, nationalism, sexism and their revolutionary antitheses)». In BALIBAR, Etienne, «Preface», in BALIBAR, Etienne, WALLESTEIN, Immanuel, *Ibidem*, pág. 8.

<sup>244</sup> In LACLAU, Ernesto, «Constructing Universality», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 305.

of the “multitudes” is just as susceptible to problematic identification as is that of “the people”». <sup>245</sup>

Precisamente pelo facto de a “multidão” ser simultaneamente processo de subjectivação e agenciamento de sujeito ela está sujeita a todos os problemas associados<sup>246</sup> a *performances* de identificação, desidentificação e expressão ativa dos muitos, sobretudo num domínio de afirmação irredutível das singularidades que a compõem, apesar dos esforços de retirada epistemológica da oposição individual-coletivo, como vimos anteriormente.

Por fim, naturalmente que ambos os conceitos — “povo” e multidão — pretendem designar uma subjectivação coletiva dos muitos, quer seja externa ou internamente constituída (ou melhor, quer seja, na origem, constituída ou constituinte) e, no campo desta última e fundamental similitude, coloca-se a questão de saber se a efetividade e existência imanente e capacidade de atuação democrática decorrem dos dois elementos comuns a ambos os conceitos — a constituição de resistência, ou implementação de uma fronteira antagonista, em relação ao poder, e a articulação em rede de equivalências de exigências que agencia — ou se, de acordo com o que expusemos no Capítulo II, é necessária a intervenção de um terceiro elemento: um processo de unificação de exigências e sujeitos num sistema de significação estável, para o qual o “povo” parece estar melhor colocado para cumprir. Ou se, por outro lado, esse processo de unificação de exigências e sujeitos, uma tendência universalizante, não só não é necessário como conflituaria com um outro elemento muito mais fundamental: a expressão do múltiplo<sup>247</sup> como condição irredutível dos sujeitos coletivos contemporâneos que votaria ao insucesso qualquer tentativa de universalização?

---

<sup>245</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Ibidem*, pág. 89.

<sup>246</sup> «The “multitudes” can be conceived either as processes of political subjectivation, giving rise to the problem of the sites and forms of these processes; or, in metapolitical fashion, as the very name for the power that invigorates the whole, whereupon there is a price to pay for identifying it with some unconscious will of Being that wills nothing». *In idem, Ibidem*, pág. 90.

<sup>247</sup> «Political subjects ought to express the multiple insofar as the multiple is the very law of being. In this sense, the concept of the multitudes is part of the tradition of the political philosophy, since it resides in an attempt to reduce political exceptionality to the principle of that which places beings in community». *In idem, Ibidem*, pág. 86.

### III. 4. Classe e Multidão

«There exists a scholastic and academic historico-political outlook which sees as real and worthwhile only such movements of revolt as are one hundred per cent conscious, i.e. movements that are governed by plans worked out in advance to the last detail or in line with abstract theory (which comes to the same thing). But reality produces a wealth of the most bizarre combinations. (...) It is not reality which should be expected to conform to the abstract schema. This will never happen, and hence this conception is nothing but an expression of passivity.»<sup>xii</sup>

Antonio Gramsci

Como vimos anteriormente, existe uma coincidência entre os processos constituintes da multidão em Hardt e Negri e os processos de constituição de sujeitos políticos coletivos em Laclau: constitui-se um determinado sujeito político coletivo (multidão) porque existe um significante vazio (democracia) identificável com uma identidade particularista de tendência universal capaz de inscrever o agenciamento na eternidade (pobre) e que espoleta uma cadeia de equivalências entre singularidades (comum). No entanto, na pegada de Marx, é preciso constituir também a luta pela qual todo o processo é posto em movimento, um movimento essencial ao cumprimento da própria exigência de agenciamento e de efetivação da cadeia de equivalências. Este movimento só pode ser de um tipo: político e, como sabemos, «(...) the struggle of class against class is a political struggle»<sup>248</sup>. Em consequência, Hardt e Negri precisam de uma luta de classes (ao preocupar-se menos com agenciamento, Virno não se confronta, da mesma maneira, com o agente da organização prática das

---

<sup>248</sup> MARX, Karl, *Miséria da Filosofia*. Lisboa: Edições «Avante!», 1991, pág. 152.

resistências). Lotringer refere-se a esta necessidade, com uma dose de ironia, da seguinte forma:

«*Empire* involves an original kind of class struggle: a struggle looking for a class. (...) A postmodern revolution, no less. The class struggle was postmodern, too. Virno does not have any telos up is sleeve, no ready-made program for the multitude (...). It has been tried before and did not turn out so well. (...) The ultimate goal of Virno's inventive inventory is "rescuing political action from its current paralysis". *Empire* is trying that, too, but a straw fight will not do — the multitude strikes back.»<sup>249</sup>

O exercício que Hardt e Negri desenvolvem é, em consequência, uma reentrada do mundo do trabalho e produção e a redefinição do seu próprio sentido em função de, e em oposição a, um sistema capitalista em contexto biopolítico. Para esta reentrada, é preciso encontrar a figura do trabalhador e, de entre a panóplia possível das diversificações, a do trabalhador que assuma a tipologia de trabalho hegemônica no seio do mundo da produção e da própria sociedade. Ou seja, ao determinarem taxativamente que «[a] multidão é um conceito de classe»<sup>250</sup>, precisam necessariamente de proletarizar a multidão e de descobrir na multidão proletarizada o trabalhador com capacidade hegemônica que substitua o anterior operário industrial da teoria de classes.

Mas a contemporaneidade apresenta-nos uma complexificação no lugar da simplificação das estruturas sociais esperada pela teoria de classes<sup>251</sup>, sendo a pós-moderna política de identidades uma expressão desta complexificação. No seio desta política de identidades e das abordagens da ciência política e sociológica à mesma, não encontramos uma eliminação da classe como base tanto para categorização social como para identificação política dos indivíduos, apenas a sua inclusão num conjunto

---

<sup>249</sup> LOTRINGER, Sylvère, «We, the Multitude», in *Social Text*. Duke University Press. vol. 23, n.º 1, 2005, pág. 10.

<sup>250</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 111.

<sup>251</sup> «A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade civil está a cindir-se, cada vez mais, em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes em confronto directo: a burguesia e o proletariado». In MARX, Karl & ENGELS, Friederich, *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições «Avante!», 1976, pág. 60.

alargado de outras categorias e identidades definidoras e agenciadoras desses indivíduos. No entanto, de acordo com Laclau, essa inclusão desvanece a relação primordial de correspondência, na teoria de classes, entre as tendências estruturais de um sistema de poder e dos agentes sociais por si produzidos e a identificação, neste caso imediata e intuitiva, desses mesmos agentes:

«(...) we frequently find that when one is arguing about new identities and their specific demands, we find enumerations of the type: “race, gender, ethnicity, etc., and class” — and the “and” is usually stressed by an intonation of the voice (...). The Marxist notion of “class” cannot be incorporated into an enumerative chain of identities, simply because it is supposed to be the articulating core around which all identity is constituted. What do “classes” mean when this articulating function is lost, and they become part of a chain embracing a plurality of identities? (...) The term “class”, by becoming part of an enumeration chain, has lost its articulating role without acquiring any new precise meaning».<sup>252</sup>

Cruzando esta realidade com a “multidão” em Hardt e Negri, em que medida as singularidades que, assumimos, estão intimamente ligadas a eixos de identificação dissemelhantes e apenas convergem em redes de geometria variável, não podendo, como vimos, ser reduzidas à mesmidade, se articulam em redor de um único eixo de identificação — o trabalho? Ou, como Margaret Sommers coloca a questão:

«[b]ut why do we premise or limit our understanding of people to their work category? Why should we assume that an individual or a collectivity has a particular set of interests simply because one aspect of their identity fits into one social category — in this case their place in the production process? To let “class” stand as a proxy for experience is to presume what has not been empirically demonstrated — namely that identities are foundationally constituted by their categorization in the division of labor».<sup>253</sup>

O exercício de Hardt e Negri de não abordar a classe como um de entre outros eixos de identificação — evitando a dissolução sugerida pela cadeia de enumeração

---

<sup>252</sup> In LACLAU, Ernesto, «Constructing Universality», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pág. 297.

<sup>253</sup> SOMMERS, Margaret R., «The narrative constitution of identity: A relational and network approach», in *Theory and Society*, n.º 23, 1994, p. 624.

mencionada por Laclau — passa pelo alargamento do conceito de trabalho e, consequentemente, pelo alargamento do conceito de proletariado. As anteriores linhas de diferenciação de trabalho — “produtivo” e “improdutivo”; “trabalho manual” e “trabalho intelectual”; “assalariados”, “desempregados”, “domésticos” (neste último caso, quase sempre o único conjugado no feminino), “lumpenproletariado” e “pobre”<sup>254</sup> — são completamente esbatidas, senão eliminadas, pela ideia de produção biopolítica e “trabalho biopolítico”: entendendo a produção biopolítica como produção da própria vida social, comunalidades e sentidos, todos somos trabalhadores, a todas as horas e em todos os locais.<sup>255</sup> Em consequência, surge um proletariado retirado ao sentido de classe operária e integrado num mundo de trabalho completamente total, um devir-comum do trabalho.<sup>256</sup>

Como vimos, este exercício não é, ainda, suficiente, porque, em Hardt e Negri, como no pós-estruturalismo, um agenciamento precisa, afinal, de um agente da subjetivação, mesmo que contingente e completamente historicizado. E, neste momento, confrontamo-nos com uma potencial contradição na noção de “multidão”. Descobrimo-la exatamente quando se passa da dimensão ontológica para a dimensão

---

<sup>254</sup> De acordo com o que vimos anteriormente sobre o papel desempenhado pela categoria de “pobre” nos agenciamentos antagonistas, convém referir, aqui, como é que o anterior lumpenproletariado “ascende” a proletariado na produção biopolítica. Para este fim, veja-se, por exemplo, HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 139: «Na medida em que os pobres se incluem cada vez mais nos processos de produção social, tornam-se, ao lado de todas as classes trabalhadoras tradicionais, participantes numa condição comum, fazendo assim potencialmente parte da multidão. A inclusão dos pobres em várias formas de prestação de serviços, o seu papel cada vez mais central na agricultura e a sua mobilidade que se manifesta em grandes migrações demonstram a que ponto este processo já se desenvolveu».

<sup>255</sup> «Não há relógio de ponto no terreno da produção biopolítica: o proletariado produz, em toda a sua generalidade, por toda a parte e ao longo do dia todo.» *Idem, Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, pág. 438.

<sup>256</sup> «Trata-se aqui de um novo proletariado e não de uma nova classe operária industrial. (...) [O] “proletariado” é o conceito geral que define todos aqueles cujo trabalho é explorado pelo capital, a multidão cooperante no seu todo. A classe operária industrial representou tão-só um momento parcial na história do proletariado e das suas revoluções, ao longo do período durante o qual o capital foi capaz de reduzir o valor a uma medida. Nesse período, só o trabalho dos assalariados parecia ser produtivo e, portanto, todos os outros segmentos do trabalho eram considerados como simplesmente reprodutivos ou até mesmo improdutivos. No contexto biopolítico do Império, todavia, a produção de capital converge como nunca com a produção e com a reprodução da própria vida social e torna-se cada vez mais difícil manter as distinções entre o trabalho produtivo, reprodutivo e improdutivo. O trabalho — material, imaterial, intelectual ou corporal — produz e reproduz a vida social e é, ao longo desse processo, explorado pelo capital. Esta ampla paisagem da produção biopolítica permite-nos finalmente reconhecer a plena generalidade do conceito de proletariado». *In idem, Ibidem*, pp. 437-438.

política do sujeito e enfrentamos a questão da “multidão” como um fazer e não com um ser.<sup>257</sup> A contradição está em incluir ou excluir um processo de hegemonização na aquisição de uma situação antagonista. Existe, ou não, hegemonia dentro da própria “multidão” no processo de construção de um antagonismo? Ou melhor, uma “multidão” que negou uma hegemonização no processo de ser ontológico pode, no seu seio, necessitar de uma hegemonização para se deparar com o seu agente? E, se sim, pode a articulação sem hegemonia resistir, em simultâneo, com a hegemonização do agente num devir-comum do trabalho?

De facto, Hardt e Negri, em *Commonwealth*, referem: «[I]ike “the people”, the multitude is the result of a process of political constitution, although, whereas the people is formed as a unity by hegemonic power standing above the plural social field, the multitude is formed through articulations on the plane of immanence without hegemony».<sup>258</sup> No entanto, ao identificarem o agente do agenciamento de classe com o trabalhador imaterial e afetivo — preponderante num contexto biopolítico, associado à produção de produtos imateriais (conhecimentos, informação, comunicação, afetos) —, necessitam de o centralizar através de uma operação de hegemonização:

«[o] trabalho imaterial é uma fracção minoritária do trabalho global e concentra-se nalgumas das regiões dominantes do globo. A nossa tese é, antes, que o trabalho imaterial se tornou hegemónico em termos qualitativos e tem tendencialmente impresso a sua marca sobre as outras formas de trabalho e sobre a própria sociedade. Por outras palavras, o trabalho imaterial ocupa hoje a mesma posição que o trabalho industrial ocupava há 150 anos».<sup>259</sup>

O trabalhador imaterial e afetivo hegemoniza e, ao estar identificado como elemento hegemónico, permite também contrabalançar o efeito de um proletariado alargado que, tal como a visão de uma “classe trabalhadora” alargada, correria o risco

---

<sup>257</sup> «(...) [W]e have to show how the multitude is not a spontaneous political subject but a project of political organization, thus shifting the discussion from being the multitude to making the multitude». *In idem, Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pág. 169.

<sup>258</sup> *Idem, ibidem*, pág. 169.

<sup>259</sup> *Idem, Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 117.

de minar a própria capacidade da classe exercer um efeito de interpelação<sup>260</sup>, neste caso classista, sobre este tipo de trabalhadores. E é absolutamente imperioso que eles respondam à interpelação, considerando o espaço que desempenham no agenciamento que permite colocar em movimento a “multidão”, um movimento que cumpre o seu carácter de sujeito construído nas *performances* de resistência, inspirados, neste aspecto, por Marx (como já vimos) e por Walter Benjamin, e que permite, também, cumprir a separação entre “multidão” e “massa”.<sup>261</sup>

Por outro lado, se o sistema produz trabalho e exploração da produtividade relacionada com a própria vida social, comunalidades e sentidos, então há produção de excesso que o próprio capital tenta expropriar e, a um tempo, não pode subtrair por completo<sup>262</sup>. Ou seja, o agente da multidão enquanto classe, o trabalhador imaterial e afetivo, não se encontra materialmente, no que aos meios de produção diz respeito, numa relação antagónica com o capital.<sup>263</sup> Neste sentido e considerando a raiz

---

<sup>260</sup> Veja-se nota 241 supra.

<sup>261</sup> Para uma articulação entre “classe”, “multidão” e “massa” e a influência da nota de Walter Benjamin veja-se CAVALLETTI, Andrea, *Classe – Uma Ideia Política sob o Signo de Walter Benjamin*. Lisboa: Antígona, 2010. A referida passagem seminal de Walter Benjamin consta da 25.ª nota de rodapé da segunda versão de *A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica*: «It should be noted in passing that proletarian class consciousness, which is the most enlightened form of class consciousness, fundamentally transforms the structure of the proletarian masses. The class-conscious proletariat forms a compact only from the outside, in the minds of its oppressors. At the moment when it takes up its struggle for liberation, this apparently compact mass has actually already begun to loosen. It ceases to be governed by mere reactions, it makes the transition to action. The loosening of the proletarian masses is the work of solidarity. In the solidarity of the proletarian class struggle, the dead, undialectical opposition between individual and mass is abolished (...). But the same class struggle which loosens the compact mass of the proletariat compresses that of the petty bourgeoisie. The mass as an impenetrable, compact entity, which Le Bon and others have made the subject of their “mass psychology” is that of the petty bourgeoisie. The petty bourgeoisie is not a class; it is in fact only a mass. (...) But precisely for that reason this compact mass with its unmediated reactions forms the antithesis of the proletarian cadre, whose actions are mediated by a task, however momentary». In BENJAMIN, Walter & JENNINGS, Michel W., DOHERTY, Brigid & LEVIN, Thomas Y. (ed.), *The Work of Art in the Age of its Technological Reproducibility and Other Writings on Media*. Harvard: Harvard University Press, 2008, pág. 51.

<sup>262</sup> «The capitalist ensures cooperation, Marx imagines, like the general on the battlefield or the conductor of the orchestra. In biopolitical production, however, capital does not determine the cooperative arrangement, or at least not to the same extent. Cognitive labor and affective labor generally produce cooperation autonomously from capitalist command, even in some of the most constrained and exploited circumstances, such as call centers of food services». In HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pág. 140.

<sup>263</sup> Veja-se, por exemplo, VIRNO, Paolo, *A Grammar of the Multitude – For an Analysis of Contemporary Forms of Life*, Nova Iorque: Semiotext(e), 2004, pág. 61: «(...) in a situation in which the means of



etimológica da palavra, o trabalhador imaterial estaria “desproletarizado” sendo determinado por outra coisa que não a autodeterminação derivada da exclusão da propriedade sobre os meios de produção. No entanto, se assim é, encontramos-nos, numa tensão de entendimento do agenciamento político contemporâneo, entre organização classista ou organização hegemónica do agenciamento:

«(...) once self-determination is over, any structural configuration is going to have conditions of existence that are not generated by itself. In the case of the mode of production this means that, as those conditions of existence are not themselves the result of any determination in the last instance, they are going to be internal to the articulated whole that they help to constitute. This is the reason why the notion of “mode of production” has to be replaced by that of “hegemonic formation”». <sup>264</sup>

Como vimos, Hardt e Negri não abdicam de não escolher entre luta de classes e pós-modernismo<sup>265</sup>, em resultado, tentam pós-modernizar a teoria de classe, mas o que resulta é uma operação de hegemonização no seio do eixo “trabalho” e, simultaneamente, desse eixo sobre outros eixos de identificação política. A multidão como agenciada por uma luta de classes é sempre uma multidão que tendencialmente universaliza, em que a classe (mesmo que entendida como uma categoria política mais do que económica — apesar de tudo, Hardt e Negri pretendem colocar-se no entendimento proeminentemente político de classe ao mesmo tempo que atravessando longas descrições estruturalmente económicas, numa ligação que apenas a noção de “biopolítica” permite, porque esbate fronteiras) é sublimada, elevada a emergência ética indiscutível, tal como fora o “povo” para o estado-nação, e que atinge uma espécie de “efeito social total” o que, ironicamente e recuperando Arendt, parece dissolver as próprias singularidades e o comum: «[t]he end of the

---

production are not reducible to machines but consist of linguistic-cognitive competencies inseparable from living labor, it is legitimate to assume that a conspicuous part of the so-called “means of production” consists of techniques and communicative procedures».

<sup>264</sup> LACLAU, Ernesto, «Ideology and post-Marxism», in *Journal of Political Ideologies*, vol. 11, n.º 2, pág. 111.

<sup>265</sup> Veja-se, a este respeito, por exemplo, ŽIŽEK, Slavoj, «Class Struggle or Postmodernism? Yes please!», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000, pp. 90-135.

common world has come when it is seen only under one aspect and is permitted to present itself in only one perspective».<sup>266</sup>

---

<sup>266</sup> ARENDT, Hannah, *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998, pág. 58.

## CONCLUSÃO

«On se soulève, c'est un fait; et c'est par là que la subjectivité (pas celle des grands hommes, mais celle de n'importe qui) s'introduit dans l'histoire et lui donne son souffle.»<sup>xiii</sup>

Michel Foucault

As mobilizações do “povo” de Tahir, dos “indignados” das acampadas, do “gigante” nas ruas de São Paulo são factos. A natureza desses factos é política e esta ascendência política encontra-se intimamente relacionada com a realidade do seu objeto ser, simultaneamente, o seu sujeito. A sujeição do sujeito — o sujeito (nome) é sujeito (verbo) — reverbera em todas as narrativas que circulam na Praça Tahir, Puerta del Sol ou ruas de São Paulo. A indignação política — de um sujeito que recusa a sua sujeição — atravessa diagonalmente todas as mobilizações de grande número que corresponderam, em vários momentos históricos, aos “sopros” de evolução a que Foucault faz referência, ao epicentro dos movimentos de revolta: «[i]ndignation, as Spinoza notes, is the ground zero, the basic material from which movements of revolt and rebellion develop».<sup>267</sup> Na contemporaneidade, assistimos a uma mudança de frequência, de difusão e de complexificação destes fenómenos, em suma, uma mudança de número e de grau.

Esta mudança de número e de grau encontra-se associada, por um lado, a alterações no potencial de expansão do terreno em que a ação democrática do sujeito se inscreve — expansão potencial do espaço (espaço público), forma (conflito), meio (narrativa e discurso) e permanência (agenciamento que permita a contínua produção de signos potencialmente antagonísticos) da ação democrática dos sujeitos — e, por outro, à proliferação dos processos constitutivos dos sujeitos coletivos — processos de rutura (entre ordem e sistema de ordenamento), subjetivação (incapacidade ou

---

<sup>267</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pág. 235.

impossibilidade de representação no sistema de ordenamento e uma significação alternativa), hegemonização (a aquisição de uma posição antagonista de tendência universal) e nomeação performativa (a transição semiótica associada a um nome que consubstancie um sistema de significação antagonista).

Resumamos a cadeia cumulativa de processos que abordámos ao longo do segundo capítulo. A disjunção entre ordem e sistema de ordenamento introduz a questão do poder e legitimidade de um sistema de significação política. Dessa disjunção, nasce a potencialidade associada a uma ideia de ilegitimidade de um determinado sistema que, pretendendo significar uma totalidade social, falha nesse objetivo ao continuamente produzir interrupções ou exclusões no seu seio. Da exclusão surge um primeiro processo de subjetivação, num caminho que se pode bifurcar: a produção contínua de identidades particularistas que exigem reconhecimento dentro de um mesmo sistema de significação (a potencialidade política termina no momento de absorção no sistema como processo natural num agonismo<sup>268</sup>) ou o surgimento de um *continuum* ou articulação que permita uma subversão simbólica, uma supressão, da individualidade e particularidade num sujeito de tendência universalizante. O “outro” antagonizado deixa de ser, neste processo, ele mesmo uma particularidade do sistema, mas sim o sistema de significação política em si mesmo considerado, esse outro não é um “outro dialético”. O “verdadeiro” poder e a “verdadeira” legitimidade estão, ética e narrativamente, no sujeito que antagoniza. Ele hegemoniza através de uma cadeia de equivalências que permite a generalização das relações de identificação e representação dos muitos. Ele universaliza. Ele, a um tempo, designa performativamente a universalidade através de um nome e significa a universalidade da cadeia através de um significante vazio. Ele, por exemplo, é o “povo” que significa a “democracia”.<sup>269</sup>

---

<sup>268</sup> Dois exemplos desta absorção no sistema da exclusão que fomenta uma exigência particularista como tentativa de desmembramento de uma potencial cadeia de equivalências associada ao aprofundamento de um processo de subjetivação podem ser encontrados na análise do *Tricameral Parliament* da última década do *apartheid* em NORVAL, Aletta J., «Social Ambiguity and the Crisis of Apartheid», in LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994; e acerca do casamento *gay* em BUTLER, Judith, «Competing Universalities», in BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ŽIŽEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000.

<sup>269</sup> Veja-se, por exemplo, o manifesto do movimento *¡Democracia real YA!*: «Es hora de ponerse en movimiento, hora de construir entre todos una sociedad mejor. Por ello sostenemos firmemente lo

No século XXI, Michael Hardt e Antonio Negri, que não se centram tanto nos processos de subjetivação propriamente ditos mas mais nas condições materiais e institucionais de evolução do biopoder que conduzem a um antagonismo potencial e a um sujeito antagonista, propõem a reformulação do exemplo: ele é uma “multidão” que significa a “democracia”.

Em qualquer dos casos, deparamo-nos inevitavelmente com o paradoxo da universalização e, simultaneamente, com o paradoxo da representação, que consustancia uma dificuldade teórica encontrada no desenrolar da presente investigação e que se mantém como inquietação.

O paradoxo da universalização pode ser resumido do seguinte modo: por um lado, a política por excelência emerge da tentativa de universalização do sujeito; por outro, um sucesso da totalização determina o fim do espaço da política, uma vez que absorve todo o antagonismo e cumpre o “efeito social” total —

«[h]ere we find the real theoretical watershed in contemporary discussions: either we assert the possibility of a universality which is not politically constructed and mediated, or we assert that all universality is precarious and depends on a historical construction out of heterogeneous elements. Hardt and Negri accept the first alternative without hesitation. If, conversely, we accept the second, we are on the threshold of the Gramscian conception of hegemony».<sup>270</sup>

A hegemonia seria, nesta segunda hipótese, um exercício de contaminação: uma universalidade contaminada de particularidade, uma particularidade hegemonzadora. Podendo haver hegemonias bem sucedidas, construídas sobre ideias

---

siguiente: (...) La democracia parte del pueblo (demos=pueblo; cracia=gobierno) así que el gobierno debe ser del pueblo. Sin embargo, en este país la mayor parte de la clase política ni siquiera nos escucha. Sus funciones deberían ser la de llevar nuestra voz a las instituciones, facilitando la participación política ciudadana mediante cauces directos y procurando el mayor beneficio para el grueso de la sociedad, no la de enriquecerse y medrar a nuestra costa, atendiendo tan sólo a los dictados de los grandes poderes económicos y aferrándose al poder a través de una dictadura partidocrática encabezada por las inamovibles siglas del PPSOE.» In <http://www.democraciarealya.es/manifiesto-comun/>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014.

<sup>270</sup> LACLAU, Ernesto, «Can Immanence Explain Social Struggles?». In *Diactrics*, Vol. 41, n.º 4, 2001, pág. 5.

de universalidade, a universalização seria, por sua vez, uma operação votada ao falhanço e é este falhanço que garantiria à política a sua permanência em cena.

Numa perspectiva marxista clássica, com simplificação das estruturas sociais e concentração de toda a identidade em redor do eixo “classe”, uma ideia de fim de todo o antagonismo social e, com ela, do fim da política<sup>271</sup>, era mais fácil de conter do que na profusão de singularidades da contemporaneidade. Naquela perspectiva, o fim da política acompanharia o fim da representação, uma vez que não existiria qualquer necessidade de relações de representação num espaço sem antagonismo se todo o antagonismo derivar apenas de um sistema de classe. O “proletariado”, cujo conteúdo são os proletários e não um compósito de singularidades produzidas e produtoras de outros eixos de identificação paralelos ou diagonais à classe, parece estar melhor colocado para cumprir uma ideia de universalidade (enquanto fim e não enquanto meio) que não seja contingente, que não seja politicamente construída e mediada.

A “multidão” confronta-se com o paradoxo da universalização em três níveis diferenciados. Ontologicamente, ela nega a totalização — ela é múltipla sem subsunção de singularidades —, por outro e segundo Rancière, ela pretende inscrever-se no campo da absoluta indiferenciação subvertendo a lógica diferencial da “polícia”<sup>272</sup>. Sociologicamente, ela emerge de redes cooperativas e comunicacionais de produção biopolítica que, ao mesmo tempo que totalizam a condição de produtor, destacam a particularidade hegemonzadora do trabalhador imaterial. Por fim, politicamente, a “multidão” imana e, simultaneamente, agencia e, ao fazê-lo, articula: da necessidade de uma “multidão” *por si*, efetivada ativamente num processo de resistência em movimento, sobressai a ideia de uma construção *política* do sujeito, o que negaria a universalização imanente sem mediação contingente. O paradoxo não surge, de todo, resolvido e, se ele paira em qualquer dos níveis de abordagem ao sujeito “multidão” tal como apresentado por Hardt e Negri, a contaminação nunca é assumidamente integrada nas equações da subjetivação.

---

<sup>271</sup> Veja-se nota 77 supra.

<sup>272</sup> Veja-se nota 104 supra.

Como vimos, Ernesto Laclau, por outro lado, confronta o paradoxo e propõe-nos uma resolução contingente:

«(...) the systemic totality is an object which is, at the same time, impossible and necessary. Impossible: the tension between equivalence and difference being insurmountable, there is no literal object corresponding to that totality. Necessary: without that object there would be no signification. Conclusion: the impossible object would have to be represented (...). So one of them, without ceasing to be particular, has to incarnate that impossible totality. Seen from a certain angle, this is the production of an *empty signifier*: it signifies a totality, which is literally impossible. Seen from another angle, this is a *hegemonic operation* (...): a certain particularity transforms its own body in the representation of an incommensurable totality».<sup>273</sup>

Na “multidão”, a tentativa de manutenção da heteronomia das singularidades num outro campo que não o da totalização — uma heteronomia sem mediação, representação ou hegemonização políticas — em conjugação com a tentativa de inscrição dessa mesma multidão numa estrutura de produção social (complexificada) que a faça a ascender a “classe”, com jogo hegemónico e universalização no seu seio — o trabalhador imaterial hegemoniza socialmente, bem como representa e agencia politicamente — não só não resolve o paradoxo como o adensa. A abordagem proposta não apresenta uma síntese, na tradicional maneira dialética, entre uma negação de totalização de cariz pós-modernista e o estruturalismo de uma teoria de classes que se apresenta como exercício político derradeiro e completamente totalizador (e, em consequência, negando a contínua hegemonia contingente enquanto solução pós-estruturalista de Laclau para o paradoxo), mas oscila entre ambas as abordagens, trabalhando sobre as ambiguidades que decorrem da flutuação entre inscrição no pós-modernismo e inscrição na teoria de classes.

O que nos parece certo é que a “multidão” no seu sentido ontológico, e apesar de não isenta de problemas, parece ser mais operacionalizável para contextos teóricos alter-modernos que se afastam da ancoragem cultural soberania-nação-povo e do modelo estado-instituições-elites, assumindo a primordialidade da resistência na

---

<sup>273</sup> LACLAU, Ernesto, «Ideology and post-Marxism», in *Journal of Political Ideologies*, vol. 11, n.º 2, pág. 107. Veja-se, ainda, nota 135 supra.

relação de poder, numa herança mais espinosista do que hobbesiana. Esta “multidão” ontológica, no entanto, tem maior sucesso como *conceito*; ela é operacionalizável como designação teórica de uma potência dos muitos, mas não opera como um *nome* num contexto de autonegação como processo fundamental de subjetivação. Ela tenta ser *nome*<sup>274</sup> numa teoria que reconhece a performatividade na emergência do sujeito coletivo de tendência universal — a “multidão” tem potencialidade para operar uma transição semiótica, como abordámos anteriormente, para garantir a aderência de um conceito a um nome e fazê-lo num contexto de autonegação antagonista, por conta deste seu sentido ontológico e ancoragem conceptual paralela ao modernismo — mas ela não o é efetivamente num sentido histórico e político.

Porém, aquela mesma inscrição oscilante entre pós-modernismo e teoria de classe e enquadramentos ontológico e sociológico associados que se traduzem em condições de possibilidade política permitem o desenvolvimento de um espaço flutuante alternativo ao espaço flutuante que deriva de “povo”. Ou seja, o espaço de ambiguidade de significados que potencia um *continuum* de reconhecimentos, precisa de, no século XXI, estar atento ao produto de uma história recente preponderantemente associada à proliferação de políticas de *identidades* em detrimento de uma anterior proliferação de políticas de *identidade*/soberania. Em consequência, e porque, ainda assim, “povo” parece garantir melhor do que “classe” a intersecção de eixos de identificação<sup>275</sup> (uma convergência em rede de geometria variável que garanta as equivalências necessárias a uma estabilização — ou eficácia simbólica, para utilizar uma expressão de Bourdieu<sup>276</sup> —, de um sistema de significação política contra-hegemónico) em que possa existir um agenciamento antagonista (fora de qualquer sistema binário de mediação dialética dentro de um mesmo espaço de

---

<sup>274</sup> «Não propomos o conceito como uma directiva política – “Formemos a multidão!” –, mas antes como uma maneira de dar nome ao que se encontra já em movimento e de apreender uma tendência social e política existente. Dar um nome a esta tendência é hoje uma tarefa fundamental da teoria política e um instrumento eficaz para a promoção do desenvolvimento da forma política emergente.» In HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto: Campo das Letras, 2005, pág. 221

<sup>275</sup> Veja-se nota 252 supra. O nome “povo” foi utilizado para autodesignação dos sujeitos em convocatórias ou manifestos em Tahir, no Egito, pelos movimentos *iDemocracia real YA!*, em Espanha, e Occupy Wall Street, nos EUA, como pode ser verificado em textos citados nas notas 3, 68 e 269.

<sup>276</sup> Veja-se nota 8 supra.



representação<sup>277</sup>), a “multidão” pode ser lida como a tentativa de significação de um “povo” pós-soberano para uma “classe” como agente. Neste sentido, parafraseando e hiperbolizando Lotringer, estaríamos perante uma nova luta de classes: uma luta à procura de uma classe que procura um povo.<sup>278</sup>

---

<sup>277</sup> As narrativas de classe prestam-se com relativa frequência à inclusão da luta de classes num mesmo sistema de representação e significação (sistema de classes), introduzindo um distúrbio no momento disruptivo de aquisição de uma posição antagonista, que apenas se clarifica teoricamente com esclarecimentos como o de Badiou: «[t]he true contrary of the proletariat is not the bourgeoisie. It is the bourgeois world, imperialist society, of which the proletariat, let this be noted, is a notorious element, as the principal productive force and as the antagonistic political pole. (...) [T]he project of the proletariat, its internal being, is not to contradict the bourgeoisie, or to cut its feet from under it. This project is communism, and nothing else. That is, the abolition of any place in which something like a proletariat can be installed». In BADIOU, Alain, *Theory of the Subject*. Londres: Continuum, 2009, pág. 7.

<sup>278</sup> Veja-se nota 249 supra.

## BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio, *Homo Sacer – Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

AGAMBEN, Giorgio, *State of Exception*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2005.

AGAMBEN, Giorgio, «What is a destituent power», in *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 32, 2014, pp. 65-74.

ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2012.

APPIAH K. A. & GATES H. L. Jr., «Introduction: multiplying identities», in *Identities*, Appiah K. A. & Gates H. L. Jr. (ed.), pp. 1-6. Chicago: Univ. Chicago Press, 1995.

ARENDT, Hannah, *The Human Condition*. 2ª Edição. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

ARISTÓTELES, *Política*. S.l.: Vega, 1998.

ARISTÓTELES, *Política*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977.

BADIE, Bertrand, BERG-SCHLOSSER, Dirk & MORLINO, Leonardo (ed.), *International Encyclopedia of Political Science*. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura e Washington: SAGE Publications, 2011.

BADIOU, Alain, *The Communist Hypothesis*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2010.

BADIOU, Alain, *Theory of the Subject*. Londres: Continuum, 2009.

BALIBAR, Etienne, WALLSTEIN, Immanuel, *Race, Nation, Class – Ambiguous Identities*. Londres e Nova Iorque: Verso, 1991.

BATES, Thomas R., «Gramsci and the Theory of Hegemony», in *Journal of History of Ideas*, vol. 36, n.º 2, 1975, pp. 351-366.

BAUMAN, Zygmunt, «Modernity and Ambivalence», in FEATHERSTONE, Mike (ed.), *Global Culture – Nationalism, Globalization and Modernity*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: SAGE Publications, 1990.

BENHABIB, Seyla, «Sexual Difference and Collective Identities: The New Global Constellation», in *Signs*, vol. 24, n.º 2, 1999, pp. 335-361.

BENJAMIN, Walter & JENNINGS, Michel W., DOHERTY, Brigid & LEVIN, Thomas Y. (ed.), *The Work of Art in the Age of its Technological Reproducibility and Other Writings on Media*. Harvard: Harvard University Press, 2008

BORCH, Christian, «Body to Body: On the Political Anatomy of Crowds», in *Sociological Theory*, vol. 27, n.º 3, 2009, pp. 271-290.

BOURDIEU, Pierre, «Estructuras, Habitus, Prácticas», in *El sentido práctico*. Madrid: Taurus Ediciones, 1991. pp. 91-111.

BOURDIEU, Pierre, «The Social Space and the Genesis of Groups», in *Theory and Society*, vol. 14, n.º 6, 1985, pp. 723-744.

BROWN, Nicholas & SZEMAN, Imre, «What is the Multitude? Questions for Michael Hardt and Antonio Negri», in *Cultural Studies*. Londres: Routledge, vol. 19, n.º 3, 2005., pp. 372-387.

BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ZIZEK, Slavoj, *Contingency, Hegemony, Universality*. Londres: Verso, 2000.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1999.

BUTLER, Judith, «Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory», in *Theater Journal*, vol. 40, n.º 4, 1988, pp. 519-531.

CAMFIELD, David, «The Multitude and the Kangaroo: a Critique of Hardt and Negri's Theory of Immaterial Labour», in *Historical Materialism*. Leiden: Brill, n.º 15, 2007, pp. 21-52.

CANETTI, Elias, *Massa e Poder*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CARVER, Terrell, «Less than Full Marx», in *Political Theory*, S.l.: Sage Publications, vol. 34, n.º 3, 2006, pp. 351-356.

CAVALLETTI, Andrea, *Classe – Uma Ideia Política sob o Signo de Walter Benjamin*. Lisboa: Antígona, 2010.

CERULO, Karen A., «Identity Construction: New Issues, New Directions», in *Annual Review of Sociology*, vol. 23, 1997, pp. 385-409.

CHRITCHLEY, Simon & MARCHART, Oliver (ed.), *Laclau, a Critical Reader*. Nova Iorque, Routledge, 2004.

DELEUZE, Gilles & GAUTTARI, Felix, *A Thousand Plateaux - Capitalism and schizophrenia*. Mineápolis e Londres: University of Minnesota Press, 2005.

DELEUZE, Gilles, «Post-scriptum sobre las sociedades de Control», in *Polis – Revista Latinoamericana*, vol. 13, 2006.

DERANTY, Jean-Philippe, «Jacques Rancière's Contribution to the Ethics of Recognition», in *Political Theory*, vol. 31, n. 1, 2003, pp. 136-156.

DERRIDA, Jacques, «The Ends of Man», in *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 30, n.º 1, 1969, pp. 31-57

DIAS, Bruno Peixe & NEVES, José (coord), *A Política dos Muitos – Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

DURHAM, Meenakshi Gigi & KELLNER, Douglas M., *Media and Cultural Studies – Keywords*. Malden, Oxford e Carlton: Blackwell Publishing Ltd., 2006.

ELEY, Geoff, «Politics, Culture, and the Public Sphere» in *Positions*, Duke University Press, vol. 10, n.º 1, 2002, pp. 219-236.

ESPINOSA, *Tratado Político*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

ESPINOSA, *A Theologico-Political Treatise*. S/l: Pennsylvania State University, 2000.

Consultado em: 4 de Fevereiro de 2014. Disponível em:

[http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/spinoza/spinoza\\_theo\\_pol\\_4.pdf](http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/spinoza/spinoza_theo_pol_4.pdf).

FOUCAULT, Michel, «The Subject and Power», in *Critical Inquiry*, Chicago: The University of Chicago Press, vol. 8, n.º 4, 1982, pp. 777-795.

FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FRASER, Nancy, «Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy» in *Social Text*, n.º 25/26, 1990, pp. 56-80.

GRAMSCI, Antonio, *Selections from the Prison Notebooks*. Londres: ElecBook, 1999.

GOULDNER, Alvin W., «Reciprocidad y Autonomia en la Teoria Funcionalista» e «La Norma de la Reciprocidad: formulación preliminar», in *La Sociologia Actual: Renovación y Crítica*. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

HABERMAS, Jürgen, *Legitimation Crisis*. Londres: Heinemann, 1980.

HABERMAS, Jürgen, «The Public Sphere: An Encyclopedia Article (1964)», in *New German Critique*, n.º 3, 1974, pp. 49-55

HALL, Stuart, «Cultural studies and its theoretical legacies», in MORLEY, David & CHEN, Kuan-Hsing, *Critical Dialogues in Cultural Studies*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996, pp. 262-275.

HALL, Stuart, «Critical Dialogues in Cultural Studies» in MORLEY, David, CHEN, Kuan-Hsing, ed., *Critical Dialogues in Cultural Studies*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996.

HARAWAY, Donna, «“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra», in *Cadernos Pagu*, vol. 22, 2004, pp.201-246.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Multidão – Guerra e Democracia na Era do Império*. Porto: Campo das Letras, 2005.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HAWKESWORTH, Mary, «The Gendered Ontology of “Multitude”», in *Political Theory*, S.I.: Sage Publications, vol. 34, n.º 3, 2006, pp. 357-364.

HEWLETT, Nick, *Badiou, Balibar, Rancière – Rethinking Emancipation*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2010.

HEYWOOD, Andrew, *Political Ideas and Concepts – An Introduction*. Londres: The Macmillan Press, 1994.

HOBBS, Thomas, *Leviatã – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

HOBBS, Thomas, *De Cive*, 1651, Consultado em: 29 de Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.constitution.org/th/decive.htm>.

INSTON, Kevin, «Representing the unrepresentable: Rousseau’s legislator and the impossible object of the people», in *Contemporary Political Theory*, vol. 9, n.º 4, 2010, pp. 393-413.

JOHNSON, Carol, «Narratives of Identity: Denying Empathy in Conservative Discourses on Race, Class, and Sexuality», in *Theory and Society*, vol. 34, n.º 1, 2005, pp. 37-61.

JOHNSTON, Hank & KLANDERMANS, Bert (ed.), *Social Movements and Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995.

LACLAU, Ernesto, *New Reflections on the Revolution of our Time*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1980.

LACLAU, Ernesto (coord.), *The Making of Political Identities*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1994.

LACLAU, Ernesto, «Ideology and post-Marxism», in *Journal of Political Ideologies*, vol. 11, n.º 2, pp. 103-114.

LACLAU, Ernesto, *Emancipation(s)*, Londres e Nova Iorque: Verso, 1996.

LACLAU, Ernesto, «Can Immanence Explain Social Struggles?». In *Diacritics*, Vol. 41, n.º 4, 2001, pp. 3-10

LACLAU, Ernesto, *On Populist Reason*, Londres e Nova Iorque: Verso, 2005.

LE BON, Gustave, *Psicologia das Multidões*. S./l.: Roger Delraux, 1980.

LEEB, Claudia, «Toward a Theoretical Outline of the Subject: The Centrality of Adorno and Lacan for Feminist Political Theorizing», in *Political Theory*, Vol. 36, n.º 3, 2008, pp. 351-376.

LENINE, *O Estado e a Revolução*. Porto: Coleção Textos Políticos, s/d.

LIPSET, Seymour Martin, *Consenso e Conflito*. Lisboa: Gradiva, 1992.

LOTRINGER, Sylvère, «We, the Multitude», in *Social Text*. Duke University Press. vol. 23, n.º 1, 2005.

LYOTARD, Jean-François, *A Condição Pós-moderna*, Lisboa: Gradiva, 1989.

MANSBRIDGE, Jane, et al., «The Place of Self-Interest and the Role of Power in Deliberative Democracy», in *The Journal of Political Philosophy*, vol. 18, n.º 1, 2010, pp. 64–100.

MANSBRIDGE, Jane, «Rethinking Representation», in *The American Political Science Review*, vol. 97, n.º 4, 2003, pp. 515-528.

MANIN, Bernard, STEIN, Elly & MANSBRIDGE, Jane, «On Legitimacy and Political Deliberation», in *Political Theory*, vol. 15, n.º 3, 1987, pp. 338-368.

MARX, Karl, *On The Jewish Question*. Consultado em: 2 de Março de 2014. Disponível em:

<http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/On%20The%20Jewish%20Question.pdf>.

- MARX, Karl, *Miséria da Filosofia*. Lisboa: Edições «Avante!», 1991.
- MARX, Karl & ENGELS, Friederich, *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições «Avante!», 1976.
- MARX, Karl, *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Edições Avante!, 1982.
- MARX, KARL, *Grundrisse*, 1867. Consultado em: 4 de Fevereiro de 2014. Disponível em: [http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx\\_Grundrisse.pdf](http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx_Grundrisse.pdf).
- MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.
- MAQUIAVEL, *Discourses - Upon the First Ten (books) of Titus Livy - To Zanobi Buondelmonti and to Cosimo Rucellai*, 1513. Consultado em: 29 de Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.constitution.org/mac/disclivy.pdf>.
- MAZZARELLA, William, «The Myth of the Multitude, or, Who's Afraid of the Crowd», in *Critical Inquiry*, n.º 36, 2001, pp. 697-727.
- McNAY, Lois, «Subject, Psyche and Agency: The Work of Judith Butler», in *Theory Culture Society*, n.º 16, 1999, pp. 175-193.
- MENDONÇA, Carlos, «Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso», in *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1, 2009, pp. 153-169.
- MERTON, Robert K., «Social Structure and Anomie», in *American Sociological Review*, vol. 3, 1938, pp. 672-682
- MERTON, Robert K., «Social Structure and Anomie», in *Social theory and social structure*. Nova Iorque: The Free Press, 1968.
- MOUFFE, Chantal, *On the Political*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005.
- NEGRI, Antonio, *Subversive Spinoza*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- PATTERSON, Molly & MONROE, Kristen, «Narrative in Political Science», in *Annual Review Political Science*, n.º 1, 1998, pp. 315-331.



POULANTZAS, Nicos, *Poder Político e Classes Sociais*. Porto: Portucalense Editora, 1971.

PRECIADO, Beatriz, «Multidões Queer – Notas para uma política dos ‘anormais’», in *Revista Estudos Feministas*, vol. 19, n.º 1, 2011, pp. 11-18.

RANCIÈRE, Jacques. *Dissensus – On Politics and Aesthetics*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2010.

RILEY, Patrick, «A Possible Explanation of Rousseau’s General Will», in SCOTT, John T. (coord.), *Jean-Jacques Rousseau – Critical Assessments of Leading Political Philosophers*. Nova Iorque: Routledge, 2006.

ROGERS-COOPER, Justin, «Crowds and Sponza’s Concept of the Political», in *Mediations*, vol. 25, n.º 2, 2011, pp. 37-59.

SCHNAPP, Jeffrey T. & Tiews, Matthew, ed., *Crowds*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

SHENHAV, Shaul R., «Political Narratives and Political Reality», in *International Political Science Review*, 2006, vol. 27, n.º 3, pp. 245–262

SIEYÈS, Abbé, *What is the Third Estate?* Consultado em: 7 de Fevereiro de 2014.  
Disponível em:  
[http://elplandehiram.org/documentos/JoustingNYC/Politics\\_of\\_Recognition.pdf](http://elplandehiram.org/documentos/JoustingNYC/Politics_of_Recognition.pdf).

SMELSER, Neil, *Theory of Collective Behavior*. Nova Iorque: The Free Press, 1965.

SMITH, Dorothy E., «The Standard North American Family: SNAF as an Ideological Code», in *Journal of Family Issues*, 1993, pp 14-50.

SMITH, Dorothy E., «Categories are not enough», in *Gender and Society*, vol. 23, n.º 1, 2009, pp. 76-80.

SOMMERS, Margaret R., «The narrative constitution of identity: A relational and network approach», in *Theory and Society*, n.º 23, 1994, pp. 605-649.

STODDART, Mark C. J., «Ideology, Hegemony, Discourse: a Critical Review of Theories of Knowledge and Power», in *Social Thought & Research*, vol. 28, 2007, pp. 191-225.

TANKE, Joseph J., *Jacques Rancière: An Introduction – Philosophy, Politics, Aesthetics*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2011.

TASSIN, Etienne, «De la Subjetivación política. Althusser/Rancière/Foucault/Arendt/Deleuze», in *Revista de Estudios Sociales*, n.º 43, 2012, pp. 36-49.

TAYLOR, Charles, «The Politics of Recognition». Consultado em: 5 de Janeiro de 2013. Disponível em: [http://elplandehiram.org/documentos/JoustingNYC/Politics\\_of\\_Recognition.pdf](http://elplandehiram.org/documentos/JoustingNYC/Politics_of_Recognition.pdf).

TODD, Jennifer, «Social Transformation, Collective Categories, and Identity Change», in *Theory and Society*, Vol. 34, n.º 4, 2005, pp. 429-463.

TILLY, Charles, *Contentious Performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VIRNO, Paolo, *A Grammar of the Multitude – For an Analysis of Contemporary Forms of Life*. Nova Iorque: Semiotext(e), 2004.

VIRNO, Paolo, *Virtuosity and Revolution*, 2003. Consultado em: 2 de Fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.generation-online.org/c/fcmultitude2.html>.

YOUNG, Iris Marion, «Political Theory: An Overview», in GOODIN, Robert E. & KLINGEMANN, Hans-Dieter (coord.), *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj, «Against the Populist Temptation». in *Critical Inquiry*, vol. 32, n.º 3, pp. 551-574.

ŽIŽEK, Slavoj, *The Ticklish Subject – The Absent Centre of Political Ontology*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2008.

## **Páginas de Internet**

<http://www.tahrirdocuments.org>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014.

<http://www.democraciarealya.es/manifiesto-comun/>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014.

<http://www.nycga.net>. Consultado em: 21 de março de 2014.

<http://edition.cnn.com/2011/10/05/opinion/rushkoff-occupy-wall-street/>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014.

<http://mexico.cnn.com/mundo/2011/06/20/los-indignados-de-valencia-inician-una-marcha-en-apoyo-al-15-m>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014.

<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/o-gigante-acordou/>. Consultado em: 15 de fevereiro de 2014.

## LISTA DE FIGURAS



In <http://edition.cnn.com/2011/10/05/opinion/rushkoff-occupy-wall-street/>.



In <http://mexico.cnn.com/mundo/2011/06/20/los-indignados-de-valencia-inician-una-marcha-en-apoyo-al-15-m>



In <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/o-gigante-acordou/>

## NOTAS DE FIM

---

<sup>i</sup> HABERMAS, Jürgen, *Public space and political public sphere – the biographical roots of two motifs in my thought*. Palestra comemorativa. Quioto 2004, in [http://ikesharpless.pbworks.com/f/Kyoto\\_lecture\\_Nov\\_2004,+Jurgen+Habermas.pdf](http://ikesharpless.pbworks.com/f/Kyoto_lecture_Nov_2004,+Jurgen+Habermas.pdf). Consultado em 25 de janeiro de 2014.

<sup>ii</sup> RANCIÈRE, Jacques, *Dissensus – On Politics and Aesthetics*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2010, pág. 37.

<sup>iii</sup> LORDE, Audre, «Zami, a New Spelling of My Name», 1982, pág. 226 citada por HARAWAY, Donna, «“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra», in *Cadernos Pagu*, vol. 22, 2004, pág. 227.

<sup>iv</sup> LACLAU, Ernesto, «Constructing Universalities». In *Contingency, Hegemony, Universality – Dialogues on the Left*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2000, pág. 302.

<sup>v</sup> ARENDT, Hannah, *The Human Condition*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1958, pp. 27-28.

<sup>vi</sup> ŽIŽEK, Slavoj, *The Ticklish Subject – The Absent Centre of Political Ontology*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2008, pág. 181.

<sup>vii</sup> BADIOU, Alain, *Theory of the Subject*. Londres: Continuum, 2009, pág. 28.

<sup>viii</sup> BUTLER, Judith, «Competing Universalities». In *Contingency, Hegemony, Universality – Dialogues on the Left*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2000, pp. 178-179.

<sup>ix</sup> SCHEDLER, Andreas, «Concept Formation», in BADIE, Bertrand, BERG-SCHLOSSER, Dirk & MORLINO, Leonardo (ed.), *International Encyclopedia of Political Science*, vol. 2. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura e Washington: SAGE Publications, 2011, p. 380.

<sup>x</sup> BENHABIB, Seyla, «Sexual Difference and Collective Identities: The New Global Constellation», in *Signs*, vol. 24, n.º 2, 1999, pág. 355.

<sup>xi</sup> HARDT, Michael & NEGRI, Antonio, *Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, pág. 155.

<sup>xii</sup> GRAMSCI, Antonio, *Selections from the Prison Notebooks*. Londres: ElecBook, 1999, pág. 435.

<sup>xiii</sup> FOUCAULT, Michel, «Inutile de se soulever?», in *Le Monde*, 11-12 Maio, 1979.